

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

O LIVRO DIDÁTICO DE LITERATURA PARA O ENSINO MÉDIO

ELIANE ANDREA BENDER

Prof. Dr. Vera Teixeira de Aguiar
Orientadora

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Letras, na área de concentração em Teoria da Literatura, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Data da defesa: 17/01/2007

Instituição Depositária
Biblioteca Central Irmão Otão
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre (RS), novembro de 2006.

Agradecimentos

Passo meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para o cumprimento dessa etapa, cada qual sabendo da importância do papel que cumpriu:

CNPq;
Dr. Vera Teixeira de Aguiar;
Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Letras, Dr. Regina Ritter
Lamprecht, docentes e funcionárias da Secretaria;
36^a CRE;
Equipes diretivas do Colégio Estadual Modelo, Escola Estadual de Ensino Médio Ruy
Barbosa e Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Padilha;
Equipe do Deputado Estadual Márcio Biolchi;.
Meus familiares, principalmente minha mãe, Erica Schaefer Bender.

A todos, além de minha eterna gratidão, meu carinho e a certeza de que estarei sempre
à disposição.

Eliane

Duas pessoas nunca lêem o mesmo livro.

Edmund Wilson

SUMÁRIO

RESUMO	6
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
1 A LITERATURA COMO COMPONENTE CURRICULAR	12
1.1 A literatura e o leitor	12
1.2 A literatura e o ensino	20
1.2.1 <i>O texto literário na sala de aula</i>	20
1.2.2 <i>Estatuto do componente curricular de Literatura</i>	27
1.2.3 <i>Relações entre Literatura e Língua Portuguesa</i>	31
1.3 O livro didático de Literatura	34
1.3.1 <i>Conceito de livro didático</i>	34
1.3.2 <i>A presença do livro didático nas aulas de Literatura</i>	38
1.3.3 <i>Uma proposta de análise</i>	42
2 A LITERATURA NOS LIVROS DIDÁTICOS	45
2.1 As questões metodológicas	45
2.1.1 <i>Objetivos traçados</i>	45
2.1.2 <i>Proposta de atividades</i>	48
2.1 <i>Avaliação</i>	50
2.2 Presença de autores e obras	53
2.2.1 <i>Relação de autores</i>	53
2.2.2 <i>Seleção de textos</i>	67

2.3 As concepções de literatura	97
2.3.1 <i>Definições de literatura</i>	97
2.3.2 <i>Classificação em gêneros</i>	99
2.3.3 <i>Períodos literários</i>	101
2.3.4 <i>Relação da literatura com as demais modalidades artísticas</i>	104
3 UMA DISCUSSÃO EM ABERTO	109
3.1 A realidade	109
3.2 Novos rumos para investigação	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	122

RESUMO

A pesquisa, de natureza descritivo-analítica, verifica o conteúdo de literatura nos livros didáticos de Ensino Médio, considerando teorias referentes ao texto literário enquanto tal e outros estudos realizados de campo pedagógico. Sendo um termo complexo, faz com que muitos estudiosos ainda busquem uma definição e, apresentando função social específica, seu papel pedagógico também requer discussões e esclarecimentos.

Tendo como base teorias de sociologia da literatura, considera-se que a literatura apresenta conteúdo social sem perder sua característica própria, a literariedade. E, desde que isso seja respeitado, pode ir para o ambiente escolar e contribuir para a construção do conhecimento. No Ensino Médio, constitui-se enquanto componente curricular, possuindo um estatuto, mas há a possibilidade de ser considerada uma sub-área do ensino de línguas. Essa questão faz-se presente nos livros didáticos que, geralmente, estabelecem divisões em Literatura, Gramática e Redação, dentro da área denominada Português.

A análise de três livros didáticos de literatura para o Ensino Médio demonstra tendência no seguimento de determinados cânones, tanto em relação à escolha dos autores como das obras. O conceito de literatura e a classificação em gêneros literários são discutidos, mas sem aprofundamento. Apesar da intertextualidade apresentada, o conteúdo parte de uma seqüência periodológica, que contextualiza as obras historicamente, mas de modo estanque. Há criatividade na exposição de textos e nas propostas de trabalho, estabelecendo-se relações entre a literatura e as demais modalidades artísticas, faltando, porém, uma contraposição entre a natureza de cada qual e propostas

que façam com que sejam analisadas suas semelhanças e diferenças, podendo-se chegar, assim, a discussões sobre a especificidade do literário.

Palavras-chave: literatura; Ensino Médio; livro didático.

RESUMEN

La pesquisa, de naturaleza descriptivo-analítica, verifica el contenido de la literatura en los libros didácticos de la Enseñanza Intermediaria, considerando teorías referentes al texto literario mientras tal y otros estudios realizados en el campo pedagógico. Siendo un término complejo, hace con que muchos estudiosos todavía busquen una definición y, como puede ser cuestionable su función social, su papel pedagógico también requiere discusiones y esclarecimientos.

Teniendo como bases teóricas de sociología de la literatura, se considera que la misma presenta contenido social sin perder su característica propia, la literalidad. Y, desde que eso sea respetado, puede ir para el ambiente escolar y contribuir para la construcción del conocimiento. En la Enseñanza Intermediaria, se constituye en cuanto componente curricular, poseyendo un estatuto, mas hay la posibilidad de ser confundida con una sub-area de la enseñanza de lenguas. Esa cuestión se hace presente en los libros didácticos que, generalmente, establecen divisiones en Literatura, Gramática y Redacción, haciendo eso parte, en el caso de Brasil, del área denominada Portugués.

El análisis de tres libros didácticos demuestra tendencia en el seguimiento de determinados cánones, tanto en relación a la escoja de los autores como de las obras. El concepto de literatura y la clasificación en géneros literarios son discutidos, mas sin aprofundamiento. A pesar de la intertextualidad presentada, el contenido parte de una secuencia periodológica, mas que contribuye para contextualizar a las obras históricamente. Hay creatividad en la exposición de textos y en las propuestas de trabajo, esta-

bleciendo relaciones entre la literatura y las demás modalidades artísticas, faltando, entonces, una contra posición entre la naturaleza de cada cual y propuestas que hacen con que sean analizadas sus semejanzas y diferencias, pudiendo llegar, así, a discusiones sobre el término literario.

Palabras –llave: Literatura; Enseñanza Intermediaria; libro didáctico.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O termo literatura apresenta uma complexidade que torna difícil sua definição em poucas palavras. São várias as teorias que o discutem, mas que ainda não conseguiram satisfazer muitos estudiosos, que estão sempre em busca. Mais polêmico ainda torna-se o fato de ser trabalhada como instrumento educativo, provocando uma controvérsia de posições, havendo os defensores e aqueles que se revoltam quando lhe é atribuída alguma função pedagógica. Assim, a literatura enquanto objeto de ensino tem trazido algumas preocupações, necessitando de um estudo sobre seu uso, as metodologias adotadas e os materiais utilizados.

Inicialmente, julga-se relevante a discussão sobre o conceito de literatura e sua função no meio social como, também, seu lugar no ambiente pedagógico. Junto a isso, um parecer sobre o estatuto da disciplina Literatura e sobre o livro didático em geral, que obedecem à legislação e à burocracia governamental, faz-se necessário.

A pesquisa propõe uma análise descritiva de livros didáticos utilizados nas aulas de Literatura do Ensino Médio, visando investigar como esse conteúdo é apresentado em títulos dos mais usados atualmente nas escolas sul-rio-grandenses. Para as análises são levados em conta seus objetivos, propostas de atividades, envolvendo formas de trabalho e avaliação, critérios de seleção e comentários de autores e obras, modos de trabalhar os conceitos de literatura e a maneira de os textos serem classificados em gêneros e períodos. Junto a isso, pretende-se observar como o conteúdo literário dialoga com as demais linguagens e como é conduzido seu estudo em relação ao ensino de línguas.

A parte relativa à análise dos livros didáticos tem como base as teorias que discutem o ensino da literatura na sala de aula e as condições proporcionadas à leitura

como, também, as que fazem uma abordagem sobre o livro didático. Para as reflexões sobre o estatuto da disciplina de Literatura, são consideradas as propostas dos órgãos do Ministério da Educação e Cultura, ou seja, os Parâmetros Curriculares Nacionais. Dentro da Teoria da Literatura, dá-se ênfase às teorias que se dirigem para a sociologia, estando a pesquisa voltada para a questão da leitura e a visão da literatura enquanto produto social. Quanto a nomenclaturas, o termo literatura pode vir grafado com inicial minúscula, quando se refere ao conteúdo dos textos, e com maiúscula, ao tratar-se do componente curricular. Ainda, ao referir-se ao ensino de línguas, será usado o termo Língua Portuguesa.

Como “corpus”, são utilizados três títulos, tendo a escolha como principal critério a atualidade e a preferência de muitos profissionais. O primeiro a ser analisado envolve duas edições, devido ao fato de a primeira ser mais completa e trazer pontos que faltam na segunda, indispensáveis para as discussões e, se fosse usada apenas aquela, poderia ser alegado que já houve reformulação. Assim, usam-se as duas para se estabelecer uma reflexão geral dos aspectos dados como relevantes. A análise descritivo-analítica dos livros didáticos é feita após a abordagem teórica que serve de base para isso. A seguir, são levantadas questões que discutem a realidade percebida, e feitas algumas reflexões a partir dos problemas verificados.

No primeiro capítulo, é apresentada a abordagem teórica, considerando a natureza da literatura e sua relação com a sociedade, o uso do texto literário na sala de aula, sua recepção e seu papel na formação do leitor, o estatuto da área de estudos da literatura a partir das propostas pedagógicas dos órgãos competentes, a relação com a Língua Portuguesa, por fim, uma explanação sobre o livro didático. O segundo capítulo, o mais complexo e que, de fato, estrutura a pesquisa, faz a análise propriamente dita dos livros, considerando os objetivos, atividades, metodologia adotada, seleção de autores e obras, conceitos, classificações em gêneros e períodos literários e relação estabelecida entre a literatura e as demais artes como, também, entre as demais áreas de ensino. Para isso, é realizada uma análise reflexiva do conteúdo dos exemplares e das informações constantes no “Manual do Professor”. O terceiro capítulo pretende estabelecer uma discussão geral, a partir das observações realizadas, apontando sugestões para o suprimento de falhas para que, assim, os livros possam contribuir, com novas

propostas, para a qualidade do Ensino Médio.

O presente trabalho não pretende a construção de um novo estatuto para a Literatura, tampouco a destruição dos exemplares analisados. Apenas discute como a literatura é vista e como são apresentados seus conteúdos. Os planos de aula e os materiais utilizados determinam a metodologia de trabalho com o texto literário; assim, há a necessidade da análise desses outros aspectos para se pensar em soluções para os problemas que permeiam o ensino. Inicialmente, precisa-se ver o problema para, depois, apontar as possíveis soluções.

1A LITERATURA COMO COMPONENTE CURRICULAR

1.1 A literatura e o leitor

Na modernidade, as transformações são rápidas, pois a tecnologia avança a cada segundo, desafiando cada vez mais a inteligência humana. No entanto, nenhum tipo de máquina funciona sem a interferência do homem. Benéfica ou não, toda experiência, ou invenção, não parte senão dele. A humanidade tem esse poder devido à sua racionalidade e à sua vida social, não podendo um homem evoluir estando isolado. A sociedade, por outro lado, apenas funciona através da comunicação. Por isso, o ser humano tem uma língua específica como instrumento de interação com seus semelhantes.

Vivendo o homem em sociedade, estabelece trocas mútuas, que fortalecem seu crescimento e o avanço de sua comunidade. Tudo o que é produzido precisa ser transmitido às gerações seguintes, ficando a herança, que se diferencia conforme as características de cada população. A língua é um desses elementos que varia e, ao mesmo tempo, é uma capacidade, pois todos os indivíduos nascem com a competência de desenvolver a língua de sua comunidade. No entanto, há vários outros tipos de linguagem, através dos quais o homem se expressa e essas formas também, como a língua, geram produtos que sobrevivem através das gerações, formando a cultura. Essa pode ser expressa, pois, de várias maneiras e vai marcar cada tipo de sociedade. Há objetos culturais que nascem das habilidades de um sujeito, mas não têm intenção de apenas atender às necessidades práticas, constituindo a arte. Essa, mesmo sendo produzida por um ser individual, vai expressar algo da realidade social na qual o artista está inserido e, ao ser entendida como arte, não pertence mais apenas àquele que a produziu, tornando-se um patrimônio cultural da humanidade.

Segundo Jorge Coli (1990), a arte representa admiração. É instalada em nosso meio via aparato cultural e envolve discurso, local, atitudes de admiração, podendo um objeto ser visto como arte por diversas competências. Além de ser objeto de contemplação, a arte passa a ter valor comercial conforme a grandiosidade que lhe é atribuída, suscitando, também, uma crítica que a classifica segundo critérios de valor:

A crítica... tem o poder não só de atribuir o estatuto de arte a um objeto, mas de o classificar numa ordem de excelências, segundo critérios próprios. Existe mesmo uma noção em nossa cultura, que designa a posição máxima de uma obra de arte nessa ordem: o conceito de obra-prima. (Coli, 1990, p. 14).

Mais do que o valor de mercado, a importância conferida à arte é sua expressão histórica e sociocultural, podendo as obras contar a história da humanidade. Produzida por um ser em particular, mas representando toda uma coletividade e pertencendo a todo um grupo, torna-se universal. A arte, assim, é uma necessidade humana, pois perpetua uma sociedade e atende às suas visões de mundo, relacionando-se com o meio exterior. Trabalhando com a linguagem, utiliza uma matéria e um código, podendo ser classificada de acordo com eles, como a cor na pintura, o som na música, a massa na escultura. Cada objeto artístico tem a sua disposição os materiais que vão constituir a sua forma, de acordo com regras de composição específica.

Para Hênio Tavares (1984), a arte, em seu contexto geral, é aplicação do conhecimento à ação. Assim, arte envolve o fazer e o conhecer para a sua produção, que acaba virando um objeto. Toda arte vale por si própria e pode ser considerada um objeto de contemplação, conforme já foi abordado, mas não descomprometida com o social. Fala em conhecimento, dizendo que a literatura se serve de dois tipos: da mente e da palavra. Conhecimento em literatura pode significar, pois, visão de mundo e habilidade.

Na arte, forma e conteúdo possuem significados equivalentes. Todo o sentido revelado está na forma, no estilo adotado pelo autor. Essa proposição pode ser apoiada pela teoria estruturalista, para a qual significante e significado são indissociáveis. Na literatura, como nas artes em geral, o significante vale tanto como o significado, sendo aquele o próprio sentido de um texto. A forma de cada obra a remete a uma época com sua história e seus costumes, demonstrando ainda o grau de sensibilidade de seu criador. O sentido é múltiplo, aberto, assim, aponta para o universal, não para uma sociedade isolada, fechada em um sistema próprio. No momento em que adquire reconheci-

mento e valor universal, passa a ter uma importância maior do que seu autor. Esse faz a obra de arte, mas é ela que permanece. A arte necessita da habilidade de seu criador para ser produzida e, ele, por sua vez, mostra seu talento através de sua criação.

Segundo Hegel (1980), na arte não há abstração nem estaticidade. O universo é dado numa relação efervescente, sendo gerado com forças de oposição e conflito, o que acontece também com um leitor frente a uma obra. A arte sempre vai causar um tipo de impacto frente à situação de leitura, pois está dirigida a um público e pertence a uma cultura. Hegel chama de ideal ao que é aspirado pelo homem, ao desejo de plenitude, o que nunca é alcançado. A arte pode ser uma maneira de o ser humano expressar esse ideal, para chegar ao sublime.

Marx (1980), por sua vez, atribui à arte uma função ideológica. A sociedade sempre está em confronto, sendo caracterizada enquanto uma relação de conflitos conseqüentes da desigualdade, típica da sociedade de classes. O modo de pensar depende da organização social e influencia a produção artística. Para ele, a ideologia está a favor do Estado e das classes dominantes, mas o materialismo histórico, que se opõe à pregação de mitos e, assim, à ideologia burguesa, estabelece uma reflexão para mudanças. A arte pode desmascarar a ideologia, servindo como um elemento de conscientização, mas para fazer isso não precisa ser panfletária. A exemplo de Hegel, Marx vê a arte como algo que não acontece por acaso e que sempre vai causar um tipo de reação.

Georg Lukács (1968), em continuação, diz ser função exclusiva da arte tomar posição nas lutas do tempo, da sociedade e das classes sociais, favorecendo a solução de um determinado problema social. Chama a atenção, no entanto, para o fato de que a arte é autônoma, podendo ser vista por si própria, fazendo parte da vida social e refletindo sua realidade. Lukács vê a arte pura, a arte pela arte, como vazia, pois se desvincula do social e não possui um compromisso com a sociedade, para refletir e representá-la.

Lukács diz que é tarefa central da literatura a figuração do homem real. Critica a literatura decadente, que faz uma falsa profundidade do real. Contempla o Realismo como o período que melhor traduziu a realidade na literatura. Para esse autor, as formas literárias estão submetidas a uma dialética histórico-filosófica variável para cada

gênero. Para ele, o poeta tem o poder de dar sentido à vida. Segundo sua teoria sociológica, assim como a arte em geral, a literatura reflete uma sociedade e, se não o faz, torna-se vazia, pois apenas as produções que figuram o real têm algum significado. Por isso, os períodos literários que traduziram o real podem ser vistos como louváveis:

O conhecimento de um tal critério de medida é o fundamento de toda composição literária. Toda ação representa ou a afirmação ou o fracasso de pessoas concretas, socialmente determinadas, em situações concretas e socialmente determinadas. Toda ordenação compositiva é o reflexo, intensificado e concentrado na obra literária, das relações humanas e morais de determinadas pessoas entre si. A exatidão objetiva e a segurança subjetiva deste critério de medida são necessárias para proporcionar ao escritor o caminho de acesso à riqueza da vida. (Lukács, 1968, p. 109).

Lucien Goldmann (1976) vai além da teoria que aborda a arte enquanto **reflexo** da sociedade. Partindo do pressuposto do estruturalismo genético, estabelece uma conexão entre a literatura e o social, substituindo o termo de Lukács por homologia. Para ele, os elementos específicos da obra de arte são homólogos à sociedade que é representada na obra. Através dessa concepção, pode-se falar em literatura fantástica, que ocuparia um lugar questionável na visão de arte como reflexo, passando a idéia de não mostrar a realidade exatamente como é. Com o conceito homologia, o mundo real pode ser mostrado a partir de vários ângulos, sendo apresentado como poderia ser, com os fatos que poderiam ter acontecido. A arte enquanto homologia traduz a sociedade de acordo com a visão do autor, que se vale de formas simbólicas para representá-la. Portanto, o que está em jogo não é a reprodução tal e qual da realidade, mas sua simulação através dos recursos da arte, como, por exemplo, o sentimento de individualismo romântico expresso na melodia do verso.

Enquanto um tipo específico de arte, a literatura utiliza como matéria-prima as palavras. Mesmo tendo iniciado com a oralidade, a Teoria da Literatura afirma que há a necessidade da palavra escrita, sendo, portanto, o texto literário a arte da palavra escrita. Como a arte em geral, ele apresenta-se não apenas como objeto estético, mas possui um valor social. Para Mikhail Bakhtin (1988), a ideologia não pode ser expressa fora de um signo como, também, não se pode pensar em um signo sem ideologia e desprovido de um conteúdo social. Nenhuma expressão existe fora da linguagem como, também, de um contexto social. Roland Barthes (1977) chama a linguagem de legislação e a língua, de seu código, estabelecendo relações de poder. A literária, no

entanto, mesmo expressando uma determinada ideologia, não possui um caráter autoritário, porque permite leituras diversas.

Carlos Reis (2003) vê no campo literário fronteiras e hibridismo. Para o autor, ao tratar da literatura, há a necessidade de se observar as dimensões sociocultural, histórica e estética. O fenômeno literário é visto como sociocultural, por ser a literatura uma prática instituída segundo critérios sociais:

A ponderação da literatura como domínio próprio relaciona-se assim não só com a especificidade da **linguagem literária**, mas também, antes disso, com a possibilidade de valorizarmos a componente **institucional** do fenômeno literário (...) (Reis, 2003, p. 23).

Reis considera a literatura uma prática pluridiscursiva, traduzindo a consciência da ideologia, sendo, portanto, um fenômeno social. Os autores são colocados não como indivíduos, mas como entidades sociais e a literatura é considerada uma entidade maior do que a existência material do livro. As palavras são lidas pelo receptor, que vai assimilar o conteúdo do livro e a ideologia: “É no plano concreto, histórico e social de sua existência que o **escritor** chega a desfrutar de certo ascendente, na comunidade em que se encontra” (p. 55). Os períodos literários revelam, por isso, as ideologias, os pensamentos dominantes e as opções temáticas, remetendo o texto literário à História. Através da periodização, percebe-se a marca dos textos literários no tempo, seguidores de estilos e temas dominantes em uma determinada época:

As ideologias compreendem **sentidos** (ideias, juízos, valores) directamente assimiláveis – mas não sem complexa elaboração – pelo discurso literário.

As idéias organizam-se de forma **sistemática**, contribuindo indirectamente para incluir coesão e específica intencionalidade ao discurso literário de um determinado **período literário**.

O alcance colectivo que caracteriza os **sentidos ideológicos** (uma ideologia pode ter uma **origem** individual, mas não funciona, social e historicamente, sem dimensão colectiva) favorece e estimula a propensão também colectiva que é a dos movimentos periodológicos.

A dimensão histórica das **ideologias** tende a condicionar a historicidade (e, portanto, as razões da eclosão, maturação e desvanecimento) dos períodos que as representam literariamente. (Reis, p. 396).

Renné Wellek e Austin Warren (1962) atribuem como função à literatura a união do doce ao útil. Constitui-se enquanto uma instituição social que utiliza a linguagem, que é criação social, e possui, também, uma utilidade. O criador é um ser social e representa sua classe nas obras, podendo ser classificado segundo a fidelidade a uma ideologia. O escritor também depende de um público, acontecendo isso desde as

sociedades mais remotas, tendo sido muitas vezes a literatura fomentada e supervisionada. Os autores em questão afirmam que o escritor não é influenciado pela sociedade, mas a influencia. As situações sociais determinam a possibilidade de virem à tona certos valores estéticos, mas não são os próprios. Mesmo partindo de um contexto social e podendo expressar esses valores, a literatura não é simples documentação do real.

Segundo Robert Escarpit (1974), a literatura não só parte de um ser social, que é o autor, como, também, necessita chegar a um outro, que é o leitor. Para a leitura atingir isso, precisa de um material, que é o livro. Esse também é analisado por uma crítica, que lhe atribui juízos de valor, criando uma hierarquia para a literatura e influenciando seu consumo. Na Revolução Industrial, o consumo da literatura pode ter servido para a alienação, e grande parte do público aderiu ao consumo de massa, proliferando as vendas. A relação entre o leitor e o escritor é recíproca, um imaginando o outro, estabelecendo uma virtualidade para ambos. Uma obra pode aparecer ou desaparecer lenta ou rapidamente como pode, também, permanecer. O escritor projeta o seu leitor, predominando o sociológico sobre o psicológico. Por sua vez, a obra constitui-se como a organização de um todo, envolvendo ilustração, adaptação e tradução, indo além da produção feita por um único autor.

Arnold Hauser (1977) chama o autor e o leitor, respectivamente, de produtor e receptor, havendo uma mediação entre eles, que se adapta às condições de mercado. Sendo eles sujeitos históricos, a obra torna-se uma produção dialética. O criador produz e, a mediação cria a legenda, sendo o receptor sempre um ser ativo. O produtor e o receptor possuem identidades diferentes, mas seus caminhos se cruzam na cooperação e na ação recíproca. Livros não lidos são como sinais hieroglíficos, não possuindo valor sem uma recepção. Por outro lado, a obra é uma necessidade de auto-afirmação e auto-defesa, possuindo mais do que uma função subjetiva, o que vai ao encontro do que diz Terry Eagleton (1997), quando salienta que a literatura é imaginativa. A vivência artística provoca gozo e prazer, estimulando a sensibilidade. Daí a importância da leitura e, como salienta Hauser, do papel dos mediadores que acionam o sistema literário.

A questão da leitura também é abordada por Jean-Paul Sartre (1989), que diz

que a mesma se constitui como um apelo, enfatizando que a escrita literária implica ser lida. A relação estabelecida entre o autor e o leitor é de confiança e generosidade. O escritor necessita da leitura de seu texto por uma terceira pessoa para este ter existência, pois ele já escreve se direcionando a alguém:

Escrever é, pois, ao mesmo tempo desvendar o mundo e propô-lo como uma tarefa à generosidade do leitor. É recorrer à consciência de outrem para se fazer reconhecer como essencial à totalidade do ser; é querer viver essa essencialidade por pessoas interpostas; mas como, de outro lado, o mundo real só se revela na ação, como ninguém pode sentir-se nele senão superando-o para transformá-lo, o universo do romancista carecia de espessura se não fosse descoberto num movimento para transcendê-lo. (Sartre, 1989, p. 49).

Segundo Antonio Candido (1967), a análise literária precisa considerar os aspectos sociais e psíquicos. Para o sociólogo moderno, a obra de arte depende de fatores sociais e influencia o indivíduo. Candido defende a literatura enquanto sistema formado por uma tríade indissolúvel: o autor (a obra exige a presença de um criador), a própria obra (com valores morais e ideológicos) e o público (receptor da obra). Esses elementos, formadores da tríade, são responsáveis pela existência da obra e, assim, da literatura:

À medida, porém, que as sociedades se diferenciam e crescem em volume demográfico, artista e público se distinguem nitidamente. Só então se pode falar em público diferenciado, no sentido moderno – embora haja sempre, em qualquer sociedade, o fenômeno básico de um segmento do grupo que participa da vida artística como elemento receptivo, que o artista tem em mente ao criar, e que decide do destino da obra, ao interessar-se por ele e nela fixar a atenção. Mas, enquanto numa sociedade menos diferenciada, os receptores se encontram, via de regra, em contato direto com o criador, tal não se dá mais das vezes em nosso tempo, quando o público não constitui um grupo, mas um conjunto informe, isto é, sem estrutura, de onde podem ou não desprender-se agrupamentos configurados. Assim, os autores de um programa de rádio, ou os leitores dos romancistas contemporâneos podem dar origem a um 'clube dos amigos do cantor X', ou dos 'leitores de Érico Veríssimo'. Ou podem, esporadicamente, reunir-se em grupos limitados para congressos e iniciativas. Mas o seu estado normal é de 'massa abstrata', ou 'virtual', como o caracterizou VON WIESE. (Candido, 1967, p. 39).

Conforme Antonio Candido, as funções sociais manifestam-se naturalmente na obra e as criações artísticas são próprias da vida social. A literatura é posta como uma reorganização do mundo em termos de arte. No sistema literário, as questões sociais acontecem no ato da criação e, depois, na recepção. Para Candido, o social não se sobressai em relação ao literário, mas as obras são marcadas pelo tempo e pelo espaço.

A obra é um sistema que vive a sociedade e se faz viver no momento da leitura:

A literatura é, pois, um sistema vivo de obras, agindo uma sobre as outras e sobre os leitores, e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, único ante a qualquer público, nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo. (Candido, p. 86/87).

O artista é um ser social e esse simples fato é suficiente para que sua produção também o seja. A ideologia acaba aparecendo automaticamente, como acontece em qualquer produção humana. A arte enquanto tal pode não ter obrigação de expressar um conteúdo social, mas isso acontece inevitavelmente. A subjetividade do artista não é desprovida de ideologia, que é repassada a sua obra. Toda obra de arte parte de um contexto social e se dirige a ele, o que faz com que não se desvincule e, assim, não aconteça totalmente sem um compromisso com o social.

Diante das teorias expostas, é difícil pensar em arte pela arte, pois essa acaba parecendo algo sem sentido. Desde o momento de sua criação até chegar ao receptor, a arte está provida de algum tipo de conteúdo social. A literatura pode não ter o compromisso de informar, conscientizar, mostrar algo ou expressar um valor ideológico, mas isso acontece e é um processo pelo qual passa o texto, como acontece com toda obra de arte, pois o sistema literário faz parte da sociedade.

1.2 A literatura e o ensino

1.2.1 O texto literário na sala de aula

A literatura, na condição de texto artístico, pode existir por si própria e enquanto objeto estético. Mas, conforme se observou deve ser vista como algo comprometido com o mundo real. Também esse texto não tem a função de informar, ou de formar. No entanto, quando a literatura passa a ser utilizada pela escola, exerce uma função pedagógica, não devido a suas propriedades, mas ao meio no qual foi inserida.

Como a palavra contém a possibilidade de múltiplos sentidos, cada leitor vai

compor seu texto de acordo com a sua leitura. Para isso, ele precisa contar com seus conhecimentos prévios, suas experiências de leitura e de vida, sua interação na sociedade, na família, na escola, na igreja, na profissão, associação comunitária... Todas as experiências levam-no a ler o texto literário de seu modo. Quanto mais conhecimentos de vida e de leitura, mais possibilidades lhe são abertas. Assim, o ensino de leitura de literatura é necessário para formar um leitor competente. O texto literário pode exercer um significativo papel na formação do sujeito, dependendo da metodologia que for adotada. Ir para a sala de aula não significa perder ou desmerecer seu caráter artístico. Ao contrário, essas características podem auxiliar no interesse pela leitura, pelo qual a escola é responsável.

Não há mais como se pensar a literatura fora da escola. A prova disso é a própria disciplina de Literatura no Ensino Médio. A literatura não é mais um mero auxiliar e os alunos não mais apenas se deliciam com as peripécias das histórias, mas as analisam em sua estrutura profunda. A disciplina de Literatura vai além da prática da leitura relaxante. Portanto, a Literatura, ao ser estudada, aproxima-se da Língua Portuguesa, parecendo que há uma união firme entre esses dois componentes. Mas a Literatura possui um estatuto diferenciado daquela, podendo haver relação, mas respeitando as fronteiras de cada uma. De um lado, há o estudo da Língua Portuguesa e, de outro, o estudo do texto literário, de que dá conta a Literatura. Esses dois componentes curriculares podem interagir, mas de modo que fiquem claros os objetivos de cada um.

A literatura passa a exercer uma função didática quando é utilizada no ambiente pedagógico, assim como acontece com qualquer conteúdo utilizado na escola. Essa instituição pedagogiza o que não foi criado para esse fim, pois tem por função atuar no ensino e na formação de sujeitos. Inclusive, ter utilidade na escola pode ser visto como produtivo para muitas criações, que poderiam passar despercebidas se não fossem lidas pelo público escolar.

Na disciplina de Literatura há várias maneiras de se trabalhar com o texto. Nos currículos escolares, as obras literárias precisam ser contextualizadas. O tempo histórico adquire importância como, também, a própria vida do autor, contudo, para o entendimento do conteúdo das obras, qualquer estudo pode ser importante, desde que não seja desconsiderado o texto em si e em seu todo. O conteúdo de cada texto precisa ser

prioridade. A Literatura enquanto componente curricular tem, antes de tudo, como objetivo a formação de leitores, sem fazer com que seus textos percam o caráter que os torna especial frente a outras modalidades textuais.

Mas, no Ensino Médio de Literatura, não de ser considerados dois aspectos fundamentais: ensinar literatura e sobre a literatura. No primeiro caso, desenvolve-se o gosto pela leitura, no segundo, são dadas informações sobre autores, obras, estilos de época. A ênfase precisa recair no primeiro caso, porque necessário formar leitores que podem depois buscar informações. Inicialmente, deve-se despertar a paixão pelo ato de ler, depois mostrar a importância da leitura para a formação e o conhecimento, fazendo com que o jovem vá em busca de sua leitura no momento e na fonte que lhe convier.

Lígia Chiappini Moraes Leite (1983) diz que o conceito e a função da literatura são pontos que se problematizam e influenciam sua didática. O texto é colocado como o grande ponto de partida para o estudo da literatura. Sem ele, todo o estudo perde o sentido, pois ele deve ser o principal instrumento para discuti-la nos mais diversos âmbitos. Entendendo que um dos compromissos da literatura com a educação é a formação de leitores, o trabalho sem os textos apenas transmite informações que pouco contribuem para a formação integral do estudante. Em qualquer discussão sobre literatura na sala de aula, pois, o texto precisa ser lido e sentido, para depois serem analisadas outras questões que o permeiam.

Letícia Malard (1985) diz ser a literatura uma prática social tanto para quem a escreve como para quem lê. Trata-se de uma prática historicizada, projetada em um determinado tempo e espaço. A autora nega o estudo da literatura a partir dos períodos literários, também privilegiando como ponto de partida o texto. Dá importância para a comparação dos textos entre si. Dessa forma, o estudo da literatura pode não estar apenas na análise das obras em si, isoladas, mas na intertextualidade. Não há apenas a necessidade da interação entre texto e leitor, mas entre os próprios textos.

Mesmo havendo críticas à pedagogização da literatura e ao mau uso que a escola faz do texto literário, ninguém afirma que a literatura precisa sair da escola para preservar suas propriedades. Ao contrário, a escola é vista como espaço positivo para os escritos literários; o que é criticável é a metodologia de seu uso. Para muitas crianças e adolescentes, principalmente em países como o Brasil, que apresenta grande massa de

pessoas carentes e, com isso, analfabetismo ou pouco letramento, a escola pode significar o único meio de contato com os livros. E não se pode afirmar que isso acontece apenas com classes com pouco poder aquisitivo, mas de modo geral. Vivemos em um país em que a população como um todo não é leitora, principalmente os jovens. Assim, o ambiente escolar pode significar um ponto de encontro com os livros, mesmo, talvez, sem haver uma metodologia adequada.

Marisa Lajolo & Regina Zilberman (1988), falando de escola e sociedade, dizem que essas se modernizaram e, junto a elas, a literatura. Sociedade, escola e literatura atuam relacionadas e, assim, acompanham as marchas do progresso, ingressando nos novos recursos apresentados pela modernidade. Bárbara Vasconcelos de Carvalho (1989), ao falar da dependência entre criança, escola e literatura, grafa esses três substantivos com iniciais maiúsculas, como se fossem seres com vida ou, ainda, sujeitos, personagens de um enredo que pode desencadear um final feliz: “Para haver uma Literatura Infantil, é necessário que haja Criança e Escola. Sem Escola não há livros ao alcance de todas as classes” (Vasconcelos, 1989, p. 75). Para a autora, a criança deve iniciar desde cedo seu contato com os livros e, mesmo sendo um momento de fantasia, há a necessidade da motivação e da mediação. Assim, pode haver a formação de leitores através da produção de efeitos positivos provocados pela literatura:

A literatura é um fenômeno estético e ideológico, vinculado à cultura e à sua época. Como veículo educativo e considerando-se a permeabilidade da criança diante dos estímulos e motivações, é considerável o efeito que possa causar no comportamento do leitor em fase de formação. (Vasconcelos, p. 194).

Segundo Marisa Lajolo (1985), as escolas tiveram a missão de julgar e privilegiar autores e obras. No Ensino Médio, geralmente o estudo se dá em torno de determinadas obras, canonizadas pela Literatura, ou os clássicos, se for mais conveniente chamar assim. Há a necessidade da leitura dessas obras, mas, também, de tantas outras e de uma metodologia que faça com que sejam bem aceitas e apreciadas. O texto literário possibilita várias leituras sobre o mundo e a realidade, havendo curiosidade tanto para quem aprende como para quem ensina, como fala Paulo Freire (1993). Com as sugestões do texto literário, o aluno viaja para vários lugares, criando um mundo que passa a ser seu, saindo do determinismo do que é científico: “Na situação de produção e significação do texto literário, o contexto estabelecido tende a elidir as fronteiras entre

o que à primeira vista seria científico, técnico ou prosaico”. (Marisa Lajolo, 1985, p. 39).

Maria Thereza Fraga Rocco (1981) questiona sobre o fato de a literatura ser pouco estudada quanto a sua especificidade, havendo maior preocupação com questões exteriores. Lembra que muitos livros foram adotados com a finalidade do estudo da comunicação e expressão, sendo esse o enraizamento de um sistema imposto. A utilização de textos literários na escola, tendo outra finalidade que o estudo voltado para a o literário, valeu-se de métodos que fizeram com que esses textos fossem apenas um instrumento para outros estudos, que se afastaram do literário. Assim, estudos em torno do texto literário podem ser úteis, desde que sejam para completar o entendimento sobre o próprio texto.

Afrânio Coutinho (1976) fala de tratamentos que têm viciado o estudo da literatura: o histórico (confusão de fato histórico e fato literário) e o filológico (confusão entre o estudo literário e o gramatical). Como critério de abordagem, cita o literário genológico e o estilístico. A abordagem genológica trata da natureza específica da literatura. O método de trabalho dá-se através dos gêneros e o estudante lê a própria obra, distinguindo entre o que é e o que não é literatura. Com a abordagem estilística, o fenômeno literário e os gêneros estão localizados no contexto estilístico. Segundo o autor, o ensino da literatura precisa estar a serviço da própria literatura e a língua precisa funcionar apenas como instrumento. A literatura precisa servir para ensinar a leitura e conduzir à análise literária. Na sala de aula, assim, a literatura precisa se preocupar com a análise de seus textos e com a formação dos estudantes enquanto leitores.

Moema Russomano (1996) diz que uma das funções da literatura enquanto ficção é a criação de uma realidade própria, regida por normas desvinculadas do mundo concreto, bastando que o trabalho seja sugestivo. Como jogo, é recreativa, conduzindo ao prazer estético, como evasão, é fantasia e, como compromisso, mostra os aspectos da vida e do homem. Diante dessa perspectiva, a literatura é vista quanto a seu caráter lúdico, mas partindo de uma realidade, mostrada de diversas formas, com as várias maneiras que podem ser descritas pela literatura.

Maria do Rosário Mortatti Magnani (1989) chama a atenção para a antiguidade com que a literatura aparece na escola. No Brasil, a educação iniciou com a literatura ou a literatura brasileira iniciou como forma de pedagogia com o ensino jesuíta. Consi-

derando os tempos atuais, a interferência na leitura de seus alunos pode ser uma das funções do professor, mas isso precisa ser dado de maneira crítica. Na escola, pode-se aprender a ler e a ter gosto: "...a literatura é também novidade e ruptura e só será agente de transformação na medida em que for resultado e lugar de transformação" (Maria do Rosário Mortatti Magnani, 1989, p. 122). Nesse sentido, Alice Vieira (1989) salienta que escola e literatura sempre andam juntas. Cada leitura pode causar diversos efeitos, sendo importante a mediação do professor para conduzir e ampliar a visão que o aluno pode ter com sua leitura:

Da importância da leitura, passa-se, naturalmente, para o ensino da Literatura. Pois, se é por meio da leitura que o homem moderno entra em contato com as diversas formas de conhecimento, capacitando-se para atuar e participar na sociedade, é por meio da literatura que ele se introduz no mundo do imaginário, desenvolvendo não apenas sua sensibilidade e seu gosto artístico, mas também ampliando sua maneira de ver e de entender o mundo. A literatura, assim como outras formas de manifestação artística, preenche a capacidade de ficção do homem, possibilitando por meio da palavra a recriação e reinvenção do universo. O "penetrar no mundo das palavras" drumondiano descortina, ao ser humano, o caminho do conhecimento, bem como o gosto da função estética. (Vieira, 1989, p. 13).

Para Benjamin Abdala Júnior (2003), a história literária sensibiliza aqueles que têm ouvidos e aceitam, aparecendo dois pólos, a ideologia e a diversidade. Não condena nem louva o estudo sobre o passado histórico, desde que tal estudo seja compatível com a experiência do aluno, como se fosse uma memória ativa. Há a necessidade, também, de um diálogo crítico entre um texto anterior, que pode funcionar como um contexto, e o novo, que pode representar uma ruptura. A literatura pode, pois, estabelecer uma relação entre o passado e o presente, sendo, ainda, considerada uma memória, situada no tempo e por ele marcada. A leitura tem a possibilidade de trazer qualquer texto para o presente e mesclar o passado com a realidade do leitor.

Cléria Maria Monteiro da Silva (2000), em sua Dissertação de Mestrado, faz uma interpretação da visão escolar da literatura, partindo do pressuposto da Estética da Recepção desenvolvido por Hans Robert Jauss. A literatura, enquanto objeto estético, não possui autonomia, havendo a necessidade das relações intertextuais. Segundo Wolfgang Iser, a construção da obra fica assegurada pelas estratégias do autor em seu diálogo com o leitor. Como a escola precisa capacitar o aluno a viver em sociedade, tem para isso como um dos meios a leitura, que realmente acontece quando o leitor interage com

o texto.

Wolfgang Iser (1979), teorizando sobre a relação entre o texto e o leitor, fala dos vazios deixados por aquele, que se constituem como uma desconexão. Tais vazios são preenchidos pela imaginação do leitor, que forma imagens. Qualquer texto pode deixar lacunas a serem preenchidas, mas é com o texto literário que isso acontece com maior intensidade. Cada leitor constrói sua leitura, mas com coerência, sem criar um novo texto, fora do que está sendo exposto. O leitor pode atuar como um co-autor, mas sem desrespeitar as idéias do autor-criador. As várias significações e as várias lacunas, deixadas pelo texto literário, conferem o caráter não documental, mas criativo, da literatura. Durante a leitura, o receptor atua e recria junto ao texto com o qual está interagindo:

A função do vazio consiste em provocar no leitor operações estruturadas. Sua realização transmite à consciência a interação recíproca das posições textuais. A mudança de lugar do vazio é responsável por uma seqüência de imagens conflitantes, que mutuamente se condicionam no fluxo temporal da leitura. A imagem afastada se imprime na que lhe sucede, mesmo que supomos que esta resolve as deficiências da anterior. Neste sentido, as imagens permanecem unidas em uma seqüência que o significado do texto se torna vivo na consciência imaginante do leitor. (Iser, 1979, p. 132).

Diante dessa idéia, volta-se à natureza social da literatura, que já foi discutida, sendo confirmada a idéia de que sua existência depende da recepção feita pelos sujeitos leitores. Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1996) reforçam que ser leitor é uma função social. No momento em que lê, está interagindo com o que já construiu até então, trazendo o texto para sua realidade. Segundo as autoras, a literatura tem o papel de materialidade histórica, fazendo parte da prática coletiva. A literatura produz seu interlocutor, ou consumidor. Geralmente, os leitores se identificam com os textos que trazem algo de sua realidade, mesmo sendo um poema lírico que lembre um amor que ficou marcado. As leituras vão ao encontro das vivências e práticas do leitor, como se observa.

Jorge Larrosa (1998) defende a idéia de que o que se escreve vem de outro escrito, havendo duas faces, a leitura como formação e a formação como leitura, enfatizando a importância da relação do leitor com o texto. O autor fala da valorização das velhas leituras, não como uma forma de recuperar a velha cultura humanística, mas de estabelecer uma relação com o passado, articulando-o com o presente. A leitura é uma

experiência que atua na formação dos sujeitos, que podem refletir na escrita o que construíram. Esse autor compara a leitura com a digestão, não podendo aquela se dar de maneira que agrida, mas ser recebida com prazer. A literatura permite uma leitura que possibilita isso, contribuindo para a formação do leitor.

Para Larrosa, a crise dos estudos literários pode estar ligada aos propósitos de utilitarismo e o vínculo a conhecimentos que requerem resultados técnicos. É necessária, contudo, preocupação com uma leitura que se relacione com a vida dos jovens e, conforme já salientado, sem autoritarismo. Assim, a literatura pode ser transformada ao ser inserida no âmbito pedagógico. Cita Kant, dizendo que o filósofo fez comentários sobre a dificuldade de se ensinar filosofia aos jovens. Como outras áreas, a literatura também tem a dificuldade para a formação de estudantes. Mas ela parece ter o privilégio de atuar no campo pedagógico sem usar de autoritarismo, pois seus textos não possuem o direcionamento da ciência. Sendo assim, com a presença da literatura na escola, há a possibilidade da formação sem a imposição de algo exato: “A literatura nunca se entrega totalmente ao mundo, à cultura ou à personalidade do leitor.” (Larrosa, 1998, p. 284).

É comum que professores de Língua Portuguesa das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio reclamem de certas deficiências na leitura e na escrita dos alunos, atribuindo esse problema a falhas deixadas na fase de alfabetização. Da mesma forma, os professores das séries iniciais questionam sobre o interesse pela literatura que é perdido quando o aluno passa da 5ª série em diante. Quanto menor a idade e a série, maior parece ser o interesse e o encantamento das crianças para com os livros. Na passagem para a adolescência, elas se deparam com outros interesses, vendo a literatura como um exercício escolar. Inicialmente, há, pois, a necessidade de conquistar o jovem, depois, de estabelecer uma mediação para suas leituras e, indo adiante, estudar sobre a literatura, em termos teóricos e históricos.

A literatura pode não ser usada como fonte informativa, mas atua na formação dos estudantes e contribui de maneira satisfatória para o desenvolvimento do hábito da leitura. Modernamente, ao se falar em literatura e sua função na leitura juvenil, a palavra mais adequada seria gosto, não hábito, mas não pode se esperar apenas isso, pois o estudante, na condição de cidadão, precisa ter consciência da leitura em sua forma-

ção, tanto emocional e intelectual como profissional. Há a necessidade do reconhecimento da leitura e da função da literatura no desenvolvimento e aperfeiçoamento da prática constante da leitura, seja como divertimento ou construção do saber, o que pode acontecer concomitantemente.

1.2.2 Estatuto do componente curricular de Literatura

No Ensino Fundamental, o trabalho com a Literatura se faz junto com a disciplina de Língua Portuguesa, havendo um espaço reservado para a apreciação, sem obediência a normas e conteúdos. No Ensino Médio, possuindo a Literatura uma instância própria, ela precisa dar conta dos chamados conteúdos mínimos. Fazendo parte do programa curricular da escola, a Literatura não se atém a sua dimensão artística, mas passa a ser cobrada como disciplina educacional.

Segundo as discussões sobre os temas transversais em educação (1997), as disciplinas curriculares são uma espécie de herança cultural. Os Parâmetros Curriculares de 1997 apresentam o ensino como uma transmissão da ciência e da cultura. A cultura e o ensino são vistos como produtos das idéias predominantes ao longo da história. As idéias avançam, determinando reflexões no ensino. A estrutura curricular das escolas e os demais segmentos responsáveis pela educação são conseqüências das mudanças e exigências sociais, adaptando-se às novas realidades. Os componentes curriculares e seus conteúdos acompanham as inovações e atendem aos apelos do contingente do mundo moderno:

(...) As matérias das áreas curriculares tratam de certos temas nascidos de interesses intelectuais e sociais muito antigos, e estão arraigadas na ciência clássica. Mas, além de ser parcial em seus objetos de estudo, esta ciência converteu-se, desde a alvorada da história, em um importante instrumento de poder. (Vários autores, 1997, p. 32).

Nelson Piletti (1996), abordando os problemas do Ensino Médio, enfatiza os termos democracia, educação e democratização, chamando a atenção para o conceito atribuído para democracia. No Brasil, tal nível de ensino teve seu início na formação de elites até a vinda da democratização, quando passaram a ser contempladas as classes populares. Os objetivos da educação, segundo a Constituição de 1988, referem-se à

preparação para a cidadania. O autor alerta que falta conhecimentos por parte dos alunos e que há uma distância entre a lei e a realidade. Dentre as áreas de ensino, foi dada uma maior relevância para a Língua Portuguesa e a Matemática, sendo visto como de grande importância o ensino da língua materna na preparação para o mercado de trabalho. Não se considerou a importância de uma área, mas a destinação do ensino. Para Piletti, a luta dos professores na reivindicação por melhores salários influencia o trabalho pedagógico. Percebe-se, assim, que a democratização necessita da qualidade do ensino para servir à população, tanto na estrutura como no fazer pedagógico.

A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 visa expressar os valores de sensibilidade, igualdade e identidade (Maria Ester Vieira de Sousa, 2004). Os Parâmetros Curriculares Nacionais surgiram como uma exigência da LDB, significando uma nova estrutura, em especial, para o Ensino Médio. O novo Ensino Médio deverá preparar para a vida, qualificar para a cidadania e capacitar para a aprendizagem permanente, considerando, assim, o aluno como sujeito de sua aprendizagem. Falando especificamente da área da linguagem, o texto é posto como objeto de trabalho do ensino, precisando ser visto como um todo. Na formação do cidadão, a literatura, inserida na área da linguagem, vale-se do texto para o trabalho com a leitura e o literário é analisado em várias propriedades.

A partir de 1996, o Ensino Médio começou a fazer parte da Educação Básica (Abramovich & Castro, 2003). O acesso a esse grau de ensino foi facilitado como, também, estabelecida uma relação com o mercado de trabalho. Maria Laura Puglisi Barbosa Franco (1994), observando as várias fases pelas quais passou o Ensino Médio, diz que houve uma significativa expansão desse ensino, mas se, de um lado, houve um aumento da acessibilidade, de outro, aumentaram os problemas, sendo esses de várias naturezas. A precariedade das condições de ensino acompanhou seu desenvolvimento quantitativo. A preocupação com a qualidade do Ensino Médio sempre ficou evidente, mas sem muitos resultados. Nas condições em que se desenvolveu o esse grau de ensino, questiona-se o lugar da Literatura enquanto componente da grade curricular e as funções que lhe são atribuídas.

A literatura, inicialmente, era chamada de poesia (Regina Zilberman, 1990). Sua herança pedagógica já vem da Grécia Antiga, em que era aplicada essa propriedade

aos mitos. Na Antigüidade, funcionava como uma transmissão ao público de padrões de relacionamento com o grupo do ponto de vista social e político. Na era moderna, a literatura teve o privilégio de fazer parte da escolarização, sendo a única arte a ter esse mérito por usar a palavra escrita. Dessa forma, se fez necessária às atividades pedagógicas e isso passou a ser visto como algo que a enobrecia. Conforme Zilberman, uma certeza que sempre se teve através dos tempos é a de que a literatura favorece a formação do indivíduo:

Em certo sentido, a leitura revela outro ângulo educativo da literatura, o texto artístico talvez não ensine nada nem se pretenda a isso: mas seu consumo induz a algumas práticas socializantes, que estimuladas, mostram-se democráticas, porque igualitárias. (Silva & Zilberman, 1990, p. 19).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, de 1999, o estudo da Língua Portuguesa direciona-se ao conhecimento da língua materna. Com a LDB nº 5.692/71, houve a dicotomização da disciplina em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Os parâmetros questionam o estudo historicizado da literatura. A Língua Portuguesa e a Literatura pertencem a uma área que visa a expressão, mas há a ironia de que são aulas de expressão em que o aluno não pode se expressar. A literatura é colocada como um exemplo simbólico verbalizado, mas é compreendida junto com a Língua Portuguesa. Para essa área são atribuídas competências e habilidades a serem desenvolvidas: representação e comunicação; investigação e compreensão; contextualização sociocultural. Língua Portuguesa e Literatura são consideradas áreas que visam à formação do cidadão, inserindo-o em seu mundo cultural, considerando a comunicação e o conhecimento da língua de sua comunidade falante.

Dóris de Arruda C. da Cunha (2004) diz que o ensino da língua tem finalidade para a escrita. O acesso a isso parece já estar facilitado com a democratização, mas a literatura ainda é um privilégio de poucos, possuindo os livros uma acessibilidade menor. A partir dos anos 60, o texto deixou de ser considerado um produto para ser um processo. Assim, não pode mais ser visto como um objeto isolado, mas envolvido com toda a realidade cultural, da mesma forma como acontece com os sujeitos, e essa é a abordagem sociocultural dos PCNs. Também falando sobre o ensino de línguas, Maria Bernadete Fernandes de Oliveira (2004) o considera inserido em uma proposta pedagógica preocupada com a formação de cidadãos e sua preparação para o mercado de

trabalho. São levantados alguns questionamentos sobre o que se ensina nas aulas de línguas quanto ao discurso, à linguagem como uma realidade vivida, às atividades de leitura e produção de textos. Independentemente da metodologia, a linguagem precisa sempre ser vista como um processo de significação:

... poderíamos dizer que, as diretrizes para o ensino da disciplina de Língua Portuguesa, configurada nos PCNs, sugerem uma concepção de linguagem, compreendida de um lado em seu papel de mediação semiótica (Wertsch, 1985) e, de outro, em seu funcionamento como uma prática discursiva. (Oliveira, 2004, p.50).

Segundo Socorro de Fátima P. Villar (2004), os PCNs têm pouco para oferecer ao professor, pois levantam muitas questões, mas oferecem poucas respostas. No conceito atribuído à linguagem, há um equívoco no de literatura, sendo que os próprios livros didáticos não mencionam a fonte desse conceito. Em linhas gerais, esses materiais atribuem à linguagem literária o sentido de conotação, aproximando-a do senso comum. Geralmente, há uma confusão entre linguagem figurada e conotação. É difícil compreender a conotação em palavras isoladas, mas no sentido geral do texto, como, por exemplo, em um poema. As palavras isoladas podem manter o sentido denotativo, aparecendo o conotativo na relação geral e na intertextualidade, sendo isso percebido com a interpretação. A literatura é uma entre as várias linguagens, não uma outra linguagem. Para a autora, os PCNs, talvez mesmo indiretamente, consideram a história da literatura uma abordagem adequada para estudo da língua como um bem cultural. À literatura é atribuída a responsabilidade da formação de leitores, envolvendo as obras clássicas, mas o Ensino Médio reproduz o Curso de Letras, enfatizando a história da literatura e sua classificação em escolas literárias, o que não contribui para a formação de leitores. Menciona, por fim, que não basta dizer que Machado de Assis foi um grande mestre, mas há a necessidade de que os alunos gostem dele:

O acesso ao texto literário se constitui como veículo importante no desenvolvimento de habilidades e competências. Como qualquer outro texto, o literário apresenta a linguagem como lugar de implícitos, de visão de mundo, de diálogo com outros textos. (Villar, 2004. p. 121).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais demonstram uma preocupação com a qualidade do Ensino Médio como, também, com a preparação do jovem para o mercado de trabalho e com seu crescimento intelectual, adaptando o ensino a sua realidade sociocultural. A importância atribuída ao ensino da língua materna não é negada, ao

contrário, essa é vista como um dos maiores bens culturais. Para o ingresso de qualquer sujeito na sociedade, é fundamental que ele aprenda o funcionamento da língua nos diversos setores, para que sua fala e sua escrita não sejam empecilhos para sua ascensão social, o que começa pelo mercado de trabalho. Para haver oralidade e escrita fluentes, se faz necessária uma outra formação, que é a da leitura. A Língua Portuguesa e a Literatura têm, assim, a grande responsabilidade na formação letrada dos sujeitos.

No entanto, falta abordar a especificidade da literatura enquanto componente curricular. Os PCNs tratam a literatura como se fosse sub-área da Língua Portuguesa, mantenedora do ensino sobre a linguagem. Constata-se uma preocupação primordial com a escrita, envolvendo leituras e produções. Dessa forma, parece que o ensino de literatura se volta para uma leitura que tem por objetivo o aprimoramento da escrita, desencadeando o ciclo leitura, interpretação e produção. Há a necessidade de considerar a literariedade do texto, fazendo com que o aluno leia sem se preocupar com uma futura produção. Toda produção escrita e demais atividades vindas com a leitura do texto literário podem ser válidas, desde que seja mantido seu significado, que seja valorizada a literatura enquanto arte que também participa da formação do sujeito.

1.2.3 *Relações entre Literatura e Língua Portuguesa*

Considerando que os Parâmetros Curriculares Nacionais atribuem várias funções à Língua Portuguesa e que a Literatura é vista praticamente como uma variedade dessa última, ou como uma forma diferenciada de expressão lingüística, sem lhe ser direcionado um olhar especial, pode se dizer que isso é o reflexo das práticas da escola ao trabalharem com esses dois componentes. No Ensino Fundamental, conforme já ressaltado, não aparece a Literatura na grade curricular e seu trabalho é desenvolvido de acordo com a vontade do professor. No Ensino Médio, possui autonomia, constituindo-se como uma disciplina específica, mas seus objetivos, metodologia, justificativa, acabam se mesclando novamente com a Língua Portuguesa como se fosse um conteúdo dessa.

Conforme Afrânio Coutinho (1983), os estudos literários iniciaram no Brasil como

um pretexto para o ensino da língua. Ressalta o autor que a literatura precisa ser estudada em seu interior, devendo-se cuidar, ainda, para que, ao invés de literatura, não se faça história literária. O ensino tradicional de literatura enfatizava questões filológicas, mas isso já está ultrapassado. A literatura pode utilizar questões lingüísticas, históricas, filosóficas, assim como, também, essas áreas podem aproveitar o que a literatura tem a oferecer para seus respectivos estudos. Mas isso precisa acontecer de modo que as aulas de literatura não se transformem em aulas de Português ou História, e que não sirva apenas como um mero recurso a serviço de outras áreas.

A Pedagogia moderna defende a prática da interdisciplinaridade, revelando que o sujeito é um todo cultural, não um ser fragmentário. Mas é necessário que isso não seja aplicado de maneira equivocada nas escolas. Teorias lingüísticas, e até mesmo literárias, ressaltam a importância da intertextualidade, como menciona Nancy Maria Mendes (1994). Assim como qualquer método, pode ser válido se respeitados os limites de cada campo do conhecimento. Muito se fala das fronteiras flexíveis da literatura e que essa deve interagir com outras áreas, principalmente quando se está referindo ao ensino. Mas é necessário que se tenha claro o que é Literatura para depois se fazer com que essa interaja com outras áreas, não tendo prejuízos, assim, quanto a sua autonomia.

Hilda Orquídea Hartman Lontra (1991), através de uma pesquisa realizada em escolas do interior do Rio Grande do Sul, constatou que em várias delas língua e literatura eram estudadas juntas. Os professores justificaram isso alegando praticidade. O mesmo professor dava conta das duas disciplinas, utilizando a mesma metodologia, podendo-se dizer, os mesmos textos e, muitas vezes, os mesmos conteúdos, podendo um mesmo plano de aula contemplar os dois componentes. Talvez isso seja prático para a escola e para o professor, mas se questiona sobre os benefícios que traz para a qualidade e para a dinamicidade das aulas, pois os alunos podem não saber diferenciar esses dois pontos.

De acordo com a Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (1998), o processo de planejamento curricular deverá formar um leitor competente e um produtor de textos. Ali se estabelece uma divisão distinta entre a Língua Portuguesa e a Literatura Brasileira enquanto componentes curriculares. A essa última são atribuídos os seguintes objetivos: proporcionar ao aluno uma inserção qualificada na civilização da língua

portuguesa; proporcionar acesso ao patrimônio cultural; entender a literatura como “locus” privilegiado de realização da língua, comprometida com um fator decisivo para uma compreensão profunda e organizada do mundo, não sendo seu estudo linear. É dito, também, que a literatura é composta de livros, sendo criticado o estudo histórico bibliográfico: “... para manter uma perspectiva histórica adequada ao tratar da literatura, não é suficiente (por motivos científicos), nem é produtiva (por motivos pedagógicos), a mera apresentação cronológica de obras e autores” (RIO GRANDE DO SUL, 1998, p. 46). É questionada, ainda, a supervalorização do presente em prejuízo ao passado e ao distante. O ensino precisa integrar língua, redação e literatura. Essa última é colocada como leitura, necessitando formar o aluno enquanto leitor, o que já deve ser trabalhado no Ensino Fundamental. Para isso, o próprio professor precisa, também, ser um leitor. Diante de tal perspectiva, a literatura aparece como um grande espaço pedagógico, sendo vista como uma aliada do ensino da língua com o intuito de formar leitores, que interpretam e se pronunciam criticamente frente aos textos lidos.

A Lei de Diretrizes e Bases, os Parâmetros Curriculares Nacionais, os padrões curriculares elaborados pelas Secretarias Estaduais, bem como as escolas em geral destinam à Literatura um espaço na grade curricular do Ensino Médio. Mas há algumas ressalvas a serem feitas, iniciando pela própria denominação de Literatura Brasileira, que pode parecer restrita e excluir outras heranças culturais, mesmo sem fazer isso na enumeração de seus conteúdos. A terminologia implica preocupação voltada apenas para a literatura brasileira. O estudo sobre conceitos relacionados ao termo literatura, gêneros, influências, pode ficar obscuro, como a própria condição da leitura e apreciação dos textos em seu todo. Falar apenas em Literatura pode mostrar um modo mais abrangente de se ver e estudar seus conteúdos.

Interdisciplinaridade e trabalhos com projetos são práticas pedagógicas importantes nas escolas, desde que não privem nenhum componente de trabalhar com os alunos seus conteúdos específicos. Se em uma determinada escola o tema gerador é algo relacionado com a água, não há nada mais desanimador para um professor de Literatura do que ouvir de um coordenador pedagógico: “Com que obra você vai trabalhar que fale sobre a água?” ou, pior, “Li um poema que fala sobre água, mas não tinha nexos, vamos procurar alguns que tragam uma mensagem de conscientização”. É ne-

cessário cautela para não cair nessas armadilhas, reduzindo as obras literárias a temas de projetos.

Pode ser significativa e importante a interdisciplinaridade entre a Literatura e a Língua Portuguesa, mas, para isso, não há a necessidade de um mesmo professor trabalhar com as duas disciplinas concomitantemente. Dois professores com idéias diferentes podem trocá-las entre si e, com isso, se dar um trabalho muito mais rico, evitando que a literatura seja usada como um mero recurso para o Português, que acaba adquirindo um caráter mais nobre. A Literatura pode atuar junto à Língua Portuguesa na formação de leitores e na preparação de agentes sociais, mas, também, pode fazer isso junto com a História, a Geografia, enfim. Enquanto componente curricular, a Literatura ensina e forma, mas deve ser valorizada no contexto escolar e garantindo especificidade de seu “corpus” de estudo, o texto literário.

1.3 O livro didático de Literatura

1.3.1 Conceito de livro didático

Cabe fazer referências a um material pedagógico que é comum na sala de aula: o livro didático. Tal material funciona quase como um guia para o professor, tendo muito mais utilidade para esse do que para as aulas ou para o próprio aluno. O livro didático pode se tornar um aliado ou um vilão, dependendo de como é usado.

Em especial no Ensino Médio, há a necessidade do auxílio de um material pedagógico para que o aluno não passe um período inteiro de aula copiando do quadro-verde ou transcrevendo o que o professor lhe dita. Uma das saídas são as fotocópias, em que o professor seleciona textos, conteúdos e exercícios, e, depois, repassa aos alunos. Esse material é criticado por muitos professores, que dizem não ser atrativo, mas mal apresentado e algo que alunos mal-organizados podem perder facilmente, pois acaba sendo composto de folhas soltas. O livro é um material com vários recursos visuais e está bem encadernado, fazendo com que o aluno tenha organizado todo o conteúdo e atividades. Outra vantagem desse material é que traz tudo pronto para o

professor, que não precisa mais perder tempo com seleção de textos e elaboração de exercícios. Apenas o que tem a fazer é explicar o conteúdo, quando isso acontece. O livro didático pode exigir pouco do aluno e menos ainda do professor.

São escassos os elogios que se ouve em relação ao livro didático, em contraposição à variedade de críticas. Assim, se questiona o porquê da assiduidade de seu uso na sala de aula. O livro vem resistindo a críticas negativas e continua poderoso, fazendo quase que do professor e do aluno seus escravos em vez de servi-los. Seu uso constante prova que possui utilidade, mesmo talvez sem ter qualidade. Seu conteúdo fica em segundo plano frente à facilidade que traz para a ação pedagógica em sala de aula. Enquanto os professores debatem teoricamente sobre seus pontos negativos, a prática demonstra que também são vistos pontos negativos, mas o material é criticado e não descartado.

Levantando os prós e contras em relação ao livro didático, pretende-se debater sobre sua presença nas aulas de Literatura. Como todas as áreas do conhecimento, a Literatura possui materiais didáticos que podem auxiliar ou interferir de maneira negativa em seu estudo. No livro didático, a literatura aparece presa a certos padrões que podem retirar a criatividade das aulas e impor uma convenção no uso dos textos e na maneira de interpretá-los. O livro, ou seu mau uso, pode massacrar a fantasia e a ludicidade oferecida pelo texto literário.

O livro didático, partindo do próprio nome, é um recurso destinado exclusivamente ao uso escolar, representando, para muitos professores, o grande aliado das aulas, o ponto de partida e de chegada da aprendizagem. Os conteúdos partem desse recurso e os exercícios propostos fazem o fechamento, quando não são seguidas outras atividades sugeridas pelo livro. As discussões em torno de sua utilização trouxeram aprimoramentos, mas não sua substituição por outros recursos pedagógicos.

O livro didático ocupa um lugar de destaque entre os meios de ensino, não ficando isento de orientação política (Alaíde Lisboa de Oliveira, 1986). Passou por várias análises, discussões e seminários sobre seu uso. A autora discute os pontos positivos e negativos em relação a quem é responsável por sua escolha. Se o próprio professor selecionar os livros, há a vantagem de serem preferidos aqueles que atendam às necessidades de sua classe, mas há o despreparo desses profissionais. Por outro lado, se

a escolha for feita por um grupo maior de professores pode, também, haver uma maior qualidade de seleção, o que também é defendido por Nelly Carvalho e Francisco Gomes de Matos (1984). Mas se esse trabalho for feito pelo Governo (Estadual ou Federal), deveria haver profissionais especializados para isso. Independentemente a quem fica o cargo de selecionar os livros didáticos, faz-se necessário conhecer profundamente a área de estudos, a realidade do ensino para uma análise criteriosa do material a ser utilizado. Como critérios são apontados o nome do autor (ou o re-nome), a acessibilidade de linguagem, o “Manual do Professor”, a apresentação gráfica; o preço, a divulgação. Muitas vezes, o próprio intercâmbio das editoras influencia as escolhas.

Wanderley F.da Costa, Bárbara Freitag e Valéria R. Mota (1997) traçam um breve histórico do livro didático. A partir de 1930, ele passou por uma seqüência de decretos e medidas de forma desordenada. Havia uma ligação com a política governamental e, de acordo com Guy de Holanda, com uma política educacional consciente. Em 1957, finalmente, o livro didático nacional tornou-se uma consequência direta da revolução de 1930. Em 1937 deram-se as primeiras iniciativas desenvolvidas pelo Estado Novo: divulgação e distribuição de obras de interesse educacional e cultural. A comissão encarregada dos livros didáticos exercia uma função mais voltada para o político-ideológico do que para o didático, dando-se um intenso controle sobre a produção e a circulação do livro. Diante da realidade, houve o surgimento de posturas críticas a respeito do uso de tal material.

Na década de 60, foram assinados vários acordos entre o governo brasileiro e o americano, havendo um controle por parte desse último. Em 1968 deu-se a criação da FENAME (Fundação Nacional do Material Escolar), com o Programa Nacional do Livro Didático, modificado em 1976. No período de 1970 a 1980, intensificaram-se os trabalhos críticos sobre o livro didático, com ênfase em seu conteúdo, sendo avaliado seu caráter ideológico, voltado para o sistema capitalista. Em 1980, tem-se a assistência a crianças carentes, a política de reutilização do livro didático e a escolha feita pelos professores. No Brasil, houve um atraso na crítica ao livro didático, enquanto em outras partes do mundo se davam cuidados na formulação dos livros, havendo a participação de toda a comunidade. No Brasil, ainda, o Governo era o grande financiador do livro didático.

Em 1985 é criado o Plano Nacional do Livro Didático, com a reintrodução do livro durável, pois o descartável, que vinha sendo adotado, implicava uma qualidade inferior. A política do livro didático sempre teve em mente a criança desprivilegiada, o que persistiu com a Nova República. Cresceu a disputa entre as editoras, que tinham como estratégias programas sociais e qualidade da mercadoria. Dava-se a produção de uma quantidade para uma grande massa: “O livro didático no Brasil é uma mercadoria produzida pela indústria cultural, assumindo, assim, todas as características dos produtos dessa indústria.” (Wanderley F da Costa; Bárbara Freitag; Valéria R. Motta, 1997, p. 60). Os autores citados, de acordo com Umberto Eco (1980), dizem que os textos selecionados idiotizam as crianças. Cada vez mais os livros didáticos enfatizaram a imagem em detrimento do conteúdo, apostando nos recursos atrativos para a garantia de venda.

Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1996) consideram o livro didático uma das modalidades antigas de expressão escrita, sendo dependente de uma política educacional e de uma imprensa gráfica. O livro didático, também denominado de primo pobre da literatura, é o primo rico das editoras. Geralmente, esse material traz uma seleção de obras literárias em forma de textos fragmentados, que não mostram a verdadeira riqueza da literatura. Mas isso acaba não interferindo em seu consumo, o que envolve, além das indústrias e dos mercados, o Governo. No entanto, tais mediadores não teriam força se não fosse a aceitação da escola, pois o livro didático acaba tendo nessa instituição sua utilidade reconhecida e, assim, garantido o seu lugar:

O livro didático interessa igualmente a uma história da leitura porque ele, talvez mais ostensivamente que outras formas escritas, forma o leitor. Pode não ser tão sedutor quanto às publicações destinadas à infância (livros e histórias em quadrinhos), mas sua influência é inevitável, sendo encontrado em todas as etapas da escolarização de um indivíduo; é cartilha quando da alfabetização; seleta quando da aprendizagem da tradição literária; manual quando do conhecimento das ciências ou da profissionalização adulta, na universidade. (Lajolo & Zilberman, 1996, p. 121).

O livro didático estabelece o confronto de duas correntes opostas (José Roberto Rus Perez, 1991): a que o defende, considerando ser um material facilitador, e a que critica, por ter um papel de reprodução ideológica. De qualquer forma, é difícil falar em sua eliminação. A polêmica em torno dele é dada tanto nos domínios pedagógicos como na legislação educacional. Seu perfil está relacionado às alterações da legislação do ensino

No governo de Fernando Henrique Cardoso aconteceu uma significativa expansão do livro didático, atendendo às demandas das escolas públicas de Ensino Fundamental. No ano de 2006, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi posta em prática uma nova conquista: a distribuição gratuita de livros didáticos para o Ensino Médio, iniciando com as áreas de Matemática e Língua Portuguesa, contemplando, também, a Literatura. Mas as discussões e polêmicas continuam: enquanto alguns consideram isso como algo positivo e renovador para o Ensino Médio, que, por muito tempo, ficou à margem dos privilégios concedidos ao Ensino Fundamental; outros acreditam que continua sendo uma forma de alienação. Se os livros estão sendo distribuídos, é conveniente que sejam utilizados, podendo ser vistos como mais um recurso de que o professor dispõe, não como mediadores das aulas, papéis desempenhados pelos professores.

Não há como negar a força e a persistência dos livros didáticos, pois mesmo com tantas reformulações de ensino e ataques quanto a seu uso, permanecem e, cada vez, com nova roupagem e propostas. Mas os livros não adquirem força por si só, há toda uma estrutura, não só política como, também, pedagógica, em torno de sua produção e consumo. Por fim, há o aval da escola, que os acolhe. O livro didático, contudo, pode ser acolhido e utilizado, se atender às propostas pedagógicas da escola e o professor souber fazer dele um uso adequado.

1.3.2 A presença do livro didático nas aulas de Literatura

A ligação com a disciplina de Língua Portuguesa fez com que a Literatura não se livrasse da utilização de livros didáticos. Esses, destinados ao ensino do português, incluem os estudos literários. Mas a utilização, ao invés de auxiliar, pode prejudicar a qualidade do ensino da literatura, considerando que há obras para serem lidas. No entanto, como acontece com as demais áreas, seu uso acabou se tornando automático e inevitável devido às exigências e à realidade da educação.

Afrânio Coutinho (1997), chamando os livros didáticos de manuais, sugere que os mesmos sejam trocados pelos livros no ensino da Literatura. Essa afirmação parece

já ter se desgastado nas teorias pedagógicas relacionadas à Literatura. O livro didático não foi trocado plenamente pelos livros literários e, no contexto atual, em que o Ensino Médio volta-se para o mercado de trabalho e para o vestibular, mais intensa se torna a presença dos manuais que, nesse caso, também são chamados de guias. Seria muito produtivo se o ensino da literatura fosse dado apenas a partir das próprias obras, mas, conforme já questionado, não se pode mais pensar na eliminação dos livros didáticos. Assim, é mais viável que sejam feitas discussões sobre a maneira de os materiais auxiliarem sem que as obras percam seu lugar.

Maria do Rosário Mortatti Magnani (1989) também observa que os livros didáticos podem ser o primeiro contato da criança com a leitura, através do texto. Chama a atenção para os livros de Língua Portuguesa, que envolvem leitura, gramática e redação, com exercícios de produção, atividades que são niveladas em um círculo, o mesmo que já foi comentado em outro capítulo. Novamente se insiste na especificidade e na clareza dos objetivos ao se trabalhar a literatura, resumindo isso em leitura e produção para aperfeiçoar a leitura e a escrita. Os objetivos do trabalho com a literatura acabam mesclando-se com os da Língua Portuguesa, aparecendo confuso e distorcido o próprio conceito de literatura. Os livros didáticos parecem estar voltados para a língua, e a literatura se apresenta apenas como uma variação dessa, emprestando seus textos para a compreensão gramatical. Assim, o ensino da literatura não foge dos livros didáticos, mas é mesclado com o de línguas, numa relação não apenas de dependência, mas de subordinação. Sua importância volta-se para a fluência verbal, oral e escrita.

Os livros didáticos de Literatura, mesmo os que a consideram uma disciplina autônoma, demonstram, de maneira geral, uma preocupação não voltada para a apreciação das obras e nem para a formação de leitores enquanto sujeitos que vão em busca de novas leituras, mas para um conhecimento que tem validade na prestação de provas. O grande exemplo que ilustra isso é o vestibular. O conhecimento avaliado pelos vestibulares refere-se à memorização (Alice Vieira, 1989). Os guias didáticos adquirem a função técnica de lançar os conteúdos e exercícios que podem ser cobrados nos concursos, não fazendo nenhum exercício construtivo com a literatura e as próprias obras literárias acabam indo para o mesmo viés. A leitura, que poderia ser vista como algo positivo, acaba transformando-se em obrigatória, feita apenas com o objetivo de presta-

ção de provas.

A questão do vestibular também foi retratada por Claudete Amália Segalin de Andrade (2001). Nos anos de 1980 e 1990, a literatura foi incluída no vestibular, o que pôde ser visto como uma inovação no que se refere à leitura. O contato dos alunos não ficou apenas com os livros didáticos, mas, também, com as obras literárias. Essa inclusão da literatura fez com que fossem lançadas listas de livros, denominadas leituras obrigatórias, conforme já referido. As listas de livros possuem um caráter autoritário e preservam o cânone, mas também servem como uma desacomodação aos professores, que procuram reforçar seus conhecimentos sobre os livros listados. Mas a literatura precisa ir para um conteúdo mais profundo do que o cumprimento de listas. O romance acompanha as transformações sofridas pelos sujeitos dentro da sociedade, o que não pode ser entendido através de leituras mecânicas. Segundo Bakhtin, não é possível estudar a literatura fora de seu contexto cultural, mas, também, não apenas presa a sua época. Em seu ensino, é preciso ver a literatura em si e sobre si, isto é, todas as suas características e história, junto à apreciação de seus textos. Para isso, precisa ser ultrapassada a autoridade das listas e manuais:

Em 1992 a Universidade Federal de Santa Catarina lançou sua primeira lista de livros de literatura para o vestibular, acompanhando o movimento desencadeado pela FUVEST em 1989. Essa exigência tinha dupla finalidade: construir um agente de promoção da leitura que pudesse alterar sua recepção crítica entre os estudantes de nível médio e interferir na melhoria da produção textual, um dos requisitos exigidos para o acesso ao terceiro grau. (Andrade, 2001, p. 42).

Elisane Regina Cayser (2001), concordando com Regina Zilberman (1984), diz que o livro didático brasileiro inclui textos produzidos por autores contemporâneos da literatura nacional, mas norteado por práticas que nivelam a polissemia literária. O professor é manipulado pela sedução dos livros didáticos e a língua, desconsiderada em seu todo, é trabalhada como algo estanque. Nesse todo em que é defendido o ensino da língua, poderia se pensar em sua união com a literatura. Mas o que se observa é que tanto o ensino fragmentado da língua como sua concomitância com a literatura aparecem de maneira equivocada. Qualquer livro didático pode unir as áreas do conhecimento e propor um único trabalho, desde que não se dê uma miscelânea em que todos pensam estar contribuindo para o conhecimento e não se responsabilizam por seus conteúdos específicos e deixem suas contribuições obscuras frente às demais áreas.

Ainda falando em autoritarismo, mas em outra perspectiva, Ana Lúcia G. de Faria (1996) diz que a escola pouco colabora na luta do proletariado contra o dominador. Ao livro didático é atribuída a função de transmissão da ideologia dominante, burguesa. A escola também precisa ser mudada e, assim, o ensino. Diante disso, sem questionar se o livro didático realmente assume o que está sendo denunciado, o que se percebe é que a escola é responsável por muitas falácias que acabam contagiando os livros e o modo de pensar dos professores.

Falando do valor econômico dos livros didáticos, Olga Molina (1988) diz que os mesmos significam uma parcela significativa no mercado de consumo. Sua venda ultrapassa a dos livros de literatura. Para os pais, podem significar um problema econômico, mas, por outro lado, é uma forma de a criança e o adolescente contatarem com a leitura, também defendendo essa questão, o que já foi feito por outros autores citados. O livro, assim, é visto como um produto de consumo, mas que pode também funcionar como educador, sendo resumido como um produto comercial, mas, também, cultural:

O livro didático adquire especial importância quando se ostenta para o fato de que ele pode ser, muitas vezes, o único livro com o qual a criança tem contato. Considerando-se o fato de que, ao deixar a escola, pode ocorrer que jamais tornem a pegar os livros, percebendo-se que, para muitos cidadãos, o livro didático termina por ser “o livro”. (Molina, 1988, p. 18).

Segundo os trabalhos do Programa de Apoio à Utilização de Recursos Didáticos, da URCAMP (1989), o livro didático é aquele que possui a intenção de ensinar, estando voltado para a instrução de um grupo. O professor é quem o escolhe, mas sem preparo e responsabilidade, não observando as idealizações e preconceitos que são passados como, também, as poucas possibilidades de trabalho que são apresentadas: “Os livros didáticos não apresentam muitas oportunidades de indagações, descoberta e experimentação em **Português**, desfavorecendo o Princípio de Intuição”. (PROED – URCAMP, 1989, p. 161.). Aqui se volta para uma outra questão inicial: a função do professor e da escola. Independentemente do que é apresentado pelos livros, por mais frio e falso que seja seu conteúdo, não terá como passar isso aos estudantes se o mediador de seu uso não permitir. Dentro da sala de aula, é a autoridade e o conhecimento do professor que deverá se sobressair.

Os livros didáticos não substituem os livros de literatura nem a escola, que são

os grandes responsáveis pelo ensino da literatura. A eficiência dos livros didáticos pode ser questionada ao se falar no sistema educacional, sendo esse quem precisa conduzir o conteúdo de tais livros, não se dar o contrário, assim como o professor precisa ser criativo e não manipulado. Os livros apenas divulgam uma falsa ideologia se possuírem um facilitador para isso na sala de aula. O professor sempre vai ser o condutor do trabalho pedagógico e ensino vai depender de seu desempenho.

Os livros didáticos acabam sendo um mal necessário para a indústria, que também precisa sobreviver, sendo isso útil à economia do país e esse, por sua vez, investe em programas sociais. A própria distribuição de livros é um benefício para uma estrutura educacional com poucos recursos, podendo o professor selecionar o material a ser adequado. Mas se chegam à escola materiais precários e com conteúdo de semelhante natureza, é necessário que se questione o que está sendo feito pela educação, pois a qualidade dos livros didáticos é apenas uma consequência do sistema de ensino.

1.3.3 *Uma proposta de análise*

Para a análise foram selecionados os seguintes livros: *Português - Novas palavras* – Ensino Médio, primeira edição, de 2000, e segunda, de 2003, editora FTD, autoria de Emília Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite e Severino Antônio, chamado de livro A. O motivo da utilização de dois exemplares, como se referiu na introdução, é devido ao fato de a primeira edição ser mais utilizada, sendo em alguns pontos mais completa do que a segunda que, em contrapartida, é mais volumosa. Mas, para a análise geral, é considerada essa última, sendo informado quando da citação da segunda, que poderia ter ficado como única, mas na eventualidade de alguma crítica, poderiam surgir contestações de que há uma outra edição que já superou possíveis falhas. O segundo exemplar, livro B, é *Português: literatura, redação, gramática*, de Marina Ferreira, primeira edição, ano de 2004, editora Atual. O terceiro, Livro C, *Português – Linguagens*, de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, quarta edição, ano de 2004, também da editora Atual. Propositamente, foram selecionados dois livros de volume compacto e um, dividindo os volumes nas três séries, sendo também esse um critério

de avaliação.

Os critérios de seleção envolveram o formato e a procura feita pelos professores. Os livros em análise foram distribuídos às escolas no ano de 2004 para que os professores os verificassem, com a expectativa de adoção. Para isso, a escolha foi variada, dividindo-se as idéias dos professores, mas os livros em questão são utilizados mesmo que por via de fotocópias, sendo levados para a sala de aula de uma maneira ou de outra. As editoras de tais livros geralmente são elogiadas e, portanto, requisitadas. Há diversas outras que poderiam ser trabalhadas como, também, autores e títulos, sendo o ideal a análise de todos os livros que percorrem o meio escolar. Mas, devido à extensão que isso ocuparia, e à dificuldade para a comparação dos mesmos, foram selecionados apenas os três títulos citados, sendo considerada, basicamente, a repercussão das atividades escolares.

Conforme também já informado, é feita uma descrição dos livros, observando as questões metodológicas, que são os objetivos, propostas de atividades e avaliação; seleção de autores e obras; concepções de literatura, que envolvem a definição e a posição da literatura frente às demais modalidades; classificação dos gêneros literários e dos estilos de época. Na análise de atividades, é verificado o que é comentado pelos autores nos suplementos especiais para se ter algo objetivo, seguido de uma análise dos exercícios contidos pelo interior do livro. Outros comentários em torno das atividades são feitos junto a outras análises, pois na discussão dos conteúdos há a necessidade de verificar a metodologia e os exercícios propostos. Após a descrição objetiva, é feita a análise comentada, seguida de uma comparação entre os exemplares.

Os aspectos são descritos na seqüência dos capítulos, sendo o número desses mencionado apenas uma vez, para não haver repetição, ou conforme a necessidade. O início da análise é o “Manual do Professor” para que, nas demais descrições, haja a possibilidade de ser observado o cumprimento do que fora proposto. Alguns aspectos são complementos na descrição de outros, também pelo motivo de serem evitadas as repetições, como, por exemplo, a citação de autores é breve porque a ênfase recai nas obras. Assim, a falta ou o complemento de uma informação é feito conforme a prioridade do tema e do assunto abordado.

A preferência pela análise por sucessão de tópicos, e não de livros ou seus capí-

tulos, também é devida à comparação, havendo maior clareza de como cada um se apresenta nos exemplares. Através de uma análise minuciosa dos livros podem ser percebidas questões que, muitas vezes, não chamam a atenção, mas que podem ser determinantes para a prática de ensino. Volta-se a insistir que nenhum livro é o único instrumento didático, mas sua qualidade implica na das aulas e, assim, a recepção da literatura.

2 A LITERATURA NOS LIVROS DIDÁTICOS

2.1. As questões metodológicas

2.1.1 *Objetivos traçados*

Os objetivos de cada livro são analisados a partir de notas introdutórias dos autores. Como os livros são exemplares destinados ao professor, é esperado um comentário em que são expostas as etapas a serem cumpridas e os resultados esperados. Os objetivos podem ser o ponto determinante para toda a estrutura do livro, pois a partir daquilo que se pretende é que o trabalho se direciona. Assim, inicialmente, é examinado o que os autores falam ao professor.

O livro A traz, em sua primeira edição, publicada em 2000, na segunda página, um pequeno texto com o título “Ao estudante”, no final assinado com “Os autores”. Trata-se, portanto, de uma mensagem aos alunos que irão ocupá-lo, com os objetivos. Segundo eles, é no Ensino Médio que se dá o aprofundamento dos conhecimentos sobre a língua. O roteiro para o estudo das literaturas portuguesa e brasileira permitirá uma compreensão de sua natureza e traços básicos, com exame de textos essenciais de cada período. O estudo da gramática propõe-se a evidenciar a estrutura da língua portuguesa, considerando seu uso. Quanto à redação, há a proposta de diversos exercícios e leituras com jogos para desenvolver a capacidade de linguagem e de pensamento, através da relação com as produções dos alunos como de outras “de modo mais vivo, mais livre e mais lúcido”. Para os autores, a apropriação das diversas manifestações culturais e o reforço do conhecimento da língua culta padrão significam uma melhoria para a convivência no mundo que cerca o educando. Pode se dizer que os objetivos dos autores voltam-se para o conhecimento da cultura e o uso de uma linguagem

adequada, dando-se esse estudo de forma criativa e com preocupação com o cotidiano.

A segunda edição, de 2003, traz, no final, um suplemento denominado “Conversa com o professor – orientações, procedimentos e estratégias”, que totalizam oitenta páginas, não aparecendo mais a parte destinada ao aluno. A apresentação desse suplemento diz que o livro está dividido em três grandes setores, Literatura, Gramática, Leitura e Redação, desobrigando a utilização linear do livro. É ressaltado que o sumário não pode ser transformado em um programa para as aulas e que a autonomia do professor é preservada. Os objetivos são explicitados apenas na parte que se dirige à gramática e à redação, de maneira mais detalhada do que na edição anterior, mas com o mesmo conteúdo e a mesma preocupação: aprofundamento do que foi trabalhado no Ensino Fundamental; domínio da norma culta; conhecimento da língua em seu uso. A parte referente à redação volta-se para o conhecimento dos diversos tipos textuais e a interpretação seguida de produção. O estudo de gramática e redação apresenta como objetivo geral o reconhecimento da diversidade e lingüística e sua aplicação prática. A seção referente à literatura não explicita os objetivos, mas pode ser percebida uma preocupação com a leitura, sendo afirmado que o trabalho está voltado para a produção escrita.

O livro B também traz em seu final um suplemento intitulado “Manual do Professor”, com quarenta e oito páginas. Essa parte assemelha-se a um projeto de planejamento de aulas, com objetivos, metodologia, estrutura da obra, avaliação, fazendo isso de maneira geral e apresentando uma divisão entre estudos de língua e literatura. Nos objetivos gerais aparece a intenção em oferecer um curso completo de Português, envolvendo os estudos da língua, literaturas portuguesa e brasileira, leitura e produção textual, são orientados na construção da cidadania. Os alunos deverão ler, entender e produzir os vários tipos de textos, bem como usufruir os diferentes recursos lingüísticos, relacionando as manifestações literárias com o contexto econômico, social e político:

As atividades desenvolvidas durante o ano letivo buscam os seguintes objetivos:

- desenvolver a capacidade de pensar a linguagem por meio do reconhecimento e uso de diferentes formas de comunicação;
- levar à compreensão dos processos de formação da cultura brasileira, através dos estudos sobre a história literária de Portugal e do Brasil.” (p. 6).

São apresentadas, nos objetivos referentes à literatura, três noções básicas para

seu estudo, uso da linguagem e o lugar ocupado ao lado de outras manifestações artísticas. O aluno precisa reconhecer os estilos, relacionando as produções a seus períodos. O estudo comparativo das obras permite sua compreensão dos textos através dos aspectos históricos, portanto. Os objetivos para a leitura, produções e estudo da gramática propõem, em linhas gerais, a compreensão das diversas tipologias e uma revisão do que foi aprendido no Ensino Fundamental. É ressaltado que a gramática possui autonomia, mas o que foi visto neste estudo deve ser aplicado a outras frentes.

O livro C, assim como o B, também traz no final o “Manual do Professor”, com trinta e duas páginas, sendo o mesmo nos três volumes. Os objetivos não aparecem explícitos, podendo ser deduzidos no todo. Na segunda página do livro há o texto “Ao estudante”, em que pode-se observar que os objetivos voltam-se para a cultura, através da intertextualidade e do conhecimento das manifestações artísticas, sendo enfocadas as diversas linguagens como instrumento de comunicação. Também se percebe uma preocupação com a leitura, deixando claro o interesse por interpretações de textos verbais como não verbais. O livro propõe-se, de forma dinâmica, a conduzir à compreensão da estrutura e do funcionamento da língua portuguesa, para que possa ser feito um bom uso da mesma. No “Manual do Professor”, aparece uma proposta voltada para os Parâmetros Curriculares Nacionais, falando da literatura numa relação dialógica, envolvendo contexto histórico, bem como estudo da organização da língua a partir da gramática normativa e dos vários recursos disponíveis.

Através da leitura, os autores dizem buscar uma abordagem da literatura em uma perspectiva de diacronia e sincronia, voltada para a relação com seu tempo e suas transformações. Indicam a historiografia, mas como proposta de inter-relação, voltando a insistir na questão do dialogismo. Pode se dizer que a proposta geral do livro é a relação entre os textos envolvendo os estudos da língua portuguesa e da literatura.

Os três livros apresentam como objetivo comum a preocupação com a língua culta, levando em consideração o seu uso, não menosprezando as diversidades. O trabalho com o texto também aparece como uma intenção tanto no estudo da língua como da literatura. Os objetivos voltam-se para o aprofundamento dos conhecimentos trazidos no Ensino Fundamental. A literatura parece ter a função de estabelecer uma relação com o estudo da língua, pois a explicitação dos objetivos enfatiza essa última. No

entanto, a cultura aparece como um dos pontos destacados pelos autores e a literatura atua como um dos instrumentos para esse estudo. O contato do aluno com a cultura sobressai-se na Língua Portuguesa e na Literatura em uma proposta de interação entre essas duas disciplinas.

2.1.2. Proposta de atividades

Seguida dos objetivos, a metodologia conduz a um trabalho que pode fazer com que a literatura sirva como algo instigador, que desperte a curiosidade e o desejo pela leitura como, também, uma fonte de conhecimento sem que seu aspecto lúdico seja massacrado pelas exigências da sala de aula. A eficiência da metodologia leva a atividades envolventes, como momentos de descoberta. As propostas constituem-se em uma prática daquilo que foi visto nos conteúdos, podendo descontrair enquanto retoma o que foi apresentado.

O livro A deixa claro que o planejamento fica por conta do professor, no entanto, é ressaltado que o texto precisa ser o centro das aulas de literatura e de todo o planejamento, sendo escolhido, na maioria das vezes, por sua adequação ao período literário. A leitura aparece como um ponto de partida para os estudos literários, buscando-se um leitor autônomo, crítico e com gosto pela leitura: "O professor deve tomar o cuidado para não assumir uma atitude superior e intransigente, lembrando sempre que o aluno é um leitor-aprendiz" ("Manual do Professor", p. 6). Segundo os autores, os exercícios não podem se restringir aos que são sugeridos pelo livro, e a própria leitura dos textos apresentados requer estratégias. Tanto as atividades com a literatura como as de redação demonstram preocupação com a recepção de textos, considerando a leitura um processo construtivo e contínuo.

As atividades propostas pelo livro, na parte de literatura, referem-se basicamente à interpretação dos textos, ou dos fragmentos apresentados. Ao final de cada capítulo aparecem diversas questões objetivas retiradas dos manuais de vestibular. Ainda, há um texto chamado de "Leitura", com atividades de interpretação, relacionado com o conteúdo visto. Cada capítulo também é aberto com uma parte chamada de "Primeira

Leitura", assim como também há produções que fecham-os, possuindo questões de interpretação, sendo isso condizente com a importância dada a cada qual, conforme abordado pelos autores. Todas as questões são respondidas na própria página, sendo as respostas acompanhadas de comentários e de glossário na margem esquerda. Assim, as atividades dão-se em forma de interpretação, nos textos destinados à leitura, e com questões de vestibular, que retomam o conteúdo visto.

No livro B, o "Manual do Professor" traz a denominação "Sugestão de atividades" no final de cada capítulo. Elas também se referem a análises textuais, propondo identificação do eu lírico, narrador, receptor da mensagem, tema, tempo e espaço, resumo, dependendo do gênero textual que está sendo trabalhado. São sugeridos vários tipos de pesquisas e trabalhos, como exposição de *slides* com obras artísticas, seguidos de discussão sobre os gostos de cada período, com propostas de atividades em grupo e representações teatrais.

As atividades estão voltadas para a interpretação dos textos e apresentam variações com propostas de intertextualidade, aparecendo letras de música e sugestões de utilização de CDs. No final dos capítulos há uma seqüência de questões objetivas relativas a vestibular, sempre informando a instituição responsável pela prova que continha a pergunta transcrita. Exceto as que são de resposta pessoal, todas são respondidas na própria página, muitas acompanhadas de comentários do autor.

No "Manual do Professor" do livro C, as propostas de atividades mesclam-se com todo o referencial e as justificativas que o compõem. São citados os PCNs, comentários sobre o Exame Nacional do Ensino Nacional do Ensino Médio como, também, os teóricos Antonio Candido e Mikhail Bakhtin, que propõem, respectivamente, um estudo da literatura voltado para o social e uma teoria baseada no dialogismo. Os autores falam muito em relação dialógica e intertextualidade, podendo ser concluído que tanto os conteúdos como as atividades precisam ser dadas a partir desses posicionamentos.

Os exercícios propostos aos alunos são variados e com certa profundidade, levando-os à reflexão. São explorados vários tipos de textos, como literários, informativos, tiras, letras de música, gravura, sendo estabelecidas relações entre os mesmos, conforme a proposta do manual. Como atividades extraclasse são sugeridas várias leituras, que reforçam o que foi apresentado pelos conteúdos. Na abertura de cada uni-

dade há a seção “Fique ligado, Pesquise!”, em que são apresentados vídeos, livros, músicas e *sítes*, para que o aluno busque de informações complementares. Ao final dos capítulos, aparecem propostas de atividades artísticas como encenações e representações, que visualizam o que foi retratado. O final de cada livro (nos volumes 1, 2 e 3) traz uma parte intitulada “Em dia com o vestibular”, com questões objetivas, que retomam o que foi abordado e dão uma amostra do vestibular. Os volumes desse livro trabalham, de uma maneira geral, com os vários órgãos do sentido, envolvendo leitura, interpretação, visualização, sensações... A intertextualidade proposta não se dá apenas entre os diversos tipos textuais, mas, também, entre corpo e mente.

Os três livros determinam exercícios após a teorização dos conteúdos ou da reprodução de um texto com denominação “Leitura”. Todas as questões são respondidas, havendo pequenas pausas para resposta pessoal. O livro C traz um maior número, com exercícios que propõem discussões para serem realizadas junto aos alunos. As questões objetivas já contêm as alternativas corretas marcadas, sem propostas de discussão, sendo extraídas dos cadernos de vestibular. As atividades artísticas demonstram que há uma preocupação que vai além do simples lançamento de conteúdos, o que também pode ser visto com as atividades extraclases. Compatibilizando as propostas em geral, o texto é o ponto norteador para conteúdos e exercícios.

2.1.3. Avaliação

A avaliação é sempre um ponto delicado e polêmico nas diversas áreas da educação, sendo, também, motivo das maiores preocupações para muitos professores e outros profissionais do ensino. Soma de notas, instrumentos de avaliação e critérios geralmente são medidas tomadas por um grupo formado pela equipe escolar. No entanto, os diagnósticos precisam ser aplicados por cada professor, que vai tirar suas conclusões. Mesmo com vários profissionais trabalhando com a mesma turma, cada um vai sentir as próprias dificuldades, refletindo sobre os procedimentos a serem adotados. A avaliação acaba sendo algo particular, dependendo de cada realidade. Mas isso não faz com que deixe de aparecer em livros didáticos junto às demais propostas. Nos li-

vros-objeto de análise, novamente essa questão será verificada no suplemento especial e em seu interior, juntamente com as atividades.

O livro A não fornece exercícios para avaliação e nem proposta. Diz apenas, no “Manual do Professor”, que esse procedimento precisa ser tomado de forma construtiva e debatida, envolvendo vários recursos e dinâmicas:

Ao término da leitura, avaliação dinâmica e construtiva, por meio da discussão de temas, de exposições orais, de painéis, de estudo de trechos escolhidos pelos alunos, de recriação de outros meios (desenho, quadrinhos, murais, representações teatrais de cenas, etc.) (p. 6).

Tanto a avaliação referente à literatura como à língua envolve leitura, interpretação e produção. Pode se dizer que a criatividade encontra-se na variedade de textos e formas de interpretar e produzir, pois, conforme indica a citação, não são trabalhados apenas textos escritos. O livro deixa a avaliação por conta do professor, não fornecendo exercícios próprios para esse fim.

O livro B traz um item especial para a avaliação no “Manual do Professor”. Saliêta que o aluno sempre deve ser visto como um sujeito atuante. O processo avaliativo precisa demonstrar o que foi atingido, tendo ele o direito de conhecer os critérios adotados pelo professor. São fornecidas, no final, algumas sugestões de critérios para a avaliação dos textos produzidos pelos alunos. Há uma valorização da produção de textos, referindo-se à literatura e à língua portuguesa juntas, e, os critérios propostos consideram adequação ao tema, domínio da língua culta, coesão. Aquele que poderia se adequar à literatura é o de reconhecimento das características do texto a ser produzido. No entanto, se é interessante a preocupação para com a produção, percebe-se, por outro lado, uma expectativa de texto bem estruturado e voltado para a língua culta, mais do que ênfase para a criatividade e à exploração do fantástico.

O livro C não propõe nenhuma atividade voltada especificamente para a avaliação, podendo ser deduzido que as diversas tarefas citadas podem se destinar a isso, como o professor preferir. No entanto, no “Manual do Professor” são feitos alguns comentários a esse respeito, dizendo que o desenvolvimento da capacidade leitora dos alunos tem sido insatisfatória e que instrumentos de avaliação aplicados por diversos órgãos comprovam o baixo desempenho dos mesmos. Comentários sobre o vestibular também referem que os autores preocupam-se com o momento em que o aluno enfren-

tará avaliações. O livro não traz modelos de exercícios de avaliação, mas fica transparente o fato de os educandos serem preparados para a prestação de provas, não apenas as que acontecem na sala de aula.

Os três livros não trazem uma abordagem aprofundada sobre avaliação, fornecendo pequenas sugestões desacompanhadas de exercícios específicos. As questões de vestibular são pequenas amostras, mas sendo feitas em sala de aula aparecem como um mero treino. Para a literatura, em especial, não aparece nenhuma proposta concreta, apenas leituras e produções que também podem ser feitas no ensino da língua. Leitura e produção, todavia, tornam-se a preocupação primordial, sendo o texto o instrumento em que o aluno mostra o que aprendeu.

A falta de exercícios próprios para a avaliação talvez se deva à autonomia dada aos professores, conforme os comentários dos autores. Mas seguidamente aparece a palavra “deve”. Ao mesmo tempo em que os manuais alegam fornecer liberdade ao trabalho pedagógico, dizem que ele deve ou não ter tais procedimentos, mesmo quando é dito que o sumário não deve ser o programa. Os livros funcionam como uma espécie de guia e poderiam fornecer modelos de atividades de avaliação, não ficando apenas nas questões de vestibular desprovidas de discussão. Quando os autores insinuam que a inteligência dos alunos não pode ser subestimada, acabam fazendo isso com a do professor. As atividades propostas sempre vão ser sugestões e é compromisso saber aproveitá-las do modo mais eficiente.

2.2 Presença de autores e obras

2.2.1 Relação de autores

Desde o Ensino Fundamental, o texto é o ponto central para os estudos. É a partir de sua leitura que são dados os conteúdos, seguindo-se o círculo da leitura, interpretação e produção. Mesmo isso sendo vicioso, um trabalho que envolve esse material sempre traz algo de produtivo. No ensino de Literatura no Ensino Médio, esse uso não pode mais ser visto apenas como importante, mas fundamental. As obras literárias se-

rão o conteúdo das aulas, envolvendo todas as informações que serão motivo de compreensão e apreciação.

No ensino de literatura, os textos literários precisam estar acompanhados de um contexto. No entanto, não podem mais servir como pretexto para uma enumeração de modos e estilos de época ou para comentários de termos lingüísticos. A língua, sendo o material da literatura, precisa ser discutida, assim como as influências de cada época. Não é aceitável, no entanto, o uso de textos apenas como exemplos para os estilos ou para o estudo gramatical. Literatura envolve leitura, ficando os textos em primeiro plano.

Considerando a literatura em uma perspectiva social, como um sistema que envolve a obra, criador e seu receptor, os alunos podem ser levados a discutir os múltiplos significados e a possibilidade do texto de se valer por si próprio, mas sem ignorar seu contexto como, também, seu autor. Entendendo, por exemplo, a infância e a adolescência de Graciliano Ramos e a repulsa de José Saramago pela Igreja, podem ser produzidos maiores sentidos sobre suas obras. Sem priorizar biografias, é importante que o autor seja conhecido, que se estude sua vida e a época em que viveu. Sendo o ensino da literatura também o ensino da cultura, conhecer grandes autores é saber sobre os ícones que formam a história da cultura brasileira e, também, universal.

Defendendo que a obra é o grande elemento para o ensino da literatura, sua presença nos livros didáticos vai ser imprescindível. A metodologia de aprendizagem, a citação e os comentários em torno dessas são decisivos para o contato do aluno. O autor não pode ficar oculto, mas, nem sobressair em relação à obra. Assim, a maneira como aparecem os textos, com seus respectivos autores, poderá determinar o conhecimento e o gosto do aluno frente à literatura. Devido ao aprofundamento com o estudo da seleção estabelecida, optou-se pela separação da análise dos autores.

Para a relação dos autores apresentados pelos livros didáticos apenas será elaborado um levantamento seguido de comentários. Mas esses não serão aprofundados, sendo isso deixado para a parte referente às obras. Os autores serão citados e os comentários se direcionarão ao espaço ocupado, caracterização e importância conferida a seu nome junto à literatura.

No livro A, os autores são mencionados após a contextualização histórica de cada estilo de época, aparecendo uma pequena biografia e um pouco das obras. A litera-

tura portuguesa medieval e clássica retrata Gil Vicente e Camões. A literatura brasileira quinhentista traz apenas o nome de José de Anchieta, classificando-o na literatura jesuítica; a literatura informativa é citada, mas sem destacar nenhum autor. No Barroco há apenas o Padre Antônio Vieira como nome da literatura portuguesa e, Gregório de Matos Guerra, para a brasileira. Passando para o Neoclassicismo, Portugal apresenta Du Bocage e, o Brasil, os nomes de Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga para a poesia lírica, depois, na épica, aparecendo Santa Rita Durão e Basílio da Gama. Sobre os primeiros autores, além de serem transcritos fragmentos dos poemas, há uma vasta informação; já dos últimos aparecem os fragmentos em primeiro plano e um pequeno quadro contendo sua biografia, dando a entender que podem ser nomes menores em relação aos outros. O teórico Antonio Candido é mencionado em vários momentos no comentário das características dos estilos, falando, inclusive, em sistema, considerando que o Arcadismo foi o primeiro período brasileiro a ter a participação do público, como na apresentação dos autores:

Segundo o crítico Antonio Candido, o Arcadismo se afigura como o 'momento decisivo em que as manifestações literárias adquirem, no Brasil, características orgânicas de um sistema (...) em correlação íntima com a elaboração de uma consciência nacional'. (p. 106).

O Romantismo, na literatura portuguesa, é dividido em gerações, tendo na primeira o nome de Almeida Garrett e Alexandre Herculano; na segunda, os nomes de Camilo Castelo Branco; na terceira, João de Deus e Júlio Dinis. De cada autor, aparecem fragmentos das obras, comentários biográficos e literários. O Romantismo brasileiro também está dividido em gerações, tendo apenas Gonçalves Dias como nome da primeira; na segunda, Junqueira Freire, Casimiro de Abreu e Álvares de Azevedo, sendo transcritos fragmentos de textos apenas desse último, os demais são comentados. A terceira geração traz apenas Castro Alves, com destaque para seus poemas. Da prosa, são lembrados Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar e Manuel Antônio de Almeida, com reprodução de partes de suas obras e comentários sobre suas trajetórias literárias e aspectos pessoais. Nas referências à literatura portuguesa, não há divisão entre poesia e prosa nas gerações, como acontece com a brasileira, que, por sua vez, estabelece apenas divisões para a produção lírica. Ao final da unidade, são citados, brevemente, Bernardo Guimarães, Alfredo de Taunay e Franklin Távora em um peque-

no texto denominado “A prosa romântica regionalista”, aparecendo apenas a enumeração de suas obras.

No Realismo/Naturalismo de Portugal são mencionados como poetas Antero de Quental, com destaque para sua biografia e obras e, depois, com menos intensidade, Guerra Junqueiro Gomes Leal e Cesário Verde, sem referências a suas obras. A prosa apresenta com grande destaque o nome de Eça de Queirós, transparecendo ser a grande figura do Realismo português. O Realismo/Naturalismo brasileiro cita Aluísio Azevedo da mesma forma como se refere a Eça, enquanto os demais autores aparecem com a denominação de “menor importância literária”, Júlio Ribeiro e Adolfo Caminha. Em um texto intitulado “Entre o Naturalismo e o Impressionismo”, há a presença de Raul Pompéia, sendo mencionada sua literatura com fragmentos e comentários. Ainda, de maneira simplória e com a denominação de ficção regionalista, são citados Manuel de Oliveira Paiva, Domingos Olímpio, Afonso Arinos, Valdomiro Silveira e Simões Lopes Neto. Uma unidade inteira do livro é dedicada a Machado de Assis, sendo trabalhadas com detalhes as características de sua produção, seus principais romances, os contos, recursos estilísticos. Machado é caracterizado como o escritor em prosa da literatura brasileira, caracterizado como múltiplo, inventivo e original.

O Parnasianismo brasileiro traz os seguintes autores, juntamente com seus poemas: Olavo Bilac, Alberto de Oliveira e Raimundo Correia. Há um visível destaque para o primeiro, sendo caracterizado como o mais popular poeta parnasiano do Brasil. O Simbolismo tem como principal nome português Camilo Pessanha, sendo outros citados, mas como se não tivessem a importância desse. No caso brasileiro, inicia com Cruz e Sousa, seguido de Alphonsus Guimaraens, mas esses também são denominados como principais autores, havendo, portanto, outros a que não são feitas referências. Cruz e Sousa aparece como um poeta de importância reconhecida tardiamente, enquanto Alphonsus, mais do que ascendência nobre, possui intelecto, mas teve aquele como seu grande mestre, assim como também Verlaine. Cruz e Sousa é o Cisne Negro do Simbolismo brasileiro, o esteta sofrido, e Alphonsus é uma espécie de anjo, ficando entre o celestial e o terreno, mas sendo, antes de tudo, um poeta que possui requinte.

Antes de mencionar o Modernismo propriamente dito, há referências ao Pré-

Modernismo. São citados como principais autores, na poesia, Augusto dos Anjos e, na prosa, Euclides da Cunha, Lima Barreto, Monteiro Lobato e Graça Aranha. Todos eles são comentados e acompanhados de fragmentos das obras. Há, a seguir, a divisão das gerações modernistas. Como escritores da primeira geração, são citados Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Manuel Bandeira. São explicitadas as propostas modernistas dos dois primeiros autores, seguidas de uma vasta explicação do trabalho de cada um e da importância que tiveram para o período e para a literatura brasileira. Manuel Bandeira transpõe menor importância frente a seus contemporâneos. O Modernismo português traz uma unidade especial dedicada a Fernando Pessoa e seus heterônimos, colocando-o como o maior escritor português do período. Os heterônimos aparecem como nomes de igual importância ao próprio Pessoa.

Na segunda geração modernista aparecem Vinícius de Moraes, chamado de poeta de Era, Cecília Meireles, a poetisa de essências delicadas e sutis, Murilo Mendes, o poeta surrealista, Jorge de Lima, o poeta profeta, Carlos Drummond de Andrade, o poeta de escavação do real. Na prosa, são citados José Lins do Rego e Graciliano Ramos, aparecendo esse com maior destaque, assim como os fragmentos de suas obras ocupam grande espaço, enquanto que para Érico Veríssimo e Jorge Amado são reservadas pequenas notas junto à historiografia comentada dessa fase, chamada de Neo-Realista. A terceira geração modernista é abordada junto com as chamadas tendências contemporâneas. Como principais autores há os nomes de Guimarães Rosa, Clarice Lispector e João Cabral de Mello Neto. Na literatura denominada contemporânea são citados, em poesia, no Concretismo, Augusto de Campos, Décio Pignatari e Haroldo de Campos, na composição de um trio, com referências, ainda, a Ferreira Gullar. Depois, há uma variação entre romance, conto e teatro, sendo lembrados os nomes de Dalton Trevisan, Antônio Callado e João Ubaldo Ribeiro, mas sem transcrição de textos. Há, ainda, uma pequena lista de escritores contemporâneos, mas sem maiores referências ou comentários.

Ao citar os autores de cada período, o livro refere-se a “Principais autores”, observando que há vários outros, mas foi feita uma seleção dos que se sobressaíram. Entre esses, também, aparece uma hierarquia, pois o espaço ocupado por cada um na página demonstra sua importância. Os fragmentos de obras não contemplam a todos,

assim como acontece com o tamanho com que aparecem. Alguns, como os de romances, ocupam mais de uma página e abrem unidades, elevando o nome de seu autor. Mesmo sem o livro estabelecer uma classificação que expõe os autores conforme sua importância para a literatura, o espaço que lhes é reservado sugere isso.

No livro B, a literatura medieval portuguesa traz Fernão Lopes como cronista, voltado mais para a história do que para a literatura, e Gil Vicente é o grande representante do teatro. A era clássica portuguesa faz um estudo extenso sobre Luís Vaz de Camões, com explicações e fragmentos de *Os Lusíadas*, sendo feitas pequenas referências a sua poesia lírica. Passando para o Brasil, o início de sua literatura denominada como de informação e de catequese, traz apenas José de Anchieta. O Barroco é apresentado, no capítulo 10, em Portugal e no Brasil, sendo citados, respectivamente, Padre Antônio Vieira e Gregório de Matos, junto a biografias, comentários e textos. O Arcadismo também divide, no mesmo capítulo, sua produção em Portugal e no Brasil. Novamente aparece como nome português Manuel Maria Barbosa du Bocage e, no Brasil, a seqüência de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Santa Rita Durão e Basílio da Gama, em seus respectivos gêneros.

O Romantismo, talvez por sua extensão, divide-se em capítulos para retratar Portugal e o Brasil, aparecendo, também, as gerações. O período português cita Almeida Garrett, com a caracterização “fecunda diversidade”, e Alexandre Herculano, com “ficção e história”. A segunda geração traz Camilo Castelo Branco, com “paixão e sofrimento”, e Júlio Dinis, com “serenidade e contenção”. O movimento no Brasil inicia com a poesia e sua divisão, não as chamando de gerações, mas com seus nomes específicos. A poesia nacionalista menciona apenas Gonçalves Dias, com a caracterização “exaltação do índio e da pátria”, seguida de Álvares de Azevedo com a poesia ultraromântica, a do amor e da morte, cita, “a poesia multifacetada” e “o ultra-romantismo abrandado” de Casimiro de Abreu. A poesia condoreira, e política, cita apenas Castro Alves, o poeta dos escravos e sua “paixão arrebatada”. A parte dedicada à prosa romântica inicia com Joaquim Manuel de Macedo, considerado um dos romancistas mais lidos de seu tempo e um dos responsáveis pela popularização do romance. Depois, uma breve referência a Manuel Antônio de Almeida. José de Alencar torna-se merecedor de um estudo mais detalhado, tendo sua obra classificada em grupos: os retratos

de mulher nos romances urbanos, a simbologia do nacional, o herói mítico e a lenda do povoamento nos romances indianistas. Partindo para outros autores, no chamado romance regionalista, “a descoberta do país”, são citados os demais romances de Alencar, além de haver referências a Bernardo Guimarães e Franklin Távora, dando certo destaque a *Inocência*, de Visconde de Taunay. Se o livro em questão valoriza mais esse romance do que o anterior, não menciona Junqueira Freire. Todavia, em uma parte destinada à redação, faz referência a Martin Pena em um trabalho voltado para a linguagem do teatro.

O Realismo português inicia com Antero de Quental, sendo seu nome acompanhado da proposição “o sentir, o dever e o pensar”. Depois, aparece Eça de Queirós com a caracterização “acuidade crítica”, comparado a Balzac por oferecer um painel crítico da sociedade. Novamente é Eça o nome mais destacado, com um panorama de sua biografia e comentários sobre suas obras. O Realismo brasileiro é aberto com Machado de Assis, chamado de gênio, e sua linguagem caracterizada como de ritmo pausado e presença do autor, sendo observado que seu estilo é expresso tanto nos romances como nos contos. Os demais autores são chamados naturalistas, sobressaindo-se Aluísio de Azevedo e seu senso de coletivo e, como caso à parte, a prosa reflexiva de Raul Pompéia. O Parnasianismo é expresso como a ourivesaria poética, tendo Alberto de Oliveira, como o culto da forma, Raimundo Correia e seu toque de sensibilidade e, por fim, Olavo Bilac e sua palavra eloquente. O Simbolismo apresenta como seu pioneiro, em Portugal, Eugênio de Castro, seguido de Camilo Pessanha, a dor de ser, e Antônio Nobre, com sua sensibilidade lírica. Para o período no Brasil, traz Cruz e Sousa, caracterizado como carnal e mítico, e Alphonsus Guimaraens, com seu misticismo, amor e morte. A exemplo dos demais períodos, os autores citados possuem transcritos trechos de seus livros com a biografia que varia de profundidade de acordo com o nome que é citado.

O Modernismo português cita Fernando Pessoa como um escritor de valor incomparável na história da literatura portuguesa, chamando a heteronímia de fenômeno e considerando cada heterônimo como se realmente tratasse da biografia de um escritor. Fernando Pessoa é caracterizado com as palavras “diversidade” e “unidade”. É estabelecida uma classificação em quatro segmentos: Fernando Pessoa “ele mesmo”; a

nostalgia de Portugal; Alberto Caeiro, o poeta ingênuo; Ricardo Reis, a serenidade clássica; Álvaro de Campos, o impulso da modernidade. Os heterônimos são tratados como seres que possuem particularidade e autonomia em relação a Pessoa, mas sempre é lembrado que ele é o autor, sem ser levantada a hipótese de serem personalidades que poderiam ter existido. Cada heterônimo é descrito com seu estilo próprio, mas transparecendo a presença de Fernando Pessoa, conferindo sua genialidade: “A vasta, profunda e instigante obra de Fernando Pessoa, principalmente em poesia, é tido como de valor incomparável em toda a literatura portuguesa.” (p. 352).

Dando prosseguimento ao Modernismo português, aparecem Mário de Sá Carneiro, caracterizado como o dilaceramento do eu. O Neo-Realismo não cita ninguém em especial e, na parte destinada às tendências contemporâneas, vem José Saramago como o grande nome, sendo caracterizado como o escritor mais representativo. Há referências sobre seu prestígio também no Brasil, tendo grande repercussão em nossos dias. São feitas referências ao Prêmio Nobel de Literatura conquistado por ele em 1998. Segundo o livro, o autor iniciou seus trabalhos em 1966, desvinculado do Neo-Realismo, tendo como produção a poesia, seguida de crônicas. Mas seus melhores livros são aqueles em prosa, mesclando elementos históricos, discurso paródico e forma novelesca. Aparece, ao final de sua biografia, enumeração cronológica de suas obras.

O Brasil inicia seu Modernismo com a denominação “Pré”, sendo o primeiro escritor citado Euclides da Cunha, com o seu determinismo moderno, seguido de Monteiro Lobato, com o combate nacionalista, e Lima Barreto, denominado “faca afiada”. Na poesia aparece o nome de Augusto dos Anjos, com “o ser e o nada”. A primeira fase do Modernismo apresenta como principais autores Oswald de Andrade, “sob o signo da transgressão”; Mário de Andrade, com “modernidade e tradição”; Manuel Bandeira, “o lirismo necessário”, mas esse, diferentemente dos dois primeiros, vem apenas com a biografia e alguns textos, sem sua fotografia.

O capítulo destinado à segunda fase do Modernismo – Prosa- abre com uma entrevista a Jorge Amado. Inicia a lista de escritores com Rachel de Queiroz, sendo caracterizados seus trabalhos como “a seca como matéria romanesca”, seguida de José Lins do Rego e o ciclo do açúcar. Graciliano Ramos, com seu retrato exposto, possui suas principais obras comentadas, com a denominação “O Nordeste sem retoques”. Depois

são citados Jorge Amado, a presença da Bahia, também acompanhado de fotografia, seguido de Érico Veríssimo, com seu olhar humanista. A poesia traz Carlos Drummond de Andrade, as faces do anjo, acompanhado das várias fases de sua poesia: a primeira como o olhar pelo avesso; a segunda, o sentimento do mundo; a terceira, a procura da poesia. É estampado com biografia, retrato e um vasto estudo de seu trabalho poético. Cecília Meireles é designada como a voz feminina. Murilo Mendes é denominado o “Deus e o caos” e, Jorge de Lima, “céu e terra”. Vinícius de Moraes, também acompanhado de fotografia, tem sua obra caracterizada como uma conciliação entre poesia e música. Os autores citados trazem biografia, comentários de suas principais obras, exercícios referentes, mas alguns estão estampados com seus rostos, podendo isso elevar a importância de seus nomes para a literatura.

O Pós-Modernismo, na Geração de 45, inicia com João Cabral de Melo Neto, caracterizado com a metáfora “calçamento de pedras”, sendo o único nome da poesia. A prosa traz como primeiro nome Guimarães Rosa e sua vereda mítica. Clarice Lispector é apresentada como o ambíguo espelho da mente. Dando seguimento a esse período, aparecem Ferreira Gullar e seu corpo a corpo na poesia, e os irmãos Haroldo e Augusto de Campos no Concretismo. São mencionados, ainda, alguns autores em textos que explicam as últimas tendências e os gêneros, como o conto, mas sem biografia e reprodução de textos.

O livro traz, de maneira geral, a apresentação dos autores com uma pequena biografia, comentários sobre seus trabalhos literários, fotografia, citação de textos seguidos de exercícios, variando isso conforme o nome mencionado. Os autores possuem uma caracterização logo após seu nome, sob a forma de subtítulo. Tratando-se de um livro didático, poderia apenas lembrar os nomes, ficando a caracterização por conta das conclusões retiradas das análises feitas pelos alunos junto com o professor. A denominação dada logo no subtítulo pode significar autoritarismo, pois, por exemplo, como é apontada a música na poesia de Vinícius, há pouco a se discutir.

O livro C, no volume 1, retrata, na era medieval de Portugal, o teatro de Gil Vicente, colocando-o como uma tradição. Passando para o Classicismo renascentista, são citados Dante, com sua dualidade céu e inferno, e Petrarca, o mestre da poesia lírica. O Classicismo de Portugal traz o nome de Luís Vaz de Camões como o grande

salto para essa literatura, exaltando a epopéia *Os lusíadas*, sendo explicada toda a sua estrutura, com fragmentos para exemplificar. Sua lírica é caracterizada como a poética do conflito, classificada em amorosa e filosófica, tendo a mesma importância que a épica: “Ao lado da poesia épica, a poesia lírica camoniana vem a ser um dos pontos altos da poesia do século XVI e uma das maiores expressões literárias em nossa língua” (p. 151). Segundo o livro, um dos pontos fortes da poesia de Camões é a contradição, que o distancia da poesia clássica e o coloca no advento do Barroco.

O Quinhentismo no Brasil é considerado como literatura de informação e de catequese, destacando-se o nome de José de Anchieta. O Barroco de Portugal cita o nome de Antônio Vieira, na denominação “a literatura como missão”, chamando-o, também, de homem de ação. Mesmo estando a serviço da religião, Vieira é visto como um poeta que não se restringiu a isso, tendo como tema em suas produções as causas políticas; considerado visionário e orador, com linguagem incomparável, aliou à formação jesuítica a estética barroca. Assim como em Portugal é citado apenas um autor, no Brasil o Barroco também aparece apenas com um nome, Gregório de Matos Guerra, chamado de poeta irreverente, visto como o primeiro poeta popular do Brasil. É feita referência a Bento Teixeira como o autor que, cronologicamente, iniciou o Barroco no Brasil, como, também, Antônio Vieira é citado como nome da prosa barroca. Mas o destaque dado a Gregório de Matos faz com que outros nomes lembrados logo venham a ser desconsiderados.

O Arcadismo português é dividido nos gêneros de poesia, prosa e teatro, sendo citados alguns nomes. Mas Bocage acaba aparecendo como o principal nome e, mais ainda, ficando como único, denominado “salto das emoções”. Esse autor é posto na fase de transição, pois as características de sua poesia anunciam a fase romântica. Os autores árcades brasileiros classificados na lírica são Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Silva Alvarenga; na épica, Basílio da Gama, Santa Rita Durão e Cláudio Manuel da Costa; na sátira, Tomás Antônio Gonzaga; na economista, Silva Alvarenga e Alvarenga Peixoto. Os destaques são dados a Cláudio Manuel da Costa, com sua consciência árcade, Tomás Antônio Gonzaga, com a renovação árcade, fazendo a vida virar arte, Basílio da Gama, com seu nativismo indianista, Santa Rita Durão, com o apelo aos modelos clássicos, enquanto Basílio quebrou-os. Diferentemente

dos livros A e B, os autores são observados nos vários gêneros que produziram, havendo menção a Alvarenga Peixoto, com a presença da ilustração, e Silva Alvarenga, com a poesia nativista, sensual, desconsiderados pelos exemplares anteriores.

No segundo volume, o Romantismo é dividido em gerações, a exemplo dos outros livros didáticos. A primeira geração romântica portuguesa inicia com Almeida Garrett, um autor em busca das raízes nacionais, destacado na poesia, na prosa e no teatro. Na seqüência está Alexandre Herculano e sua busca das origens, com referência à obra *Eurico, o presbítero*. A segunda geração inicia com Camilo Castelo Branco, sendo sua obra caracterizada como novela passional, e *Amor de perdição* é considerada a mais famosa. Por fim, aparece Júlio Diniz como o último sopro romântico, pois, mesmo apresentando certos clichês românticos, escreve suas obras com elementos que o aproximam do Realismo.

No Brasil, a primeira geração compõe-se de autores como Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, mas apenas o primeiro aparece com biografia, retrato, explicação e transcrição de fragmentos de sua obra. Sua produção é classificada em lírica e épica, sendo considerado um projeto de cultura brasileira. Na segunda geração, o Ultraromantismo, cita Álvares de Azevedo, caracterizado como antítese personificada, sendo seus poemas transcritos e a obra comentada e classificada em três fases. Casimiro de Abreu possui sua poesia caracterizada como a bem-comportada, sendo explicada e exemplificada. Por fim, aparece Fagundes Varela como poeta de transição. Junqueira Freire não é citado e, em relação aos dois livros anteriores, esse é primeiro a fazer menção a Fagundes Varela. A terceira fase, a convencional condoreira, traz em primeiro plano Castro Alves e sua linguagem da paixão, ocupando o destaque de Álvares de Azevedo na segunda fase, sendo sua poesia classificada como social e lírica. Assim como Fagundes Varela, Sousândrade também é determinado como poeta de transição e, além, como precursor da modernidade. Todavia, aparece como escritor menor frente a Castro Alves.

A prosa abre com José de Alencar e o romance indianista. O romance regional possui Visconde de Taunay, como autor que retratou o Centro-Oeste, José de Alencar, o Sul, e Franklin Távora, que abordou os problemas do Nordeste, até então pouco conhecidos na literatura. O romance urbano inicia com Joaquim Manuel de Macedo, se-

guido de Manuel Antônio de Almeida e a malandragem em cena. Alencar novamente é citado como um dos maiores romancistas urbanos, abordando temas em tom de crítica social. Em outro espaço, destinado à prosa gótica, novamente vem o nome de Álvares de Azevedo, sendo sua prosa chamada de marginal. Nessa mesma unidade há referências a Edgar Allan Poe enquanto criador do gênero policial, sendo explicado um pouco de seu trabalho, o que não consta nos outros livros. No entanto, segue a ordem daqueles livros ao falar dos autores: Gonçalves Dias aparece mais como um dos fundadores do Romantismo, não como um grande nome, sendo isso reservado para Álvares de Azevedo, Castro Alves, José de Alencar. São determinadas gerações apenas para a poesia, a prosa é dividida de acordo com os temas.

O Realismo em Portugal, na poesia, é dividido nas quatro direções nas quais se desdobrou, como fala o livro. A poesia propriamente dita, representada por Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Gomes Leal, Teófilo Braga, dentre outros, caracteriza-se pela crítica social e pelo engajamento político. A poesia do cotidiano, representada por Cesário Verde, é considerada como parcialmente ligada ao movimento realista, apresentando alguns desvios. A poesia metafísica, com o nome de Antero de Quental, faz indagações em torno da vida e de Deus. A poesia parnasiana, representada por João da Penha, procurou resgatar a tradição clássica que fora desconsiderada pelo Romantismo. Antero de Quental, poeta da eterna procura, é colocado como o principal nome desse gênero. Na prosa, o nome destacado é Eça de Queirós, tendo seus trabalhos citados junto a alguns comentários.

O primeiro autor citado no Realismo brasileiro é Machado de Assis, caracterizado como o detentor de uma linguagem pensante, tendo suas principais obras comentadas. Álvares de Azevedo aparece como autor naturalista e suas obras são denominadas paisagem coletiva. Raul Pompéia, por fim, é visto como um autor de memória e ressentimento. O Parnasianismo inicia com Olavo Bilac, o tradicional ourives da linguagem, seguido de Raimundo Correa, com a pesquisa da linguagem. Alberto de Oliveira aparece com um espaço simplório, apenas com biografia, sem comentários sobre a produção. Novamente como principais nomes ficam Machado de Assis, o primordial, Aluísio de Azevedo, Olavo Bilac e Raul Pompéia como um autor à parte devido a suas características impressionistas. No final do livro, há um capítulo destinado ao teatro brasileiro,

citando Martins Pena, no Romantismo, e Franco Júnior e Arthur de Azevedo, no Realismo, criticando costumes e fazendo o gênero cômico.

O primeiro nome do Simbolismo é Mallarmé, como uma influência para os sucessores, mas com poucos comentários. O grande nome de Portugal é Camilo Pessanha, sendo considerado o autor que melhor trabalhou os pressupostos simbolistas, tanto na forma como na ideologia, aparecendo como característica de sua produção a dor cósmica. Eugênio de Castro e Antônio Nobre ocupam um pequeno espaço, sendo diminuída sua importância. Como os anteriores, o livro em questão também inicia e indica Cruz e Sousa como o principal nome no Brasil, denominando-o cavador do infinito com a metafísica, tematizando a dor de existir, tendo como características as pontadas à morte, a transcendência espiritual, o mistério, o conflito entre matéria e espírito, no plano temático, e as figuras e o jogo de linguagem no plano formal. Uma segunda referência é feita a Alphonsus Guimaraens, autor de um conjunto de poesia uniforme e equilibrado, possuindo alguma semelhança com Cruz e Sousa:

O crítico Alfredo Bosi considera que 'de Cruz e Sousa e Alphonsus Guimaraens sentimos uma descida de tom' isso porque a universalidade, a dor da existência e as sensações de vôo e vertigem que caracterizam a linguagem simbolista de Cruz e Sousa garantem limites mais estreitos na poesia de Alphonsus Guimaraens, preso ao ambiente místico da cidade de Mariana e ao drama sentimental vivido na adolescência. (p. 390).

O volume 3 inicia com o Pré-Modernismo, apresentando como primeiro nome Euclides da Cunha, com a defesa de Canudos. Depois, aparece Lima Barreto como o crítico marginal. Monteiro Lobato é discutido quanto à condição de autor moderno, comentando, inclusive, sua literatura infantil, sendo isso inédito nos livros analisados. Augusto dos Anjos é abordado quanto aos temas de sua poesia, tendo como palavras-chave o átomo e o cosmos. A Graça Aranha é conferido um espaço menor, com ênfase para sua biografia. A primeira fase do Modernismo traz a intitulação "Os Andrades", considerando Oswald como antropofágico do Modernismo e Mário como um escritor de vanguarda e tradição. Em outro capítulo, aparecem Manuel Bandeira, com o resgate lírico e a sublimidade, e Alcântara Machado, com a linguagem cinematográfica. Como nos outros livros, mesmo Manuel Bandeira aparecendo próximo dos "Andrades", é lhe concedido um espaço à margem e com menoridade para o Modernismo.

O Modernismo português novamente traz Fernando Pessoa como o principal po-

eta, retratando a questão da heteronímia como uma espécie de máscara como, também, de essência. Os heterônimos são considerados como poetas independentes, sendo comentados e caracterizados. Alberto Caeiro representa a poesia da sensação, Ricardo Reis, o sopro clássico, e Álvaro de Campos, a energia futurista. Por fim, Fernando Pessoa “ele-mesmo”, é chamado de canção de Portugal. Mário de Sá Carneiro é citado como um poeta de labirinto e busca, com um estudo envolvendo sua personalidade e obras. Da geração da revista *Presença* aparece José Régio, com uma poesia entre o Deus e o diabo. José Saramago é o nome mencionado nas tendências contemporâneas, caracterizando suas obras como utopia e crítica da realidade. Assim, como nos outros exemplares analisados, os heterônimos de Fernando Pessoa são retratados com importância maior para a literatura portuguesa do que outros autores. O próprio Saramago, com a popularização atingida, não possui renome para os livros didáticos como Pessoa, que representa para Portugal o que Machado é para o Brasil, um mestre da literatura.

A segunda fase do Modernismo inicia com Rachel de Queiroz, retratando a questão da seca em seus romances. O estudo sobre a autora constitui-se em biografia e análise de suas principais obras, incluindo um fragmento de *O quinze*. Em outro capítulo, denominado “O Nordeste no Romance de 30”, são citados Graciliano Ramos, como um autor de prosa única, trazendo sua biografia e comentários de obras, com *São Bernardo* em primeiro plano. José Lins do Rego, na sequência, caracterizado como memória e ficção no engenho, Jorge Amado, visto como o autor que mostrou as mil faces da Bahia, sendo comentados alguns de seus romances. O capítulo seguinte continua com a prosa de 30, considerando o Sul. O primeiro nome é Érico Veríssimo, como autor que fez resgate e críticas, aparecendo como obra principal *O tempo e o vento*. Diferentemente dos livros anteriores, é citado o nome de Dyonélio Machado, com a denominação “do banal ao universal”, com análise da obra *Os ratos*, inclusive com transcrição de fragmento. Há referências, ainda, a Manuel F. John Steinbeck e Amando Fontes, com uma pequena biografia e fragmento de obra, no entanto, com poucos comentários. Junto com a literatura brasileira aparece, ainda, um pequeno espaço retratando Dostoiévski, como a expressão de uma época.

A poesia de 30 inicia com Carlos Drummond de Andrade, chamado de bruxo

com amor, considerado poeta e cronista admirável. Tem sua obra dividida em fases, a gauche, de consciência e isolamento; a social, exaltando o sentimento do mundo; a terceira, dividindo a poesia em filosófica e nominal; e a última, caracterizada como tempo de memória. Sobre esse autor, é salientado que seus trabalhos ainda hoje são estudados devido à profundidade de sua escrita. Murilo Mendes e Jorge de Lima são expressos como poesia em pânico. O primeiro, denominado o franco atirador da poesia, é posto como um escritor difícil, mas com importância reconhecida, considerado por alguns teóricos como o principal representante surrealista no Brasil. Jorge de Lima, a consciência mutante, também aparece como autor destacado, tendo sua produção analisada significativamente. Em outro capítulo aparece Cecília Meireles, com a denominação o efêmero e o eterno, com sua poesia caracterizada como neo-simbolista, sendo ressaltado que a autora nunca esteve filiada a nenhum movimento literário. Na seqüência, é citado Vinícius de Moraes, novamente com a denominação de poeta, cantor e com uma poesia transcendental, sensual e de conteúdo social. Mário Quintana e Manoel de Barros também são citados, mas como de menor importância frente aos outros.

Além de ter explorado a poesia sensual, Vinícius também se interessou pela poesia social. O poema "Operário em construção" (1956) é o melhor exemplo desse envolvimento; por meio de uma linguagem simples e direta, quase didática, o poeta manifesta solidariedade às classes oprimidas e almeja atingir a consciência daqueles que lêem e ouvem" (p. 295).

A literatura contemporânea, iniciando pela Geração de 45, traz como primeiro nome Clarice Lispector, enfatizada pelas seguintes características: escritura selvagem, fluxo de consciência e epifania, valorizando perfis femininos. Guimarães Rosa, de igual importância, é destacado devido à reinvenção da linguagem, a serviço de temas como a dualidade entre o regionalismo e o universalismo. Como poeta, é citado como nome de grande importância João Cabral de Melo Neto, chamado de engenheiro da linguagem. Ainda são feitas referências a José Paulo Paes, poeta não lembrado em outros livros. Falando das tendências contemporâneas, o Concretismo é representado pelo trio Augusto de Campos, Décio Pignatari e Haroldo de Campos e, novamente, em outro parâmetro, aparece Ferreira Gullar, mas, dessa vez, acompanhado de Thiago de Mello, sendo os dois caracterizados por seu cantar de luta e de solidariedade. Em espaço menor, ainda, são citados Paulo Leminski, Adélia Prado, Luís Fernando Veríssimo, Dalton

Trevisan, Carlos Heitor Cony, Ignácio de Loyola Brandão, Chico Buarque, Roduan Nana, Milton Hatoun, Cacaso, Fernando Bonassi. Em um outro capítulo, destinado ao teatro brasileiro, aparecem Gianfrancesco Guarnieri, Maria Adelaide Amaral, Juca de Oliveira, Nelson Rodrigues. Por fim, são feitas algumas referências a Virgínia Woolf e James Joyce como desafios do romance moderno.

Comparando os três títulos analisados, percebe-se que o terceiro menciona autores que raras vezes são abordados pelos livros didáticos, todavia, sem grandes comentários. Os livros seguem não apenas os nomes consagrados pela literatura, mas como se houvesse um consenso entre os próprios autores ou editores. Há tanto uma convenção para mencionar o nome dos autores como para criar uma hierarquia. Portugal tem como grandes autores Luís Vaz de Camões, Almeida Garrett, Eça de Queirós, Fernando Pessoa, ficando para o Brasil José de Alencar, Machado de Assis, Mário e Oswald de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa... Referindo-se aos escritores, geralmente aparece a expressão “Principais autores”, transparecendo que há outros nomes, mas sem citá-los. Os autores mencionados com maior destaque acabam tornando-se, também, os clássicos dos livros didáticos e incorporando a chamada leitura obrigatória.

2.2.2 *Seleção de textos*

O estudo referente à seleção dos textos pretende uma análise mais aprofundada junto ao levantamento. Nos textos citados é observado o espaço ocupado nos livros, junto a mais alguns comentários sobre os exercícios relacionados, e a abordagem a respeito de suas características para, após, elaborar uma análise comparativa entre os textos, observando a presença da literatura universal junto à brasileira. Ainda, estabelece uma discussão sobre o modo como os livros trabalham as produções relacionando-as à função atribuída à literatura.

A análise do livro A considera a edição de 2000, pois foi observado que, das poucas mudanças obtidas, a última edição não possui mais o resumo das obras, passando isso, no último volume, para o “Manual do Professor”, e o termo “Texto” foi subs-

tituído por “Leitura”. O livro abre todos os capítulos com a denominação “Primeira leitura”, conforme já comentado. O “Manual do Professor” justifica essa presença, dizendo que tais textos são representativos de cada escola literária, anunciando as características do período a ser abordado. Para os primeiros capítulos, por exemplo, foi escolhido como tema o amor, estando repetido para haver comparações e serem observadas as várias formas de cada tema ser retratado conforme a época e a evolução apresentada. É salientado que foram citados os principais autores e obras de cada escola literária, consideradas imprescindíveis para o conhecimento do aluno, informando que as mesmas estão acompanhadas de resumos, o que não “deve” substituir o texto integral. Os comentários a respeito das obras têm como objetivo levar o educando a reflexões críticas, junto com a mediação do professor. Segundo os autores, todo o trabalho envolvendo textos não requer um estudo histórico, privilegiando o ato de ler. O “Manual do Professor” traz todos os textos comentados, inclusive os que constam na página “Primeira Leitura”, indicando os aspectos que podem ser abordados pelo professor. Cada período também vem acompanhado de explanações, sendo estabelecidas comparações entre os mesmos. Os autores são apenas citados, ficando as obras com as maiores explicações. Os fragmentos são analisados, propondo ao professor maneiras de trabalhá-los. Toda a divisão feita pelo livro em gêneros, períodos, gerações é abordada pelo manual, fornecendo informações e pequenos comentários, muitos deles justificando cada procedimento.

O capítulo 1, “Literatura, a arte da palavra”, abre com o texto “Pausa”, de Mário Quintana, contendo, ao lado, uma breve biografia, um pequeno glossário e perguntas, o que acontece com todos os textos dedicados a esse fim. Depois, há um estudo teórico sobre a literatura e, ao final, o poema “Não há vagas”, de Ferreira Gullar, para o fechamento, sendo “Primeira leitura” substituída por “Texto”. Esse é acompanhado de questões, como o primeiro, mas sem biografia do autor. No entanto, não aparece nenhuma relação com o primeiro, tampouco com o assunto estudado. O capítulo 2, “O texto literário”, traz, como Primeira Leitura, “Balada do amor através das idades”, de Carlos Drummond de Andrade, estando citado durante o estudo posterior. Entre as explicações do período aparecem em “Texto” os poemas “Soneto de fidelidade”, de Vinícius, e “Todo mundo e ninguém”, de Gil Vicente, acompanhados do questionário e do glossário.

rio, semelhantes aos outros. O capítulo é concluído com regras de escansão de poemas e exercícios referentes.

A Primeira Leitura do capítulo 3 – “O Trovadorismo” – traz a “Cantiga”, de D. Afonso Sanches Apesar desse autor ser pouco mencionado no período, seu texto serve de referência. O livro, ao comentá-lo, explicando sua condição de cantiga e o fato de estar escrito em galego-português, parece conversar com o estudante, como se lhe declamasse o poema e fizesse observações, parecendo a Dona Benta contando histórias:

Você deve ter achado muito estranha a linguagem dessa cantiga. Não é para menos, ela foi composta há quase sete séculos. Nessa época (século XVI), a língua portuguesa ainda não existia. Falava-se em Portugal o galego-português, que, no século XV, dava origem a duas línguas distintas: o galego e o português. (p. 37).

Na seqüência, aparece o costumeiro questionário. Junto ao texto, como das vezes anteriores, há biografia em um pequeno quadro e glossário. Mas aparecem comentários sobre o texto antes de entrar no estudo do Trovadorismo, sendo esse período classificado em cantigas com fragmentos de duas, uma de amor, de D. Dinis e, outra, de escárnio, de Pero Laronco. Esses dois textos vêm acompanhados de questões e vocabulário, mas apenas o primeiro contém biografia. O fim do capítulo traz um fragmento da “Canção da Ribeirinha”, de Paio Soares de Taveirós, aparecendo apenas o comentário de essa ser, provavelmente, a cantiga mais antiga na língua galego-portuguesa.

O Humanismo, assunto do capítulo 4, abre em sua Primeira Leitura, com o texto “Cantiga sua partindo-se”, de João Ruiz de Castelo Branco, já escrito em português. No Comentário, são descritas as características do poema, trazendo uma citação de Mas-saud Móisés, do livro *A literatura portuguesa*. A prosa palaciana vem com um fragmento de Fernão Lopes, retirado da *Crônica de D. João I*, como afirmam os autores do livro, intitulado “O cerco de Lisboa”, explicando esse episódio. Passando a falar de Gil Vicente, é transcrito um fragmento retirado do *Auto da Lusitânia* e, junto, o enredo do texto em seu todo.

O capítulo 5, abordando o Renascimento, traz como leitura inicial “Soneto”, de Luís Vaz de Camões, solicitando para o mesmo ser lido atentamente. A seguir, é feito um comentário sobre a linguagem. Ao falar especificamente do Renascimento em Por-

tugal, são citados novamente dois poemas de Camões, sendo o primeiro, “Cantiga”, aparecendo como fragmento. Após os poemas líricos, passa à épica, citando *Os lusíadas*. Essa obra é valorizada, estabelecendo-se um estudo aprofundado, considerando os aspectos formais e a temática, citando os principais episódios. No entanto, não aparece nenhum fragmento da obra. No final, há um mapa indicando a rota retratada e estabelecendo o enredo de cada canto. O Renascimento cita apenas o nome de Camões e sua principal obra, direcionando-se apenas à literatura portuguesa, sem mencionar as produções italianas e do restante da Europa.

No capítulo 6 há o início da literatura brasileira com o Quinhentismo. A Primeira Leitura traz pequenos fragmentos da literatura de informação, sendo o primeiro de Pero Vaz de Caminha, a *Carta*, o segundo, de Pero de Magalhães Gândavo e, o terceiro, de Fernando Cardim. Os fragmentos apenas estão acompanhados de questões, sem biografia, sendo essa a única vez em que é mencionado Pero Vaz de Caminha. Na sequência do capítulo, com a literatura catequética, há a transcrição do fragmento de um auto de José de Anchieta, com poucas explicações a seu respeito e sem ser mencionado o título. O capítulo 7 dirige-se ao Barroco português, tendo como Primeira Leitura “O amor e a razão”, do Pe Antônio Vieira, fragmento de *Os sermões*. Esse não está acompanhado de biografia, mas aparecendo posteriormente. O exercício referente possui várias explicações nos enunciados, tal como pode ser verificado no de número 1: “Sendo parte de um sermão, esse fragmento possui uma estrutura argumentativa: uma afirmação central e os argumentos que o pregador procura convencer o ouvinte (...)”. O tema do fragmento é abordado no sub-título “Comentário”, comum nesse livro, como se fosse uma característica geral da literatura em voga. O estudo do Barroco em Portugal é concluído com um fragmento do *Sermão da Sexagésima*, novamente com questões semelhantes às iniciais. Junto à descrição das características da literatura barroca, são citados, em um pequeno quadro, também semelhante a um glossário, as figuras de linguagem mais comuns, como a metáfora e a antítese, sem nenhum estudo maior sobre isso. O capítulo 8, do Barroco brasileiro, tem, como Primeira Leitura, um soneto de Gregório de Matos Guerra, acompanhado de notas sobre sua tumultuada vida, sendo depois ele citado como o grande integrante do período no Brasil, chamado de “nosso poeta baiano”, merecedor de atenção especial. No entanto, são feitas referências a *Proso-*

popéia, como marco inicial do Barroco no Brasil, mas sem a transcrição de nenhum fragmento, sendo lembrado, também, que o Padre Antônio Vieira está ligado à Colônia. A obra de Gregório de Matos é classificada em sacra, lírico-amorosa, satírica e burlesca, tendo cada uma destas um poema, ou fragmento seu transcrito, como forma de exemplo, na parte “Texto”.

Os capítulos 9 e 10 referem-se, respectivamente, ao Neoclassicismo em Portugal e no Brasil. No primeiro caso, a Primeira Leitura traz um poema de Du Bocage: “Fílis e Amor - Cançoneta anacreônica”, com uma pequena biografia do autor e explicando, no enunciado das questões, sobre o texto. Esse autor também é citado posteriormente, como nome único desse período, sendo seu trabalho exemplificado com alguns versos. No encerramento do capítulo 9, em “Texto”, como é dito pelo livro, aparecem dois de seus sonetos mais conhecidos: I e II, com exercícios através de questões que envolvem sua vida amorosa, melhor falando, sua vida real. Nessas há a utilização do termo “poeta”, não eu poético, como poderia ser mais apropriado. A Primeira Leitura do Neoclassicismo brasileiro traz o “Soneto”, de Cláudio Manuel da Costa, já adiantando ser esse o precursor. Nas perguntas, a palavra “poeta” é substituída por sujeito lírico, sendo citada aquela apenas no momento em que está referindo-se ao poema como um todo. Nos exercícios, ainda, há uma comparação com a poesia de Carlos Drummond de Andrade. No estudo propriamente dito do Arcadismo, aparece outra vez um soneto de Cláudio, apontando-o como um autor de dilaceramento interior devido ao contraste do rústico mineiro e a experiência intelectual, sendo isso dito através das palavras de Antonio Candido. O estudo sobre Tomás Antônio Gonzaga é feito através do exemplo de fragmentos de *Marília de Dirceu*, ilustrando as características apontadas. Depois, em “Textos”, são citadas duas partes das Liras XXXIV e LXXXI, chamadas de belas e muito conhecidas liras. Nesses exercícios, aparece a explicação do que foi o *Carpe diem*. Enquanto poesia épica, são citados os fragmentos “A morte de Lindóia”, tendo anteriormente o enredo dos fatos que precederam a morte. No questionário, é salientado que esse é um dos trechos mais belos e conhecidos do poema. No final do capítulo, em um espaço agora chamado “Leitura complementar”, são transcritos alguns versos do Canto VI de *Caramuru*, após uma breve explicação. Apesar da atenção especial concedida a Gonzaga, não são mencionadas as *Cartas Chilenas*.

Os capítulos 11, 12 e 13 destinam-se ao Romantismo, sendo o primeiro em Portugal e, os outros, no Brasil. A “Primeira Leitura” do capítulo 11 traz um fragmento de “Este inferno de amar”, de Almeida Garrett, retirado de *A literatura portuguesa através de textos*, de Massaud Moisés. Na seqüência, um quadro com a biografia do autor e, nas perguntas referentes, relação do poema com a referida biografia. Na primeira geração romântica volta-se a mencioná-lo, mas sem a transcrição de textos. Citando Alexandre Herculano, aparece uma breve caracterização de sua obra com um fragmento exemplificando. A seguir, em um quadro intitulado “Resumo da obra”, há um texto seguindo o que está enunciado, com *Eurico, o presbítero. Amor de perdição*, considerada a maior obra de Camilo Castelo Branco, também aparece resumida, com comentários e exercícios, sendo transcrito um trecho da mesma em “Texto”, seguida de exercícios. Na terceira geração, João de Deus é chamado de mestre, mas há apenas uma estrofe exemplificando sua produção. Júlio Dinis, como nome da prosa, traz comentários de *As pupilas do senhor reitor*, que também aparece no resumo, mas desprovido de exercícios, trazendo um breve enredo, citando personagens e fazendo algumas descrições sobre o cenário.

A poesia romântica brasileira abre com “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, junto a uma epígrafe de Goethe, escrita em alemão e traduzida no final da página. Há comentários sobre o texto, considerando a opinião de Manuel Bandeira: primeiro grande momento da inspiração de Gonçalves Dias, depois, uma biografia deste e o questionário, voltando a ser citado na primeira geração, tendo o indianismo como sua grande característica. Há destaque para “I-Juca-Pirama”, tanto em comentários como em “Resumo da obra”. Na segunda geração aparecem transcritas apenas as obras de Álvares de Azevedo: resumo de “Lira dos vinte anos” e, no “Texto”, “Sonetos”, com exercícios e a proposição: “Esse texto exemplifica com perfeição a idealização da mulher e do amor na poesia de Álvares de Azevedo”. (p. 136). Na terceira geração, Castro Alves já traz como exemplos seus versos no estudo de sua produção. Em “Texto” aparece um amplo fragmento de “O navio negreiro”, acompanhado de um glossário das figuras de linguagem que se fazem presentes.

Na prosa romântica, a “Primeira Leitura” ocupa quatro páginas com um fragmento de *Iracema*, definindo os termos indígenas criados pelo autor. Após, a obra é resumi-

da e são dados os exercícios, com questões que comparam essa obra com “Canção do exílio”. Cronologicamente, o primeiro autor citado é Joaquim Manuel de Macedo, sendo resumida a obra *A moreninha*, seguida de um fragmento, sempre com um glossário e atividades semelhantes às dos outros casos. Aparecendo José de Alencar, há um comentário para cada uma de suas principais obras, que também são classificadas. *Senhora* aparece no resumo junto a um comentário de Antonio Candido. Na seqüência, é citado Manuel Antônio de Almeida, com resumo de *Memórias de um sargento de milícias*, mas desacompanhado de atividades. São lembrados, ainda, Bernardo Guimarães, Alfredo de Taunay e Franklin Távora, apenas com o nome das obras, desprovido de comentários, resumo ou fragmentos.

A Primeira Leitura do capítulo 14 – “O Realismo e o Naturalismo em Portugal” – apresenta dois fragmentos de *O primo Basílio*, sendo os dois (Fragmento 1 e 2) extraídos do capítulo III. Antes das atividades, informa ser Eça de Queirós o mais importante romancista português do período. Na classificação da poesia realista aparece apenas um soneto de Antero de Quental, em “Texto”: “Mais luz!”, seguido de atividades. Demais poetas são apenas citados. Na prosa, são feitas novas menções a Eça, classificando-o em três fases devido à vastidão de sua obra, repetindo a grandiosidade de seu nome para a literatura portuguesa. *O primo Basílio* é a obra escolhida para o resumo, caracterizando as personagens e estabelecendo comentários sobre o desfecho e as intenções do autor:

(...) A história termina com a morte de Luísa, seguida de duas ironias: um necrológico sobre a sua virtude, feito pelo Conselheiro Acácio, um falso puritano, hipócrita, que representa o convencionalismo bem-sucedido e a vacuidade premiada; e a volta de Basílio, o Janota, o almofadinha, que toma conhecimento da morte da prima, lamentando-se com um amigo por não ter trazido Alphonsine, sua amante francesa. (155 – edição de 2000).

O Realismo e o Naturalismo no Brasil (capítulo 15) traz, em Primeira Leitura, um fragmento de *O cortiço*, com atividades e comentários. Depois, citando Aluísio de Azevedo, novamente comenta e resume o livro. Outro livro resumido é *O Ateneu*, na classificação de impressionista. O capítulo 16 dedica-se apenas a Machado de Assis, “O Realismo psicológico de Machado de Assis”, já retratando no título a caracterização de seu trabalho. Em Primeira leitura há a transcrição do conto “Uns moços”. A questão número 1 traz várias informações sobre o conto e o tipo de narrador. Seus principais

romances são analisados, tendo como fragmento *Memórias póstumas de Brás Cubas*, seguido de perguntas também acompanhadas de informações no enunciado, sendo a obra resumida na seqüência, assim como também acontece com *Quincas Borba* e *Dom Casmurro*. São feitas considerações sobre seus contos e os recursos estilísticos de suas produções. O capítulo 17, “O Parnasianismo no Brasil”, abre com “Musa impassível”, de Francisca Júlia, com uma pequena biografia, glossário dos termos relativos a mitologia e questionário valorizando os aspectos formais do Parnasianismo presentes no soneto. Em “Texto” há um fragmento de “Profissão de fé”, de Olavo Bilac, com questões também voltadas para a estética. Nos espaços denominados “Leitura complementar”, aparecem sonetos de Olavo Bilac, “Via Láctea”, Alberto de oliveira, “Vaso chinês”, e Raimundo Correia, “A cavalgada”. Tais poemas são apenas comentados, sem atividades, considerando as características do Parnasianismo.

O Simbolismo, no capítulo 18, inicia com o poema “Antífona”, de Cruz e Sousa. As atividades envolvem transcrições de partes que condizem ao que está descrito pelo enunciado: “Transcreva os versos da terceira estrofe em que ocorre sinestesia” (2.a). Na classificação do Simbolismo em Portugal, em “Texto”, há o “Soneto” de Antônio Nobre com questões referentes. Da mesma forma acontece com “Ao longe, os barcos de flores”, de Camilo Pessanha. Partindo para o estudo do Simbolismo no Brasil, há o fragmento “Vidas que choram”, no estudo da obra de Cruz e Sousa. Para Alphonsus Guimaraes, em “Textos”, há a transcrição de “Ismália”, com questões. Essas, assim como no Parnasianismo, refletem uma preocupação para com os aspectos formais e os recursos estilísticos adotado pelos autores, que os enquadram no referido período.

O Pré-Modernismo no Brasil, capítulo 19, apresenta, de início, o soneto “Versos íntimos”, de Augusto dos Anjos, tendo, como seqüência, as questões e o comentário. No decorrer do capítulo, outra vez é citada a obra desse autor, com destaque para “Eu”, abordando a recepção da época, que considerou-a grosseira e de mau gosto. Em Leitura comentada, há o soneto “Vandalismo” e como acontece nesse espaço, é comentado, mas sem atividades. Depois, Euclides da Cunha ocupa um espaço considerável, sendo resumida sua obra *Os sertões*, seguindo o esquema meio (cenário), raça (personagem) e o momento histórico. Comentado da mesma forma, aparece Monteiro Lobato, com análise voltada para Urupês. Na Leitura comentada são citados dois fragmentos: o nú-

mero 1, de *Urupês* e, o número 2, de *Os sertões*. Dessa vez, a Leitura comentada está acompanhada de questionário. Por fim, é mencionado Lima Barreto, com *Triste fim de Policarpo Quaresma*, mostrando na Leitura comentada um fragmento e, depois, outro destinado a atividades, em que as perguntas levam a comparações com os fragmentos extraídos das obras de Monteiro Lobato e Euclides da Cunha.

No capítulo 20, “As vanguardas artísticas européias e o Modernismo no Brasil”, a primeira leitura apresentada é “Ode ao burguês”, de Mário de Andrade. Precedendo as atividades, uma ordem: “Leia e releia o texto quantas vezes julgar necessário para sentir a sua força revolucionária e perceber a sua estranheza em relação a um texto poético tradicional. Em seguida, responda às questões apresentadas.” (p. 217 – edição de 2000). O capítulo 21, dedicado à Semana da Arte Moderna, traz na abertura “Os sapos”, de Manuel Bandeira, com direito a vocabulário, atividades e comentários, expondo as palavras de Mário de Andrade sobre o autor: “São João Batista da Modernismo brasileiro”. A primeira geração modernista brasileira (1ª parte), capítulo 17, traz na abertura outra vez um texto de Manuel Bandeira: “Poética”, juntamente a comentários que justificam a estrutura do poema. Mário de Andrade, primeiro poeta citado, possui em Leitura comentada um fragmento do “Prefácio interessantíssimo”. Oswald é citado com fragmentos de *Manifestos da Poesia Pau-Brasil* e do *Manifesto Antropófago*, enumerando as propostas das obras. O capítulo 23 retrata a 2ª parte da primeira geração modernista. Como Primeira Leitura é apresentado o fragmento do início de *Macunaíma*. Nas questões há uma proposta de comparação com a página de abertura de *Iracema*. Após comentários sobre a obra, há o resumo. A Leitura comentada transcreve dois textos de Oswald de Andrade, em Texto 1, “Canto de regresso à Pátria” e, no Texto 2, “Meus oito anos”, acompanhado de comentário. Em outra Leitura, há a transcrição de “Vou-me embora para Pasárgada”, de Manuel Bandeira e, em um quadro, o poema “Pasárgada”, de Carlos Drummond de Andrade, explicando que foi uma homenagem ao autor.

O capítulo 24 refere-se ao Modernismo em Portugal e à poesia de Fernando Pessoa, trazendo em Primeira Leitura “Lisbon revisted”, de Álvaro de Campos, mas, também, fragmentado e seguido de questões e comentários. Após a caracterização do autor como a multiplicação de eus, são transcritos poemas de Álvaro de Campos, “Passagem das horas”, Odes de Ricardo Reis, com fragmentos 1 e 2, e “O guardador de

rebanhos”, de Alberto Caeiro, com comentários. Falando de Fernando Pessoa ortônimo, chamado de poeta filósofo, é destacada sua obra *Mensagem*, com versos, ao mesmo tempo líricos e épicos, informando que sobre a recriação da história de Portugal a partir de *Os lusíadas*. A leitura comentada traz o poema “Mar português”, com o comentário: “O poema tem um tom filosófico, épico, elegendo como interlocutor o mar: espaço infinito, de expansão e de aventuras (...)”. (p. 262 – edição de 2000).

A segunda geração modernista brasileira: poesia, capítulo 25, inicia com dois textos, sendo, número 1, o “Soneto de separação”, de Vinícius de Moraes e, o número 2, “Toada de amor”, de Carlos Drummond de Andrade, envolvendo questões que os comparam quanto às características do poema moderno. Em Leitura comentada é citado um fragmento de “Poema dos olhos da amada” e “Soneto de fidelidade”, insistindo nas regras tradicionais trabalhadas por Vinícius. Em outros momentos de Leitura comentada são transcritos os poemas “Motivo” e “Romance XXI ou Das idéias” (fragmento), de Cecília Meireles, “Angústia e reação”, de Murilo Mendes, “Olá! Negro”, de Jorge de Lima. Carlos Drummond de Andrade, estudado de maneira mais aprofundada, traz seus textos como ilustração ao que está sendo dito sobre sua poesia, estando citados “Poema de sete faces” (fragmento), “No meio do caminho”, “José” e “Mundo grande”, de acordo com a travessia que o autor teria passado desde seus poemas itabiranos até chegar à maturidade humana. Em Leitura comentada são citados, ainda, dois textos: “Cota zero” e “A flor e a náusea” (fragmento). Em “Texto”, parte destinada a atividades, é selecionado um fragmento de “Nosso tempo”, questionando sobre a fase que pode ser correspondente a esse poema.

O capítulo 26 continua retratando a segunda geração, mas considerando a prosa. A Primeira Leitura traz um fragmento de *São Bernardo*, informando que o mesmo corresponde ao início do capítulo 17 da obra, sendo Graciliano Ramos caracterizado como o mais representativo escritor da prosa neo-realista da geração de 30. A seguir, há o resumo da obra e atividades, havendo comentários subjetivos, colocando Pedro Honório como prepotente, a morte de Madalena como consequência dos maus-tratos do marido, o amor dele pela esposa, mas que ficava obscuro por sua violência... As questões referem-se apenas ao fragmento apresentado, não à obra em seu todo. Outra obra resumida no capítulo é *Fogo morto*, de José Lins do Rego. Graciliano Ramos no-

vamente é mencionado, com caracterização para suas demais obras, resumindo *Vidas secas*, igualmente mesclando comentários ao enredo: “Enfim, a questão central do romance não está nos acontecimentos, mas nas criaturas que povoam, nas gravuras de madeira”. (p. 288).

O capítulo 27 retrata a terceira geração modernista e as tendências contemporâneas, abrindo com três fragmentos de *Grande sertão*: veredas, informando ser o único romance de João Guimarães Rosa e sua obra-prima, representando, também, isso para a história da literatura brasileira. Seguindo, há o resumo, revelando a identidade feminina de Diadorim. As questões propostas envolvem os fragmentos e teorias críticas sobre a obra. Clarice Lispector também é mencionada com transcrição de fragmentos de “Perito do coração selvagem”, com comentários sobre essa estrutura. Na menção a João Cabral de Melo Neto, é destacado *Morte e vida Severina*, seguido de comentários e fragmentos. Outro texto citado do autor é “Graciliano Ramos”, denominado como um poema exemplo de poética construtivista, chamado de engenheiro da palavra devido à construção e à forma de trabalhar a linguagem. Após serem citados vários outros autores, tanto na poesia como na prosa, são transcritos “Me responda, sargento”, de Dalton Trevisan, considerado exemplo representativo de nossa literatura contemporânea, e o desfecho de *A moratória*, de Jorge de Andrade, mas desprovidos de atividades. São transcritos alguns fragmentos de textos de crítica sobre os autores e gêneros citados.

Considerando o livro em seu todo, a Primeira Leitura traz textos que retratam determinadas temáticas e é estabelecida uma comparação entre os selecionados. Também, esse espaço de texto serve como uma abertura para retratar o assunto do capítulo. Em muitos casos, já se constitui como o início desse estudo, mas em outros, aparece o texto isolado, sem uma seqüência, ou seja, não está relacionado com o que vem posteriormente, acontecendo o mesmo com o espaço “Texto” ou “Leitura”. A Primeira Leitura transparece ser um pretexto para a apresentação do conteúdo. Os capítulos seguem uma repetição: “Primeira Leitura”, comentários, atividades, explicações dos estilos de época, citação de autores, “Texto/Leitura” e “Leitura comentada” e resumo de obras em alguns casos, acompanhado ou não de exercícios. A literatura comparada acontece apenas nas atividades, sem um maior aprofundamento. Os resumos das obras trazem revelações que poderiam ficar por conta da análise dos alunos ao realiza-

rem suas próprias leituras, pois, assim, há pouco o que ser descoberto. Embora o livro diga estar preocupado com a leitura, em primeiro plano fica o conteúdo, sendo os textos destinados para exemplificar o que foi exposto. Falta um trabalho de incentivo à leitura integral dos textos apresentados.

O livro B informa, na apresentação, que o estudo da literatura é orientado pela linha do tempo, facilitando, assim, as reflexões sobre noções de cultura e contexto social. No “Manual do Professor” são apresentados vários textos como sugestões de atividades para cada unidade: sonetos, fragmentos de poemas longos e um breve resumo das principais obras, estabelecendo comparações entre os mesmos, influências e sugerindo pesquisas sobre os autores que não são citados. Cada texto é acompanhado de glossário. Além da transcrição dos poemas e outros pequenos textos literários, também aparecem alguns que são informativos, críticos, para um estudo reflexivo da literatura, cultura e comunicação de massa. Estabelece enumerações dos conteúdos abordados em Literatura, explicando a forma de estudo.

O capítulo 3, “Noções de teoria literária”, traz versos para serem exemplos das explicações sobre as regras técnicas: metro, ritmo, rima. Em um espaço denominado “Leitura” é transcrito “Uma palavra”, de Chico Buarque, seguido de questões relativas a aspectos formais e figuras de linguagem. No mesmo capítulo, após a teoria dos gêneros literários, em “Leitura”, aparece “Clara”, de Caetano Veloso, chamado de “Cantiga”, com questões sobre as características de seu gênero. O capítulo 4 retrata a primeira época medieval, abordando as cantigas com pequenos fragmentos, exemplificando. Em “Leitura” são citados dois textos: “Apelo”, de Dalton Trevisan (Texto 1), e “Olhos nos olhos”, de Chico Buarque (Texto 2), relacionados nas questões de atividades. A prosa medieval é citada, mas sem fragmentos de textos exemplificando. A segunda época medieval é tratada no capítulo 5, iniciando com fragmentos de obras de Gil Vicente, retirados da internet, sendo os mesmos contextualizados e com uma sugestão de atividade: “Releia os fragmentos e converse com seus colegas sobre o que efetivamente mudou na condição feminina da Idade Média para os dias atuais.” (p. 71). Em “Leitura” há um texto informativo sobre história da arte, de Gina Pischel, com perguntas sobre o mesmo. Outro espaço para “Leitura” cita um fragmento da *Crônica del-Rei D. Pedro*, de Fernão Lopes, seguido de glossário e questionário. Após explicações sobre o teatro de

Gil Vicente, retirados da internet, Leitura traz um fragmento do *Auto da barca do inferno*, com a mesma seqüência do texto anterior. Retratando a poesia palaciana, Leitura cita, como Texto 1, um poema de João Ruiz de Castelo Branco e, em Texto 2, de Sá de Miranda, estabelecendo comparações nas atividades.

A unidade 3 abre com o Renascimento (capítulo 6), classificando seus gêneros e citando um soneto de Sá de Miranda, também extraído da internet, fornecendo biografia do autor e atividades relativas. Retratando especificamente a literatura traz, em Leitura, um fragmento de *Dom Quixote de La Mancha*, de Miguel de Cervantes, com atividades que fornecem uma visão ampla sobre o livro. Em outro espaço, denominado “Intertextualidade”, são apresentados dois sonetos, um de Vinícius de Moraes, outro de Camões, com atividades que os comparam tanto na forma como na temática que, no caso, é o amor. O capítulo 7, o Renascimento em Portugal, abre com um fragmento de *Os lusíadas*, seguido de explicações e dois exercícios. O estudo sobre a obra envolve as estruturas narrativa e formal, apresentando o resumo de cada canto, relacionando a obra com seu período histórico: da glória à ruína de Portugal. Depois, há a classificação de sua lírica em amorosa e filosófica, citando dois sonetos no primeiro caso e, um, no segundo. Os exercícios consideram os textos em sua individualidade, não estando relacionados entre si nem com *Os lusíadas*, o que também não acontece no comentário sobre sua lírica.

O capítulo 8 inicia a literatura brasileira, a de informação e de catequese. A abertura é dada pelo texto “Ladainha”, de Cassiano Ricardo, dizendo que o mesmo, apesar de escrito quatro séculos após o descobrimento, possui características da literatura de informação. “Leitura” cita um trecho do poema “Do santíssimo sacramento”, de José de Anchieta, salientando tratar-se de uma espécie de hino. Nas questões, é chamada a atenção para os elementos da cultura medieval e a religiosidade, como se o próprio Anchieta estivesse falando, não um eu lírico. A unidade 4 refere-se ao Barroco, dividida nos capítulos 9 e 10. A caracterização geral do período tem como exemplo o soneto “Buscando a Cristo”, sendo o mesmo comentado e concluído com duas perguntas. No decorrer da contextualização, novamente é citado um soneto de Gregório de Matos, confirmando o que está sendo teorizado. Em Leitura há um fragmento do *Sermão da Sexagésima*, juntamente a duas questões. No espaço “Intertextualidade”, as atividades

propõem comparações entre os dois fragmentos apresentados: o número 1, fragmento do romance *Boca do inferno*, de Ana Miranda, e, outra vez, “Buscando a Cristo”, como número 2. O capítulo referente ao Barroco em Portugal e no Brasil inicia com “Leitura”, transcrevendo um pequeno trecho da produção do Padre Antônio Vieira, justificando sua condição barroca e apresentando questões subjetivas, chamando o interlocutor de “você”. Após falar exclusivamente de Antônio Vieira, novamente há um fragmento dos *Sermões*, com comentários e exercícios. Assim como aconteceu com Anchieta, nos textos de Vieira também o eu lírico é substituído pelo próprio nome do autor. O Barroco brasileiro classifica a poesia de Gregório de Matos, tendo, em Leitura, “A mesma D. Ângela” e “Soneto”, sendo apenas o primeiro acompanhado de exercícios. Assim como acontece no livro anterior, Bento Teixeira não é negado como precursor do Barroco no Brasil, mas desaparece frente ao nome de Gregório, não tendo transcritos fragmentos de sua obra nem, ao menos, como exemplo.

O Arcadismo, assunto da unidade 5, contendo os capítulos 11 e 12, traz, na parte introdutória, como exemplo, “Lira I”, de Tomás Antônio Gonzaga, explicando que o mesmo está se dirigindo a uma figura feminina, traçando características que o classificam como árcade, sendo concluído com três perguntas. A intertextualidade vem com um texto de Du Bocage e, outro, de Manuel Bandeira, com uma proposta de comparação nas atividades. O capítulo 12, o Arcadismo em Portugal, inicia com “Leitura”, citando um fragmento de “Romance XX ou do País da Arcádia”, extraído do *Romanceiro da Inconfidência*, tendo, na seqüência, glossário e exercícios que valorizam o aspecto formal do poema. No conteúdo referente ao Arcadismo em Portugal aparecem alguns poemas de Du Bocage para exemplificar. Retratando o Arcadismo brasileiro, também é apresentado como exemplo um fragmento de “Liras de Marília de Dirceu”, assim como outros textos são usados para esse fim na enumeração dos principais poetas. Cláudio Manuel da Costa é ilustrado com um soneto, acompanhado de três questões; Tomás Antônio Gonzaga, estudado de maneira mais ampla, tem sua poesia classificada enquanto lírica e satírica, sendo essa última exemplificada com um pequeno trecho de *Cartas Chilenas*, enquanto um fragmento da parte I: Lira XIV é citado em “Leitura”, seguido de questões, em que a primeira caracteriza o poema enquanto de tom didático. Santa Rita Durão e Basílio da Gama aparecem em um único texto explicativo que se

refere à poesia épica e, em Leitura, Texto 1 e Texto 2, são citados fragmentos de *O Uruguai*, “A morte de Lindóia”, e *Caramuru*, com a parte em que Diogo e Paraguaçu partem para a França e Moema se desespera. As quatro questões seguintes comparam os dois fragmentos.

O capítulo 13 da unidade 3 faz um estudo geral do Romantismo. Como textos, são citados um fragmento de *Werther*, contextualizado e acompanhado de questões, e “Pedços de mim”, de Chico Buarque, e “Se se morre de amor”, na Intertextualidade. O capítulo 14 trata do Romantismo em Portugal, iniciando com “Leitura”, que traz um fragmento de *Eurico, o presbítero*, adiantando informações sobre essa obra e questionando suas características românticas. A ordem classificatória de cada geração vem, junto aos autores e comentários, exemplificada com um texto e algumas questões. A primeira geração vem acompanhada de “Não te amo”, na poesia, e, na prosa, um trecho de um texto crítico publicado por Alexandre Herculano em um folheto, no ano de 1841. A segunda geração apresenta fragmentos de *Amor de perdição* e *As pupilas do senhor reitor*. Os capítulos 15 e 16 dedicam-se ao Romantismo no Brasil, iniciando com a poesia. A abertura é feita por “Canção do tamoio (Natalícia)”, de Gonçalves Dias, contextualizando-o com as explicações e com os exercícios. A poesia nacionalista traz como exemplo “Como eu te amo”, sendo Gonçalves Dias comentado na literatura de seu tempo e nos dias atuais. As demais classificações românticas seguem o mesmo esquema: menção do autor e “Leitura” citando os textos junto aos exercícios. Aparecem citados “Pálida inocência” e “Soneto”, de Álvares de Azevedo; “Amor e medo”, de Casimiro de Abreu; Parte IV de “O navio negreiro” e “Adormecida”. Vítor Hugo é citado, mas apenas como influência. Na prosa, a “Leitura” que abre o capítulo cita um fragmento de *Senhora*, sendo o restante dos textos transcritos na seqüência classificação do romance, autor, fragmento, alguns comentários e exercícios que complementam o estudo. Aparecem os fragmentos de *A moreninha*, *Memórias de um sargento de milícias*, *Iracema*, *Inocência*. Alencar, no entanto, é comentado com suas diversas obras.

A unidade 7 divide-se nos capítulos 17, com uma caracterização geral do Realismo, 18, Portugal e, 19, no Brasil, 20, Naturalismo no Brasil e, 21, com o Parnasianismo. Com uma seqüência semelhante às unidades anteriores, são citados fragmentos de *Madame Bovary*, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *O cortiço*. A Intertextualidade

compara fragmentos de *Zero*, de Inácio de Loyola Brandão, com *O mulato*. O Realismo em Portugal abre com um fragmento de “O sentimento dum ocidental” e “Ave Marias”, aparecendo no esquema do conteúdo dois sonetos de Antero de Quental: “A um poeta” e “Com os mortos”, finalizando com um trecho de *O primo Basílio*, em que é feito um retrato de Juliana. No entanto, o movimento no Brasil traz em “Leitura”, que abre o capítulo, “A um bruxo com amor”, de Carlos Drummond de Andrade, transparecendo que o mesmo fora selecionado por referir-se a Machado de Assis. E nos espaço de “Leitura”, aparece o resumo de *Memórias póstumas Brás Cubas*. Já o Naturalismo abre com “O meu guri”, de Chico Buarque, solicitando para o interlocutor localizar traços desse período. Aparece o nome de Zola, mas sem um estudo aprofundado. As Leituras que seguem trazem fragmentos de *O cortiço* e *O ateneu*. O Parnasianismo inicia com trechos de “Profissão de fé”, de Olavo Bilac, com questões referentes à estética. No decorrer do estudo, nova seqüência em citação de autores e poemas, sendo estes: “Vaso chinês”, de Alberto de Oliveira, “As pombas”, de Raimundo Correia, e “A um poeta” e “*Inania verba*”, de Olavo Bilac.

A unidade 8, dividida em dois capítulos, passa para o Simbolismo. “Antífona” aparece como Leitura de início, fornecendo uma caracterização geral desse estilo. Entre as explicações, são citados um fragmento do *Manifesto Simbolista*, publicado em Paris, em 1862, e uma poesia em prosa, de Cruz e Souza, raramente comentada em livros didáticos. O capítulo finaliza com “Copo vazio”, de Gilberto Gil, e “Soneto”, de Camilo Pessanha. O Simbolismo em Portugal e no Brasil tem, em sua abertura, um fragmento de um poema de Eugênio de Castro. Os nomes portugueses vêm acompanhados com seus textos exemplificando, respeitando os passos anteriores. Camilo Pessanha é citado com um poema não intitulado, Antônio Nobre, com um fragmento de “Purinha”. No Brasil aparecem “Violões que choram”, de Cruz e Souza, e dois sonetos de Alphonsus Guimaraens, sugerindo comparações.

Com a unidade 9 inicia o Modernismo, estabelecendo um panorama geral no capítulo 24, iniciando com um fragmento de Álvaro de Campos, “Ode triunfal”, e outros versos aparecem entre a exposição do que foi o movimento. O capítulo finaliza com um fragmento de “Os ratos”, em “Leitura”, “Autopsicografia”, de Fernando Pessoa, e “Traduzir-se”, de Ferreira Gullar. O Modernismo em Portugal, capítulo 25, também inicia

com um poema de Fernando Pessoa, “Nevoeiro”, mesclando a identidade do eu lírico com Fernando Pessoa e seu patriotismo. Esse autor é abordado como um poeta que passou para as produções um pouco de si, como foi o caso do nacionalismo. Sua poesia é amplamente comentada, com a transcrição de vários textos que são discutidos tanto no estudo sobre Pessoa como nas questões, que complementam a caracterização. Em segundo plano, é mencionado Mário de Sá Carneiro e na citação de “Escavação” há um longo comentário e o seguinte exercício: “Explique como se apresentam no poema o dilaceramento do eu, o pessimismo e o niilismo (descrença absoluta, negação de tudo), justificando com elementos do texto.” (p. 356). Outro poema citado é o de José Régio, “Solução de morte”, acompanhado de uma questão que explica sua obra. Para José Saramago é apresentado um fragmento de “Todos os nomes”, com comentários e questões, mas sem resumo.

O Pré-Modernismo no Brasil, assunto do capítulo 26, transcreve, em “Leitura”, “Marginalia II”, de Gilberto Gil, explicando, nas questões, o sentido do movimento Tropicalia e sua repercussão para o país, comparando com o Romantismo e com o Modernismo. Citando os escritores pré-modernistas, aparece “Canudos não se rendeu”, explicando ser o penúltimo capítulo de *Os sertões*, em que é narrado o fim da última batalha de Canudos, informando, nas questões, que o narrador toma uma posição frente aos fatos narrados. No espaço de Lobato, é transcrito um fragmento de *Negrinha*. Lima Barreto é retratado com um pequeno fragmento de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, com um texto antecedente que se assemelha a um resumo. Para Augusto dos Anjos é citado “Psicologia de um vencido”, com perguntas que caracterizam sua linguagem chocante. Como em outros casos, não há distinção entre o eu que fala no poema e a pessoa física do poeta, com perguntas que caracterizam o texto e solicitam para que isso seja identificado no poema.

“Poética”, de Manuel Bandeira, extraído de *Estrela da vida inteira*, é o texto de “Leitura” no capítulo 27, “O Modernismo no Brasil”, com questões relacionadas ao protesto feito pelo poema, à rebeldia em evidência, traçando comparações com o Romantismo. Retratando sobre a Semana da Arte Moderna, há um trecho de “Ode ao burguês”, de Mário de Andrade, também o relacionando-o com as preferências literárias dos poetas modernistas. Com uma abordagem similar, é transcrito um fragmento de

Manifesto do Pau-Brasil e *Manifesto Antropófago*, comentando sobre o futurismo e a antropofagia. O capítulo 28 fala da primeira fase do Modernismo no Brasil, abrindo com dois textos não intitulados, informando apenas os autores, sendo o primeiro, escrito em prosa, de Oswald e, o segundo, um poema de Mário de Andrade. No estudo dos principais autores da fase modernista há a nomeação seguida de textos junto a questionários. São citados alguns poemas-relâmpagos de Oswald de Andrade, um trecho de *Memórias sentimentais de João Miramar*, sendo explicado seu jogo de metáforas. De Mário de Andrade aparecem versos de “Inspiração”, “Louvação da tarde”, “O poeta come amendoim” e um fragmento de *Macunaíma*, comentando, na questão de número 2, que o autor usa e abusa do humor. Manuel Bandeira, além de ter citados os poemas “Consoada” e “Momentos num café”, traz “Evocação do Recife”, comentando sobre o historicismo que pode estar presente no poema.

No capítulo 29 há a contextualização da prosa, listagem de autores e o fragmento da obra em destaque, fornecendo algumas informações e propondo exercícios. Aparecem fragmentos de *O quinze*, *Menino de engenho*, *São Bernardo*, *Jubiabá*, de Jorge Amado, e *Olhai os lírios do campo*, de Érico. É interessante observar que, com esses dois autores, foram citados romances pouco comentados ou, até, conhecidos, sendo o normal para a crítica, ou para os manuais didáticos, a menção de *Capitães de areia* e *O tempo e o vento*. O capítulo 30 aborda a poesia, com a mesma seqüência dos casos anteriores. Os textos apresentados são, de Carlos Drummond de Andrade, “A noite dissolve o homem”, “Poema de sete faces”, fragmento de “A flor e a náusea”, “Os morto de sobrecasaca” e “Legado”, de Cecília Meireles, “Aceitação” e um trecho do *Romanceiro da Inconfidência*, narrando um leilão dos bens deixados por Tiradentes. Murilo Mendes é citado com dois textos: “O filho do século” e “Poema espiritual”. Para Jorge de Lima é citado “Banguê”, “A divisão de Cristo” e “O desastre aéreo de ontem”. Por fim, aparece Vinícius com “Soneto de amor total” e “Poética”.

A unidade 9 é a parte final do livro, tratando do Pós-Modernismo. Na contextualização, capítulo 31, é citado o poema “A vida bate”, de Ferreira Gullar, com exercícios de interpretação, sendo encerrado com o conto “Marilyn no inferno”, de João Gilberto Noll, e a Intertextualidade traz dois pequenos poemas, um de Casimiro de Abreu e, outro, de Cacaso. O capítulo 32, destinado à Geração de 45 – poesia e prosa –, abre com

“A lição de poesia”, de João Cabral de Melo Neto. No estudo da poesia há o destaque para esse autor, sendo citados, ainda, “Tecendo a manhã” e “O ferrageiro de Camona”, com questões que abordam a expressão estética. Relativo à prosa, o primeiro escritor é Guimarães Rosa, sendo transcrito um fragmento de *Grande sertão: veredas*, denominado como o fim da história, mas não do livro. Na menção a Clarice Lispector, o romance destacado é *A hora da estrela*, sendo citada a parte em que o narrador expõe a preocupação sobre o estilo a ser adotado na construção da narrativa. Finalizando, o capítulo 33 retrata o Pós-Modernismo no Brasil, apresentando o poema “Nadando”, de João Moura, questionando, no exercício, o sentido das expressões relacionadas a “nadar”. Para ilustrar o tropicalismo, é citado “Tropicália”, de Caetano Veloso, acompanhado de glossário antes das questões. Na seqüência, retratando a poesia concreta, são citados variados poemas de Haroldo e Augusto de Campos, seguidos de Ferreira Gullar, com “Agosto de 1964”. Depois, aparecem outros pequenos poemas para exemplificar a produção contemporânea. São enumerados os vários gêneros que começaram a ser produzidos, como o conto, com as diversas estruturas e temáticas, e a crônica, mas sem transcrição de textos. A última “Leitura” é dada por um poema de Rubem Fonseca, “Os inocentes”, caracterizado como escritor cuja ficção é a do cotidiano das grandes cidades.

Assim como no livro anterior, esse também utiliza o espaço de “Leitura”, com textos que iniciam e, depois, finalizam os capítulos, como sendo para exemplificar o que foi abordado. Os resumos de livros são menores do que no caso anterior, mas há os comentários e transcrição de partes significativas da obra. Novamente, tanto no estudo como no questionário há informações sobre a produção literária de cada autor, o que retirar a curiosidade do estudante, restando pouco a ser visto com sua leitura. Nesse último livro aparecem nomes pouco lembrados por outras obras didáticas, como Goethe e Zola, citando obras que raramente aparecem em manuais, como foi o caso de *O-lhai os lírios do campo*. Mas não foge de certos padrões que parecem estar pré-estabelecidos pelos manuais, havendo textos e exercícios que se repetem.

A unidade 1 do livro C (primeiro volume) traz, no texto de abertura, “Língua”, de Caetano Veloso, mas sem contextualização ou exercícios. O capítulo 2, “Literatura, leitura - prazer”, abre com pequenos e variados textos em um espaço chamado de “Entre-

textos”, solicitando para que os mesmos sejam lidos, estabelecendo, no final das citações, comparações como pretexto para a entrada do estudo sobre a literatura. O capítulo 3 já questiona no título o que é literatura. Em outro espaço, também destinado à exposição de textos, denominado “Leitura”, aparecem um fragmento de um texto informativo, “Dormir fora de casa pode ser tormento”, de Mirna Feitoza, publicado na *Folha de São Paulo*, e “Tormento não tem idade”, de Moacyr Scliar, com questões que os comparam, evidenciando a natureza literária do segundo, chamando-o de crônica. Os espaços denominados “Leitura” vêm como ilustração para os assuntos abordados no capítulo, sempre com exercícios. Os próximos textos citados são “Grito negro”, de Mário de Andrade e vários outros que são informativos, falando sobre literatura. O capítulo 4, introdução ao gênero do discurso, abre com “Livro, eu te lendo”, de Lygia Bojunga Nunes, e “Festa”, de Wander Piroli, seguidos de outros que não são literários, novamente apresentando exercícios que os comparam. Na abordagem dos gêneros literários aparecem, como exemplos, “O calibre”, de Paralamas do Sucesso, para o gênero lírico, e “Casa pintada de amarelo”, para o dramático.

O capítulo 8 – “A linguagem do Trovadorismo” – inicia com comentários referentes a cantigas, exemplificando, em “Leitura”, uma cantiga de amigo e, outra, de amor, caracterizando-as assim e justificando a presença do galego-português. As questões referentes abordam a construção estética. O capítulo 9, “Do texto ao contexto do Trovadorismo”, faz um recorte de vários textos que caracterizam a sociedade feudal, explicando, assim, a própria literatura. Antecedendo, há uma ordem para o leitor: “Leia, a seguir, um painel de textos que relacionam a produção literária do Trovadorismo ao contexto histórico, social e cultural em que o movimento floresceu. Após a leitura, responda às questões propostas.” (p. 192). O capítulo 11 trata exclusivamente da produção literária na Era Medieval. Classificando as cantigas, são citadas algumas em galego-português com tradução. Falando da poesia palaciana, aparece um pequeno trecho dos Cancioneiros. Estudado com detalhe, Gil Vicente é exemplificado com um fragmento de *Auto da barca do inferno*, com uma introdução que fornece uma visão geral da obra. As questões insistem no diálogo e o estranhamento entre as principais personagens. *Farsa de Inês Pereira* é sugerida como leitura, adiantando ser uma peça picante que diverte moralizando. No final do capítulo, em um espaço chamado “Antologia”, é

citada uma cantiga de mal-dizer, outra, palaciana, e um fragmento do *Auto da Lusitânia*, dizendo que isso consiste em uma ampliação do conhecimento e, ainda, que pode-se ler por prazer ou para debater em classe. O capítulo 12, que se propõe diálogos com a literatura medieval, inicia com Texto 1 e Texto 2, seguido de perguntas que propõem comparações. Depois, em “Leitura”, novamente aparecem dois textos com um pequeno comentário antes da transcrição, o que também acontece no questionário.

A unidade 2, retratando a história social do Classicismo, traz “Mar português” como primeiro texto. No capítulo 13, falando sobre a linguagem renascentista, cita dois pequenos textos de Dante e Petrarca, fornecendo, nas perguntas, outras informações sobre esse período. O capítulo fecha com um fragmento de *Os Lusíadas*. O capítulo 14 propõe-se a contextualizar as produções renascentistas, citando as escritas de diversas naturezas que abordam, caracterizam e historicizam o Renascimento, com exercícios voltados para a história. O capítulo 15 especifica o Classicismo em Portugal, ou melhor, Camões, com pequenos trechos para comparar a estrutura da obra, que é apresentada com minúcias. Em “Leitura” foram extraídos quatro trechos da obra, fazendo com que o leitor reflita, nos exercícios, sobre a estrutura e a temática. A lírica também é valorizada, como acontece com a épica, analisando alguns trechos e finalizando com questões. “Antologia” traz alguns fragmentos, sugerindo atividades, tanto para o aluno como para o professor (com uma observação exclusiva ao lado). Para o aluno, mais uma vez, fala do prazer e do debate como efeitos da leitura: “A leitura dos textos a seguir visam ampliar o conhecimento sobre a poesia de Luís de Camões. Pode-se ler por prazer ou ler e debater os textos com a classe, sob a orientação do professor” (p. 155). O capítulo 16 retrata o Quinhentismo no Brasil, apresentando três fragmentos da *Carta*. No exercício, a questão 15 os compara com a poesia de Camões. Na seqüência, há a apresentação do poema “Santa Inês”, de José de Anchieta, com alguns comentários sobre sua poesia.

As unidades 3 e 4 dedicam-se, respectivamente, ao Barroco e ao Arcadismo. A página de abertura cita dois versos de Gregório. A linguagem barroca, assunto do capítulo 23, assim como é freqüente nos demais, estabelece pequenos comentários, cita textos, muitas vezes, acompanhados de questões. Nesse livro, geralmente são apresentados mais de um em “Leitura”, sendo comparados. Voltando a falar do capítulo em ques-

tão, aparecem em “Leitura” dois poemas de Gregório de Matos com várias atividades seguintes. O capítulo 24, “Do texto ao contexto do Barroco”, como em outras unidades, apresenta recortes de produções de diversas naturezas, para contextualizar a produção do período, conforme anuncia o título. Passando para o capítulo seguinte, há a abordagem do Barroco em Portugal, apresentando, em “Leitura”, um trecho do *Sermão da Sexagésima*. No capítulo 30, “O Barroco no Brasil”, cita um poema de Gregório de tendência moderna, comentando esse fato e comparando-o com um de Manuel Bandeira. Em “Antologia” aparecem “Soneto” e “Décima”. O capítulo 33 propõe diálogos com o Barroco, contextualizando, dessa vez, fragmentos de “Sermão da Epifania”, de Vieira, e do romance *Boca do inferno*, de Ana Miranda, sendo lembrada essa autora novamente junto ao estudo do Barroco, não com os autores da modernidade. A exemplo dos outros livros, não aparece nenhum fragmento de *Prosopopéia*.

O estudo do Arcadismo é iniciado com uma epígrafe de Diderot. O capítulo 34, tratando da linguagem desse movimento, cita, inicialmente, em “Leitura”: “Lira LXII”, de Cláudio Manuel da Costa, e dois trechos de *Marília de Dirceu*, sendo comentados e comparados no exercício. O capítulo 25, “Do texto ao contexto”, também cita vários textos informativos com exercícios na seqüência. O Arcadismo, em Portugal, no capítulo 38, mostra poemas de Bocage, alguns fragmentos e, outros, completos, como é o caso dos sonetos. Durante essa exposição e os exercícios, é comentado sobre sua transição para o Romantismo. O Arcadismo no Brasil, no capítulo 41, traz sonetos de Cláudio Manuel da Costa e fragmentos de *Marília de Dirceu*, comentando sobre a subjetividade do poeta, que fez a vida virar arte. Também, é transcrito um fragmento da “Carta 2ª”, informando que Gonzaga seguiu a tradição da sátira no Brasil, o que fora iniciado por Gregório. Para *O Uruguai* e *Caramuru* são transcritos os fragmentos que relatam a morte das índias Lindóia e Moema, como no outro exemplar. Em “Antologia” são citados textos de Alvarenga Peixoto e Silva Alvarenga, “Ode ao Marquês de Pombal”, no primeiro caso, e “O beija-flor”, no segundo, com pequenas caracterizações para essas produções. Finalizando, no capítulo 13, os poemas de Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, e o período em geral, são comparados com os poemas de Fernando Pessoa e com o *Romanceiro da Inconfidência*, na proposta de diálogo.

O volume 2 inicia com a história social do Romantismo e a poesia, na unidade 1,

abrindo com uma estrofe de Lord Byron. O capítulo 1 aborda o primeiro assunto da sequência, a linguagem do Romantismo, como acontece no volume anterior, tendo como texto inicial “A canção do exílio”, comentando ser um dos mais conhecidos da literatura brasileira, comparando-o com poemas de outros períodos nas questões. “Leitura” faz um breve resumo de *Os sofrimentos do jovem Werther*, exemplificando com duas cartas, sendo essa produção comparada, nas questões, com a “Canção do exílio”. O próximo capítulo, “Do texto ao contexto”, segue com vários fragmentos sobre o Romantismo e o Iluminismo. O Romantismo em Portugal, capítulo 5, respeitando a ordem, cita autores com os respectivos trabalhos, seguido de questões. Aparecem os textos “Este inferno de amar” e “Barca bela”, de Almeida Garrett e, em “Leitura”, um fragmento de sua produção teatral *Frei Luís de Sousa*. Depois, trechos de *Eurico, o presbítero*, *Amor de perdição* e *As pupilas do senhor reitor*, também acompanhados por um breve resumo.

O capítulo 7, Romantismo no Brasil, cita o canto IV de “I-Juca-Pirama” e “Olhos verdes”, novamente não sendo considerada a poesia de Gonçalves de Magalhães. Em “Antologia”, mais uma vez, aparece um trecho de “I-Juca-Pirama”, junto ao poema “Leite de folhas verdes”. O Ultra-romantismo, no capítulo 11, cita pequenos trechos da poesia de Casimiro de Abreu, “Soneto”, de Álvares de Azevedo e pequenos fragmentos de *Lira dos vinte anos* e *Noite na taverna*. “Leitura” traz alguns versos do poema “Idéias íntimas”, convidando o leitor para entrar na terra fantástica do mundo de Calliban. Adiante, retratando a poesia irônica de Álvares de Azevedo, é passado algumas estrofes de “É ela! É ela! É ela! É ela!” e de “Meus oito anos”, de Casimiro de Abreu. Para Fagundes Varela, é transcrita uma pequena parte de “O exilado” e “Cântico do calvário”. Em Antologia aparece “Lembrança de morrer” e um trecho de “Morte (hora de delírio)”, de Junqueira Freire. Nesse livro, a lírica romântica da segunda geração faz um panorama da poesia de todos os autores, mesmo destacando Álvares de Azevedo. A poesia condoreira cita a parte IV de “O navio negreiro” e “Boa-noite”, de Castro Alves. Sousândrade é citado, mas com textos de Caetano Veloso e Augusto e Haroldo de Campos, que fazem uma releitura de sua produção. Por fim, Antologia cita dois textos de Casimiro de Abreu: “Mocidade e morte” e “Adormecida”. No capítulo 4, “Diálogos com a poesia romântica”, poemas de Lord Byron e Álvares de Azevedo são comparados com outras

produções.

A unidade 2 retrata a prosa romântica. No capítulo 15, com o romance romântico e a identidade nacional, destaca *O guarani*, explicando a obra e transcrevendo, em “Leitura”, a cena final desse romance e um fragmento de *A expedição Montaigne*, de Antônio Callado. Como atividade, é proposta uma análise literária da prosa romântica brasileira, com o seguinte roteiro: bibliografia, resumo do enredo, tempo, espaço, foco narrativo, estilo, verossimilhança, movimento literário, conclusões. O romance regional, no capítulo 18, fornece uma breve explicação de *Inocência*, seguido de fragmento e exercícios, fazendo o mesmo com *O gaúcho* e *O cabeleira*. O capítulo 21, caracterizando o romance urbano, também cita breve resumo, extrato e questões voltadas para o contexto social das obras *A moreninha*, *Memórias de um sargento de milícias*, *Senhora*, chamando o resumo de enredo. Essa parte finaliza, como sugestão de leitura extraclasse, uma comparação entre *Lucíola* e *A dama das camélias*. O capítulo 24, falando sobre a prosa gótica, cita um fragmento de *Noite na taverna*, com algumas explicações sobre as histórias narradas. O capítulo 25, dialogando sobre a prosa romântica, estabelece uma comparação entre o poema “O corvo”, de Edgar Allan Poe, e “Transcorvo”, de Augusto de Campos, também, entre um fragmento de *Iracema* e “Carta de um contratado”, de Antônio Jacinto. Por último, é citado um fragmento de *Drácula*, de Bram Stoker, para que o mesmo seja comparado com o filme que o adaptou.

O capítulo 27, da unidade 3, refere-se à linguagem do Realismo, Naturalismo e Parnasianismo, tendo como texto de abertura “A missa do galo”, com questionário discutindo a posição da mulher no século XIX. Caracterizando a linguagem naturalista, são apresentados fragmentos de *Germinal*, de Zola, e de *O cortiço*, sendo explicada a luta social presente no primeiro e os dois textos são comparados no exercício. A linguagem da poesia parnasiana é exemplificada pelo soneto “Vaso chinês” e “Profissão de fé”, informando nas questões que o Parnasianismo preferiu a arte pela arte, ao contrário do Realismo e do Naturalismo. Novamente, no capítulo 28, retratando o texto e o contexto, apresenta vários fragmentos referentes ao assunto em questão, discutidos no questionário. No capítulo 31, O Realismo em Portugal, são citados poemas de Antero de Quental, “Mais luz” e “A um poeta”, e um longo fragmento de *O primo Basílio*, após o comentário da literatura de Eça de Queirós. “Antologia” traz poemas de Antero de

Quental, Guerra Junqueiro e Cesário Verde. O capítulo 34 cita em “Leitura” partes de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, sendo “Ao leitor”, o primeiro. Na seqüência, trechos de *Dom Casmurro* e cap. XXXII (“Olhos de ressaca”). Finalizando o estudo de Machado, com profundidade na análise de suas obras, são, ainda, citados trechos de *Quincas Borba* e, outro, de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, comparados nos exercícios. Aluísio de Azevedo traz no fragmento que exemplifica suas obras, *Casa de pensão*, em substituição a *O cortiço*, como é freqüente. Raul Pompéia é caracterizado através do romance *O ateneu*, com dois textos transcritos. Como leitura extraclasse, é sugerida a leitura de *O alienista* no final do capítulo. As “Leituras” do capítulo 37, O Parnasianismo no Brasil, citam “Vila Rica”, “Via Láctea (soneto XIII)”, “As pombas” e em Antologia aparecem “A um poeta” e “Vaso grego”, sendo todos poemas sendo todos poemas da famosa tríade parnasiana, como expressa o próprio livro. O capítulo estabelece a observação de diálogos entre o Realismo e o Naturalismo, através de três atividades, usando alguns parágrafos de *Madame Bovary*, *O cortiço* e *O primo Basílio*.

O volume finaliza com a unidade 4 e o Simbolismo. O capítulo 39, com a caracterização da linguagem simbolista, cita “Correspondências de Baudelaire” e “Violões que choram”, de Cruz e Sousa. Na seqüência, um pequeno trecho de “Ele se deita no túmulo” (*de Igitur*), de Mallarmé, e “Sobre um mar de rosas que arde”, de Paulo Kilkerry. No capítulo 40, novos recortes de textos informativos com questões referentes. No capítulo 41, o Simbolismo em Portugal, aparecem poemas que exemplificam os autores citados: Camilo Pessanha, Antônio Nobre e Eugênio de Castro. O capítulo 44, Simbolismo no Brasil, também cita os principais autores com seus textos comentados e com questões de análise. “Leitura” traz “Cavada do infinito” e “Ismália”. “Antologia” cita “Antífona” e “A cabeça do corvo”. O teatro brasileiro no século XIX é retratado no capítulo 47, com dois trechos de *Como se fazia um deputado*, de França Júnior, com questões voltadas para os mesmos. Por fim, o capítulo 50 traz os textos “Spleen” – LXXII, de Charles Baudelaire, “Cárcere das almas”, de Cruz e Sousa, e “O morcego”, de Augusto dos Anjos, também acompanhados de questões. Em “Leitura” aparece um texto de Cruz e Sousa e, outro, de Cecília Meireles, comparando-os nas questões, considerando a situação de cada um frente à vida.

No volume 3, a unidade 1 cita pequenos textos semelhantes a epígrafes, de Fil-

lippo Marinetti, Mário de Andrade, T. S. Eliot e Manuel Bandeira. Da mesma forma como acontece com os exemplares antecedentes, há a caracterização dos períodos, enumeração de autores com partes de seus textos, o espaço para “Leitura”, com outras transcrições e exercícios. Finalizando, há a “Antologia”, apresentando vários textos desprovidos de atividades. O Pré-Modernismo, no capítulo 1, “Leitura” cita três fragmentos de *Os sertões*, sendo, a primeira, uma descrição da caatinga, a segunda, do sertanejo, e, a terceira, o significado da guerra, correspondendo à seqüência da obra; outro texto é do Padre Enoque de Oliveira, falando sobre Canudos, e, o último, um prefácio de José Saramago para o livro *Terra. Triste fim de Policarpo Quaresma* é comentado e brevemente resumido, sendo comentada a releitura de Moacyr Scliar sobre a obra, trazendo-a para os tempos atuais. A “Leitura” cita um trecho da obra em que é feita uma descrição do protagonista. Referindo-se a Lobato, é transcrito um fragmento de *Urupês*, chamando de crônica que traça o perfil do caipira. Apesar de sua literatura infantil ser comentada, não há nenhum texto resumido ou analisado. Augusto dos Anjos vem exemplificado com “Versos íntimos” e Leitura cita “Psicologia de um vencido”. Novamente é citada a escritora Ana Miranda, que fez Augusto dos Anjos tornar-se personagem de seu romance *A última quimera*. Antologia é apresentada pelo soneto de Augusto dos Anjos “Budismo moderno”, e um pequeno trecho de *Canaã*, sem a obra ser comentada.

O capítulo 2 traz em “Leitura” fragmentos de “As janelas”, de Guilherme de Apollinaire, “São Paulo”, de Blaise Cendrars, e “O capoeira”, de Oswald. Além das questões, é sugerido ao professor, em particular, a preparação dos alunos para a leitura dos referidos textos, dizendo que eles podem estranhar e fazer o comentário de que aquilo não é literatura. Finalizando, “Leitura” cita “Poética”, extraído de *Estrela da vida inteira*, tratando, nas questões, o eu lírico como poeta e falando sobre a crítica feita em seu poema. O capítulo 3, propondo uma contextualização, cita vários textos sobre os movimentos modernistas. O capítulo 4, dedicado às vanguardas, traz, em “Leitura”, o Manifesto Futurista, de Marinetti, contextualizado no questionário. Após um resgate do movimento no Brasil e no mundo, “Leitura” tem “Os sapos”, com questões de natureza semelhantes às do texto de Manuel Bandeira. No capítulo 7, o dos Andrades, há *Manifesto Antropofágico* e diversos outros poemas de Oswald. “Leitura” cita “Brasil” e, ainda, falando de seu teatro, algumas linhas como exemplo. Mário de Andrade é ilustrado com os poemas

“Inspiração”, “Eu sou trezentos” e com um trecho de *Macunaíma*, após uma descrição geral dessa obra, fornecendo um roteiro para sua análise. “Antologia” cita alguns poemas de Oswald e Mário. No capítulo 10, Manuel Bandeira é analisado através de diferentes poemas, mas é destacado por sua “pasárgada”. Em “Leitura” há a transcrição de “Evocação de Recife” e para Alcântara Machado é citado um fragmento de *Gaetaninho*. Encerrando com “Antologia”, aparece “Profundamente” e “Pneumotórax”, de Manuel Bandeira.

O capítulo 12 trata da literatura portuguesa no século XX, com estrofes de poemas de Fernando Pessoa, enquanto caracteriza, de maneira profunda, sua produção. Leitura cita o poema “Tabacaria”, classificado na terceira geração de Álvaro de Campos. As questões envolvem o poema com a metafísica, referindo-se ao estado emocional do eu que fala no poema, mas tratando-o por eu lírico. “Autopsicografia” encerra o estudo sobre esse autor. Na seqüência, aparece Mário de Sá Carneiro, com o poema “Dispersão” e, José Régio, com “Cristo” e “Cântico negro”. Na prosa, há o nome de José Saramago, com um fragmento de *Ensaio sobre a cegueira*. Antologia cita um poema de Alberto Caeiro, outro, de Fernando Pessoa ele-mesmo, e “Lisbon revisited” de Álvaro de Campos, com comentários, sobre tais textos, dirigidos ao professor. O capítulo 13 transcreve vários poemas da primeira fase modernista, sendo alguns com características do Concretismo e, outros, sonetos, questionado sobre o modo de seus autores trabalharem com a linguagem, fornecendo sugestões ao professor, como esta, que se encontra junto ao texto de Apollinaire: “Professor: Antes de ler a tradução do poema com os alunos, estimule-os a levantar hipóteses sobre o assunto do poema a partir das pistas dadas na questão 1.” (p. 137).

Na unidade 2, o capítulo 14 estuda o Romance de 30, iniciando com um fragmento de *Vidas secas*. Enumerando os autores, caracteriza as principais obras e fornece breve resumo que se mescla aos comentários, iniciando por Rachel de Queiroz, transcrevendo um fragmento de *O quinze*. Na seqüência, o capítulo 17 inicia com Graciliano Ramos e, mesmo sendo atribuída uma notoriedade a maioria de seus romances, há o destaque para *São Bernardo*, com um fragmento selecionado. José Lins do Rego tem *Fogo morto* como romance mais comentado e com citação de trecho. Para Jorge Amado, é destacado *Tieta do Agreste*, também com breve resumo e fragmento que nar-

ra a chegada de Tieta ao Agreste. No capítulo 20, há menção para romancistas do Sul: Érico Veríssimo e Dyonélio Machado, com os romances *O tempo e o vento* e *Os ratos*. Na proposta de diálogo com o Romance de 30, há uma miscelânea de textos da época com suas diferentes temáticas, comentados pelo livro e comparados através das atividades:

A análise e crítica das relações sociais e a introspecção psicológica às duas principais marcas do romance de 30 não são exclusivas da literatura brasileira. Elas estão em diálogos com outras literaturas, como a norte-americana e a cabo-verdiana, ou servem de referências a elas. (p. 225).

A unidade 3 tem como assunto a poesia, sendo o capítulo 24 dedicado a Carlos Drummond de Andrade. Leitura traz “Quadrinha”, comentando sobre sua linguagem e estrutura. Após, há uma longa teoria sobre a sua produção, acompanhado de pequenos fragmentos ou textos integrais, como é o caso de “José”, concluídos com exercícios. Antologia cita “Mãos dadas” e “A ilusão do migrante”, sugerindo ao professor maneiras de comentá-los. O capítulo 27 é dedicado a Murilo Mendes e Jorge de Lima, citando, em Leitura, “Poema espiritual”, do primeiro autor, e pequenos exemplos para o segundo caso. A Leitura de fechamento acontece com “Essa negra fulô”, de Jorge de Lima, classificando-o, nos exercícios, como poema narrativo. O capítulo 30, de Cecília Meireles e Vinícius de Moraes, cita alguns textos para exemplificar a poesia daquela autora, citando “1º motivo da rosa”, em Leitura. O autor já é mais detalhado na caracterização, sendo valorizados seus sonetos e demais produções que envolvem musicalidade. Leitura cita os Sonetos de “Separação” e de “Fidelidade”; Antologia, “Motivo” e “Um cão apenas”, de Cecília, e “A mulher que passa”, de Vinícius. Antes de finalizar o capítulo, é citado um texto de Mário Quintana e, outro, de Manuel de Barros. Finalizando a unidade, há os diálogos com a poesia de 30, interando essa produção entre si e com a de Pablo Neruda.

A unidade 4, “A literatura contemporânea”, abre com “Nome”, de Arnaldo Antunes. O capítulo 33 explica brevemente as novas direções tomadas por essa literatura, citando fragmentos das obras de Clarice Lispector, Guimarães Rosa e João Cabral de Melo Neto, chamados de principais autores. Guimarães Rosa é significativamente estudado no capítulo 36, citando “Desenredo” em Leitura e, após, resumo de *Grande sertão: veredas* e um trecho dessa obra, quando Riobaldo começa sua história. João Ca-

bral de Melo Neto é assunto do capítulo 39, teorizando sobre a estrutura de sua obra e a inovação trazida para a literatura, junto a isso, partes de sua poesia. Leitura reproduz o desfecho de *Morte e vida severina*, explicando, nas questões, outros elementos da poesia do autor. Antologia cita “Tecendo a manhã”, “Cata-feijão” e “Fábula de um arquiteto” e, finalizando, transcreve “O engenheiro”, de José Paulo Paes. O capítulo 31 retrata as tendências contemporâneas, apresentando em Leitura, textos de Décio Pignatari, Ferreira Gullar e Paulo Leminski, seguido da enumeração de outros autores e exemplos, valorizando a nova forma dada ao poema, como, ainda, uma crônica de Moacyr Scliar e trechos de um conto de Dalton Trevisan. O capítulo 42 fala sobre o teatro do século XX, com um trecho de *Vestido de noiva*, também, abordando as transformações formais. O capítulo 43 estabelece uma comparação entre *O quarto de Jacob*, de Virginia Woolf, e *A paixão segundo G. H.*, de Clarice, e entre “Tresaventura”, de James Joyce, e “Tutaméia”, de Guimarães Rosa, fazendo isso através da transcrição de textos desses quatro autores.

Característico do livro C é a interação de diversas linguagens e textos. As diferentes literaturas são contrapostas e analisadas através das várias leituras. A contextualização é significativa, assim como a menção de livros estrangeiros, pouco lembrados pela maioria dos guias didáticos, como os de Joyce, Poe e da literatura africana. Dentro da literatura brasileira, também aparecem autores que geralmente ficam à margem. O espaço chamado de “Leitura” traz textos integrais ou fragmentados, dependendo do caso, seguido de questionário, e, no denominado “Antologia”, uma reprodução destinada apenas à leitura. No entanto, nesse espaço, há sugestões para o professor, transparecendo que há sempre uma atividade a partir do texto literário, havendo repetições na ordem: ampliação de conhecimentos e leitura por prazer ou para ser debatida com a classe. Isso poderia ser modificado ao longo do livro, com sugestões diferentes. O livro procura oferecer várias formas de leituras, mas acaba voltando para textos que também se repetem. Nos romances, os comentários possuem características de resumo, não apresentando no “Manual do Professor”, o resumo propriamente dito. Explicações sobre os textos acontecem no próprio livro com as teorizações e atividades.

Os exemplares analisados fornecem uma visão ampla da literatura, explorando os textos, havendo proposta de interação entre os mesmos, seja através da citação,

dos comentários teóricos ou a partir das atividades, mas sempre em um nivelamento. Há uma seqüência fixa para a apresentação dos textos, tendo os que fazem a abertura dos capítulos ou unidades, os que servem de exemplo para a caracterização da literatura de cada autor, a seleção para as atividades e os que fazem o fechamento do assunto em vigor. Assim como há o seguimento de um cânone em relação a escritores e o mesmo acaba acontecendo com os textos, pois sempre os mesmos aparecem como ilustração, tais como: *Os Lusíadas*, *O guarani*, *São Bernardo*, *Grande sertão: veredas*. Como, também, não é pensado em Drummond, por exemplo, sem ser lembrado seu poema “José”. A literatura estrangeira é apontada, mas como influência, sem maiores considerações, digna de pequenos comentários. Apenas é destacada a literatura portuguesa, mas com a enumeração de autores que se tornaram clássicos, não sendo lembrados outros nomes que fizeram a história das literaturas de língua portuguesa, como o de Florbela Espanca e Mia Couto, e os da literatura contemporânea, reduzida a Saramago. Os textos, em sua integralidade, são apenas citados quando curtos, ficando o restante apenas com recortes, seguindo tradições, havendo, geralmente, uma mesma seleção, como acontece com *Caramuru* e *O Uruguai*. Mesmo apresentando alguma criatividade, os manuais seguem determinados critérios que conduzem a repetições e seqüências que não exploram o pensar do aluno, dando-se em um círculo, impedindo avanços e novas formas de apresentar o texto literário.

2.3 As concepções de literatura

2.3.1 Definições de literatura

Em alguns segmentos dos livros analisados, principalmente nas questões, percebe-se o uso de alguns termos que podem ser estranhos aos alunos, sendo que não foram trabalhados previamente, como algumas figuras de linguagem, crônica, confusões entre o eu lírico e o poeta/autor são mencionados sem um estudo voltado a isso, às vezes, com algumas explicações provisórias que pouco auxiliam. Assim, há a necessidade na observação de como é abordado o próprio conceito de literatura e a termino-

logia dos elementos que a caracterizam e pertencem a sua classificação.

O livro A salienta, no “Manual do Professor”, que apenas será feita uma breve discussão sobre o que é literatura, podendo isso ser aprofundado ao longo dos três anos. No primeiro capítulo inicia esse questionamento, colocando-a como arte, uma produção humana, fornecendo uma definição ampla: “Literatura é a arte que utiliza a palavra como matéria-prima de suas criações.” (p. 17). Diz que é um reflexo das relações sociais, transformando-se, assim como acontece com a própria sociedade, o que faz com que seja dividida em períodos, com obras que apresentam características comuns de uma época. A literatura recria a realidade, a vida, sendo focalizado-lhe dois aspectos: a criação e a representação, acrescentando a invenção e a ficção, concluindo ser uma imitação da realidade como, também, uma fuga, contrapondo a arte pela arte com a literatura engajada. Discute os níveis de leitura para um texto literário, com a proposição de que pode haver várias interpretações, mas desconsiderando que qualquer uma seja válida. Para os níveis de leitura, faz uma comparação entre uma superficial e, outra, profunda, concluindo que o texto literário é plurissignificativo. Para a reflexão da leitura do texto, utiliza como base os textos anteriormente citados. Com a abordagem dada pelo livro, pode ser observada uma admissão de que a literatura possui função social, reproduzindo, inclusive, o termo “reflexo”, citado por Lukács.

O “Manual do Professor” do livro B diz que três noções devem permear os estudos literários: conceito de literatura, uso específico que essa faz da linguagem e lugar ocupado ao lado de outras manifestações artísticas, considerando a produção humana. Abrindo o capítulo com uma citação de Marisa Lajolo, comenta sobre a polêmica da definição de literatura e do consenso que se tem: ser a arte da linguagem verbal escrita. Diz que tal como acontece com a arte, sempre teve várias respostas para seu conceito. Por fim, aponta alguns princípios a serem seguidos pelo curso proposto pelo exemplar: forma artística que representa a realidade; tipo de linguagem valorizada por instituições relacionadas à cultura e ao intelectualismo; conceitos modificados de acordo com o período histórico. No momento atual, a literatura é considerada um tipo especial de linguagem, diferente da que é empregada usualmente. Assim como sua definição, a história também varia de acordo com a época, sendo os períodos influenciados pelos fatos econômicos, políticos e sociais. Se desconsiderar a história, seu estudo precisa dar

conta do estético, o que é específico para a arte. O livro dá ênfase à linguagem usada pela literatura, a poética, caracterizando-a. No entanto, junto ao estético, o processo histórico, pelo qual passa a literatura, fica transparente, assim como sua condição de fator social.

O livro C não explicita, no “Manual do Professor”, uma maneira de trabalhar as definições, falando mais sobre seu ensino. No capítulo 2 do primeiro volume, cita vários e pequenos textos com opiniões sobre literatura, sendo estes de Lya Luft, Rubem Alves, Gilberto Dimenstein, dentre outros, expressando, no título, se tratar de uma leitura-prazer. No capítulo 3, questionando no título o que é literatura, discute no exercício, através da comparação entre dois textos, a natureza da linguagem literária. Depois, fornece algumas tentativas de definição em sub-títulos: literatura como o encontro do individual com o social e como a humanização do homem. Fala especificamente da escola, mencionando que a literatura, assim como outras artes e ciências, necessita dessa instituição para sobreviver, abordando, também, sua importância para a cultura e formação, sendo transformada em disciplina escolar. Informa, ainda, que o estudo das obras em consideração a épocas têm sido a mais freqüente. Relaciona a literatura com as transformações sociais, também atribuindo a isso os chamados estilos de época:

Nessa coleção, você vai aprender literatura de uma forma híbrida: a abordagem histórica se mistura a atividades que comparam textos de épocas distintas, que relacionam a literatura com as artes plásticas e o contexto histórico-social e com produções artísticas (música, literatura, cinema) do mundo em que vivemos. (p. 39).

Os exemplares analisados demonstram preocupação com o conceito de literatura e sua especificidade com o modo de utilizar a linguagem. No entanto, não é estabelecida a diferença entre texto literário e literatura, distinguindo a linguagem e o sistema literário. Também, os livros lançam discussões que chegam no assunto dos períodos literários, não retornando ao problema inicial e, assim, não fornecendo uma conceituação precisa. A literatura é considerada quanto a seu aspecto social, mesmo sem desprestigar o estético, vista enquanto produção cultural e como algo que parte de e representa uma sociedade. O social da literatura é abordado tanto em sua caracterização como no trabalho com os textos. Mesmo sem mencionar as teorias sociológicas da literatura, essa é vista sob esse prisma, sendo discutido, inclusive, sua existência enquanto leitura e componente disciplinar, faltando, apenas, um aprofundamento na conceitua-

ção do próprio termo.

2.3.2 *Classificação em gêneros*

Ao introduzir o estudo dos gêneros literários, o livro A informa que essa classificação é muito antiga, tendo iniciado com Platão e Aristóteles, citando as três modalidades básicas: narrativa (ou épica), lírica e dramática. Especificando as características de cada uma, inicia pela narrativa, enfatizando os tipos de narrador. Comentando o gênero lírico, diz que um sujeito ou eu lírico exprime suas emoções, citando o soneto como um exemplo. O dramático é apenas comentado, sem uma sub-classificação. Os três gêneros são caracterizados de maneira breve, com pouca discussão sobre a sua estrutura, elementos e tipos. Após, são passadas algumas noções de versificação, com regras básicas, definindo e classificando os versos quanto à métrica. Outros comentários, principalmente em relação à narrativa, aparecem no conteúdo de línguas. No “Manual do Professor”, é salientado que nenhum texto encontra-se em estado de pureza, podendo os gêneros estar mesclados, necessitando, assim, cautela no momento da classificação.

O livro B, antes de abordar os gêneros, cita os elementos da lírica, referindo-se à linguagem poética. Mencionando-os propriamente, informa que passaram por grandes transformações e que a classificação em lírico, dramático e narrativo, vem desde os tempos da Grécia Antiga. Novamente é feita uma breve apresentação de cada um, caracterizando e classificando de maneira mais detalhada em relação ao exemplar anterior. A subjetividade é apontada como o principal traço do gênero lírico, sendo classificados os poemas de forma fixa. Com o gênero dramático, é discutido o termo “drama” e classificados seus sub-gêneros, surgidos na Antigüidade. O gênero narrativo inicia com um breve histórico, comentando sobre epopéia e ficção. As modalidades narrativas, segundo o livro, são classificadas de acordo com sua estrutura, forma e extensão, citando romance, novela, conto, fábula, mencionando, junto a essa, o apólogo. A parte de redação dedica-se a complementar o estudo do texto narrativo, abordando seus elementos constitutivos e os tipos de discurso.

O volume 1 do livro C trata dos gêneros literários no capítulo que se refere aos gêneros do discurso. Após uma breve explicação sobre o que é gênero textual, menciona os literários como uma classificação desse, sendo próprios da esfera artística e cultural. Também informa que a divisão entre lírico, épico e dramático, é uma concepção clássica, fazendo um breve apanhado. Caracterizando especificamente cada qual, fornece uma quarta classificação: os gêneros narrativos modernos. O livro volta a trabalhar o teatro e o gênero romanesco, mas com outra abordagem. Na seção “Produção de texto - Trabalhando o gênero”, aparece fábula, crônica, conto, mas sem falar de seu espaço e valor para a literatura, trata-os como uma produção que pode servir tanto para a literatura como para a Língua Portuguesa e a redação em geral. O livro aborda os diferentes gêneros em diferentes aspectos, mas como variações de discurso, não estabelecendo uma classificação dentro da teoria da literatura. Os vários gêneros são citados e explorados, enquanto produção, enfatizando a forma, sem haver uma discussão maior em torno do conteúdo literário. O “Manual do Professor” fornece um quadro com os gêneros textuais existentes e suas diversas modalidades, sendo os literários a primeira e apenas uma das classificações, chamados de cultura literária ficcional, com ênfase para a narrativa, não contemplando todos os gêneros literários.

Apesar de os três exemplares trabalharem significativamente os mais variados gêneros textuais, não demonstram clareza quanto aos literários e sua classificação de maneira independente à tipologia geral. A estrutura do romance, por exemplo, dentro da literatura, é estudada quando inicia o Romantismo, acompanhado de tais produções, havendo a caracterização do romance urbano, regional... O gênero lírico é apenas citado, tendo a descrição de seus elementos dada de maneira estanque, não aprofundando o que é lírico, ficando, basicamente, reduzido a poema. Quanto ao narrativo, fica confuso o conceito de épico e seus elementos são abordados quando se trata de narrativas gerais, com pouca discussão para a diferença entre o autor e o narrador. É fornecida uma visão sobre os gêneros textuais, faltando, todavia, uma discussão do caráter literário de cada qual.

2.3.3 *Períodos literários*

No livro A, a periodização literária inicia após as considerações sobre literatura e classificação de seus gêneros. O “Manual do Professor” chama de história literária e diz que o aluno poderia ter dificuldades ao estudar épocas remotas, principalmente a medieval, que dá início à seqüência de estilos de época. Depois da literatura trovadoresca, aborda o Humanismo, levando em conta as produções de Portugal, como no caso anterior. O Renascimento é pouco mencionado, também sobressaindo o Classicismo português. A literatura brasileira inicia com o Quinhentismo brasileiro, sendo esta expressão redundante uma vez que a literatura da época não foi assim chamada nas demais partes do mundo. Segue com o Barroco e o Arcadismo, primeiro com o português, depois com o brasileiro. A situação do Brasil-Colônia é comentada na descrição do momento histórico, sendo aprofundada a partir do Barroco. O Neo-classicismo brasileiro cita Antonio Candido, que considerou tal período como decisivo para a afirmação da literatura brasileira, mas pouco comenta sobre o significado que teve para seu desenvolvimento e ser assim considerada:

Segundo o crítico Antonio Candido o Arcadismo se afigura como o “momento decisivo em que as manifestações literárias vão adquirir, no Brasil, características orgânicas de um sistema [...] em correlação íntima com a elaboração de uma consciência nacional.” (p. 106).

A periodização segue com Romantismo e Realismo, primeiro em Portugal, depois, no Brasil. O Naturalismo e o Parnasianismo são apresentados como se apenas tivessem existido na literatura brasileira. No primeiro caso, há menção para a literatura portuguesa, mas mesclando ao Realismo, não distinguindo produções. O Simbolismo fecha o círculo com a dicotomia Portugal/Brasil. O Modernismo inicia com o brasileiro e com a denominação Pré, encaminhando-se para as vanguardas, para a Semana de Arte Moderna e a primeira geração. A pausa no Modernismo brasileiro é dada pelo ícone da literatura portuguesa, Fernando Pessoa. Para a literatura brasileira, são citadas a segunda e a terceira gerações modernistas, finalizando com as tendências contemporâneas, não sendo mais mencionada a literatura portuguesa. Antes de iniciar o estudo sobre a literatura, é apresentada uma linha de tempo do desenvolvimento das literaturas portuguesa e brasileira, o que não aparece mais no decorrer do livro.

Segundo o “Manual do Professor” do livro B, o texto é situado no interior do contexto que o gerou, relacionando a linguagem literária com a de outras produções artísticas, mostrando que resultaram dos vários processos e manifestações sociais. A periodização literária segue a seqüência do livro anterior, fazendo a caracterização geral de cada qual antes de falar sobre as produções portuguesa e brasileira. O Renascimento italiano é apresentado com explicações sobre seu significado e importância, seguido do comentário de algumas obras. Cada período é contextualizado histórica e culturalmente, citando os precursores e a repercussão causada, sendo esse o momento de apresentação de autores estrangeiros e clássicos pouco comentados nos estudos de literatura, como Miguel de Cervantes e Walter Scott. Dentro de cada período, os autores são comentados juntamente com suas obras, seguindo uma linha de tempo imaginária. Na literatura portuguesa, após a apresentação do Modernismo, é comentado sobre o Neo-Realismo, citando José Saramago e, a seguir, é encerrada. O estudo da literatura brasileira termina ao chegar no início do XXI, conforme o livro, mas com um pequeno comentário e mera nominata de autores.

O exemplar C, justificando no “Manual do Professor” que a historiografia literária pretende estudar o que ficou marcado, não o que morreu, comenta no capítulo 3 do primeiro volume que nem todos os autores se ligaram às tendências de época, como foi o caso de Sousândrade, sendo a classificação em épocas uma preocupação didática ou científica. Informa que o estudo iniciará com a literatura portuguesa devido ao surgimento posterior da brasileira, apresentando um esquema da linha de tempo daquela literatura, destacando seus marcos significativos. A linha segue a seqüência tradicional, sendo a que o livro se mantém fiel. Na apresentação dos diversos estilos sempre há uma pequena linha com a ordem “Situe-se”. O Classicismo, antes de abordar o português, faz um apanhado geral do Renascimento italiano. Falando do Quinhentismo brasileiro, chama a atenção para o problema em se denominar as produções desse período de literatura, sendo mais propício “manifestações”, discutindo o porquê disso e as condições de época, mas defende a importância das obras da época colonial, citando o nome de Gregório de Matos. A seguir, é fornecido o esquema da linha de tempo da literatura brasileira. A classificação dos períodos passa a incluir essa literatura, mas antecedida pela portuguesa, que também finaliza com José Saramago. A literatura brasileira

é encerrada na atualidade, mas apenas com breves comentários sobre os autores e a formação novos gêneros, não citando nenhuma obra em especial.

A periodização literária, apesar da insistência na alegação de não ser esse o foco de estudos, acaba constituindo-se como o grande conteúdo dos manuais, detentor da atenção da seqüência dos capítulos. A estilização de época vem a ser o fio condutor para demais assuntos, como a classificação em gêneros, caracterização de obras e tendências de formas textuais. A valorização dada aos períodos é devida à influência que cada um exerceu sobre as produções, fazendo com que o aluno acompanhe as transformações de cada momento histórico, contextualizando as obras, como afirmam os manuais. Esses seguem a mesma seqüência de enumeração dos períodos, mas estabelecem relações entre as linguagens, comparando as produções. O que se observa é que faltam algumas justificativas para o estudo de determinadas formas, como é o caso da literatura portuguesa em concomitância com a brasileira. Não comenta o porquê do estudo daquela, podendo ser pelo simples motivo de ter sido Portugal a metrópole e o Brasil foi influenciado, mas vários períodos da literatura foram influenciados pela cultura de outras nações e, nem por isso, aparecem destacadas como precursoras.

A literatura portuguesa, no entanto, vai perdendo espaço ao longo dos períodos, até desaparecer ao ser retratada a atualidade. Por outro lado, percebe-se que com a última acontece o mesmo ao chegar nos dias atuais, perdendo o estudo a profundidade inicial, sendo reduzida a uma citação de autores e poucos comentários. Pode se deduzir que, na atualidade, devido à vasta produção, os escritores passaram a não ter mais o renome dos anteriores, que se afirmaram enquanto clássicos. Se as obras são devidamente contextualizadas com os períodos, também ficaram para segundo plano com o domínio destes. A historiografia mostrou ser significativa para o entendimento das características das produções e a influência das mudanças e conflitos entre os períodos, mas poderia haver um maior diálogo com as obras.

2.3.4 *Relação da literatura com as demais modalidades artísticas*

O exemplar A constitui-se em um livro volumoso, somando 624 páginas. O título informa apenas ser de Português, volume único e de Ensino Médio, dividindo-se em Literatura, Gramática e Redação e leitura. As páginas em folhas porosas apresentam fontes graúdas e visibilidade para os títulos e partes destacadas, com ilustrações de diversas naturezas. As imagens são um recurso para a exposição de textos, sendo em forma de fotografia, reproduções de pinturas, desenhos, caricatura. No entanto, ocupam espaço significativo na abertura dos capítulos e, salvo a isso, são discretas, ficando a escrita com a maior parte. O conteúdo de literatura é exposto com a citação da crítica de Antonio Candido, em alguns casos, sem mesclá-la a outras artes e ao estudo de línguas.

Na parte referente à gramática são citados textos literários para exemplificar esse conteúdo, servindo de pretexto, e, nos exercícios, aparecem vários que são repetidos em relação à seção anterior, sem aproveitar o que foi falado naquela ocasião, sendo os textos novamente únicos. Na parte de redação e leitura, há a presença de diversos tipos de textos, próprios para exemplos de classificação textual e mostrar os elementos que aparecem em cada composição para ter como resultado um texto produzido pelos alunos, respeitando modalidades e regras. A parte destinada ao professor também estabelece a divisão do livro, com as poucas propostas de trabalho com a literatura. A criatividade sobressai nas produções. Também, não são estabelecidas relações entre a literatura e as outras artes, sendo as reproduções artísticas apenas um recurso ilustrativo.

Considerando seu título – *Português* – pode ser afirmado que literatura, gramática e produção textual fazem parte dessa área, que envolve o estudo de línguas a partir da gramática normativa, a literatura correspondente e, por fim, a produção, que será o grande exercício do que foi aprendido. A divisão é significativa para o entendimento de cada área, pois o espaço diferenciado possibilita maior clareza do que está sendo tratado. É interessante observar a terceira divisão, colocando o estudo textual como uma semi-área, mais uma variante do estudo da língua. O comum seria uma divisão entre

Literatura e Português e, nas duas áreas, haver proposta de redação e programas de leitura, apenas com diferentes abordagens. A não relação entre a literatura e a gramática proporciona certa autonomia para aquela, mas não houve um diálogo entre a linguagem literária e as demais artes e com a cultura em geral.

O exemplar B, também por se tratar de um volume único, é extenso, mas não tanto como o primeiro. Divide-se em dez unidades, distribuídas em capítulos e em três áreas: Literatura, Redação e Gramática, concluídas com “Questões de vestibulares e do Enem”. Com material semelhante ao do livro A, também utiliza imagens e jogos de cores como recurso para destacar e ilustrar os textos, mas, agora, com maior intensidade. O primeiro conteúdo abordado é referente à teoria da comunicação, passando para a seqüência literatura, gramática e redação. Apesar dessa separação de conteúdos, os textos literários são utilizados nas três seções, não apenas para servirem de exemplo, mas, também, como uma complementação, pois questões como crítica literária e crônica são trabalhadas na redação sem haver um aprofundamento na área de Literatura. O espaço para a redação fica entre aquela e a gramática como se fosse um elo, aproveitando o que a literatura oferece enquanto leitura e produção e se apropriando do uso adequado – e correto – da língua, chegando ao texto ideal. A parte final, relativa aos exercícios de concurso, utilizam os textos literários para as três sub-áreas, apenas com exceções de frases isoladas, inclusive, as propostas de redação partem da literatura.

O capítulo 1 da primeira unidade, “Teoria da comunicação”, envolve as várias linguagens e formas de expressão, interligando-as. Na abertura das unidades, antes de contextualizar historicamente os períodos e citar os autores, faz uma abordagem da produção artística da época, envolvendo pintura, música, com várias letras citadas junto aos textos literários, com comentários de sua forma e conteúdo. Após a menção a obras teatrais e romances são mencionados teatros e filmes que a reproduziram. As unidades possuem espaço de contextualização cultural dos períodos, discutindo a produção na época e relacionando-as com o presente como, também, preferências de estilo, caracterização geral e significado para a sociedade. Assim, a literatura é debatida junto às demais produções artísticas e com a cultura do período e sociedade que a originou, englobando-a num todo que forma a história social, política e cultural de uma nação.

Novamente a seqüência de estudos por áreas inicia com a Literatura e, como os períodos literários foram o assunto condutor para a abordagem dos assuntos restantes sobre o literário, isso também acaba acontecendo com a redação e a gramática. A impressão obtida é que a partir dos períodos vai ser dado o ensino dessas demais modalidades. As três áreas aparecem independentes, mas a presença do texto literário é constante. Embora o estudo de redação e gramática seja dado na mesma unidade, há separação, mas não transparece a que área pertence o primeiro estudo, envolvendo todos os tipos de textos, sendo literários ou não. O título do exemplar também é *Português*, acompanhado do subtítulo “Literatura – Redação - Gramática”, adiantando a proposta. O livro trabalha a literatura com as diversas formas de arte e linguagens, sendo, também, recurso para as regras gramaticais e produções diversas, estabelecendo um intercâmbio cultural.

O livro C aborda no volume 1 as considerações gerais sobre literatura até chegar ao Arcadismo; o volume 2 inicia com o Romantismo e chega ao Realismo; o terceiro vai do Pré-Modernismo às tendências contemporâneas, correspondendo ao conteúdo do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio. Os três volumes, possuindo menor espessura, tornam-se fáceis para o manuseio e o transporte, o que se observa em se tratando de livros didáticos. As páginas, compostas por folhas sedosas, são coloridas e vibrantes, explorando diversos recursos para serem atrativos. O título é *Português*, tendo como sub, “Linguagens” e, ainda, Literatura – Produção de textos – Gramática, fazendo jus a isso, interage as diversas formas de expressão, mostrando a diversidade dos usos de uma mesma língua. Como acontece com o livro anterior, o início se dá com a teoria da comunicação e a divisão entre literatura e línguas se dá apenas com a divisão proposta no título, dividindo entre si a mesma unidade.

A abertura de cada unidade se dá com um título relativo ao conteúdo de literatura, como “A literatura na Baixa Idade Média”, que é o caso da primeira, embora os assuntos sejam literatura, produção de textos e gramática. Na abertura, ainda, ocupando duas páginas lado a lado, para que uma seja a continuação da outra, há uma pequena introdução, que geralmente justifica o conteúdo vindouro, e uma figura referente. Ao lado, na outra folha, um texto literário ou uma epígrafe, breve proposta de produção,

com o título “Intervalo”, sugerindo ao professor para que se antecipe com a organização do que está sendo proposto, e o espaço já comentado “Fique ligado! Pesquise!”, indicando vídeos, livros, músicas e sites para a ampliação dos conhecimentos. As divisões em unidades são compostas por inúmeros capítulos, que terminam ao ser concluído um período literário, passando para a seção “Em dia com o vestibular”, que segue a divisão do livro, também sendo utilizados textos literários para os três casos. Antes de entrar na unidade posterior, há o “Intervalo”, agora com mais detalhes, propondo trabalhos de diversas naturezas sobre o assunto que foi abordado, como montagens, representações, jograis, pesquisas. Estas atividades envolvem criatividade e fazem o aluno buscar de novas informações para produzir seu trabalho, como, também, proporcionar atividades em equipe:

Os projetos propostos ao término de cada unidade do livro visam aproximar ainda mais a literatura do universo do aluno. Assim, com base em pesquisas de livros, ou na Internet, o aluno apresenta seminários sobre temas propostos pelo professor, participa de um sarau literário ou de um debate de obras literárias, encena uma peça teatral, expõe pesquisas sobre pintores de determinadas épocas, assiste a um filme relacionado com a literatura e debate-o com os colegas, e assim por diante. (“Manual do Professor”, p. 5).

Além da sugestão de pesquisa em outras fontes, envolvendo as várias produções artísticas, literárias e intelectuais, o livro envolve os diferentes tipos de conteúdos, tanto de literatura como produção e gramática. A introdução dos períodos literários, caracterizando-os, aborda os demais tipos da arte que sofreram influências da época, principalmente a pintura e a escultura, mostrando os trabalhos dos grandes autores, como os de Leonardo da Vinci e os monumentos que marcaram época na formação de cidades, como a arquitetura de Colônia e Florença, por exemplo. No primeiro capítulo de cada unidade há o espaço “A imagem em foco”, que analisa pinturas, refletindo sobre o aspecto formal e o conteúdo, fazendo com que os alunos interpretem os diversos elementos, como faz com o quadro *As vaidades da vida humana*, da autoria de Harmen Steenw, de 1645. Além da própria contextualização dos períodos, há várias informações em torno das idéias que foram responsáveis por seu desencadeamento, como a expressão *carpe diem* e o panorama histórico, interligando, assim, a literatura com a lingüística e a história.

O exemplar cumpre com o que propõe no “Manual do Professor”, o dialogismo, fazendo isso através da inter-relação dos textos. Como no caso anterior, apresenta as várias formas de ser apresentado um texto literário, como o teatro e o cinema, exemplificando com peças e filmes. As várias divisões em capítulos estabelecem o diálogo entre a literatura e as demais produções, como informam os títulos. No entanto, há muitos capítulos que envolvem o mesmo assunto, apenas com algumas modificações, o que poderia ficar concentrado. As produções literárias como material para o estudo textual e a gramática, acabam perdendo seu caráter lúdico para servir como ponto de partida para outras atividades. A intertextualidade sugerida tem significado, mas diminui a clareza da essência literária e seu conteúdo sócio-cultural e a importância para a formação de cidadãos.

O primeiro livro analisado estabelece uma separação mais distintiva entre a literatura e o estudo de línguas, mas também não interliga as várias linguagens, relacionando o literário com demais obras. O segundo e o terceiro exemplares apresentam uma divisão menor, fazendo ligações entre os assuntos, que são aproveitados em várias seções, sendo o texto literário que permeia os diversos estudos propostos. Esses últimos, ainda, relacionam a literatura com as diversas formas artísticas, mas reduzem sua especificidade. Falta abordar de forma mais clara e precisa a literariedade e a função da literatura, sendo necessário explicitar as características do gênero literário, estabelecendo sua classificação e, depois, tais textos poderiam ser utilizados nos demais estudos de maneira significativa, mas apenas quando o aluno souber distingui-lo enquanto literário.

Conforme dito, os dois últimos exemplares fazem o diálogo entre a literatura e as demais artes, mas pouco discutem a diferença entre as mesmas, pois citam obras e filmes que as adaptaram, no entanto, sem comentar a especificidade de cada qual, tampouco fazendo o aluno a refletir o porquê do filme, ou da imagem, não ser também literatura, já que partiu dessa, também, exploram vários recursos para chamar a atenção, mas que, muitas vezes, faz com que a imagem domine a escrita no espaço da página, reduzindo o conteúdo informativo. Os livros didáticos necessitam de atrações para tornar-se dinâmicos e demonstrar criatividade, mas sem prejudicar a parte dissertativa. Imagem e conteúdo precisam se envolver, o que também poderia acontecer com a lite-

ratura e as demais linguagens, mas sem antes deixar claro o que significa essa forma de arte e seu papel social.

3 UMA DISCUSSÃO EM ABERTO

3.1 A realidade

Os exemplares analisados, apesar de suas particularidades, apresentam homogeneidade na maioria dos aspectos, seguindo as mesmas seqüências e formas de trabalho. A impressão obtida é a de que houve uma convenção, sendo que um acaba repetindo o outro. O conteúdo pedagógico e as propostas também se voltam para pontos convergentes.

Os objetivos dos livros didáticos, muitos percebidos através das preocupações apresentadas, dizem respeito à adaptação do aluno ao uso da língua culta e atentam para o conhecimento sobre a cultura, havendo um espaço para o vestibular. Para esse fim, estão dirigidas as atividades, com suplementos especiais para a realização de questões objetivas, referindo-se às universidades que serviram de fonte. Há produções textuais e artísticas de diversas naturezas, sendo que as atividades em geral valorizam o texto, envolvendo também a leitura e a interpretação. Para avaliação, conforme visto, não aparecem exercícios específicos, apenas sugestões aos professores.

Os livros apresentam unanimidade na citação de autores, fazendo referências àqueles que se tornaram ícones da literatura. As menções a autores pouco conhecidos limitam-se a breves comentários. Da mesma forma, obras e textos em geral recebem destaque semelhante nos três títulos, como também acontece com a descrição das suas características. A preferência por determinados autores e obras torna-se compatível com o que é exigido pelo vestibular, reforçando a classificação da literatura que se tornou clássica. De acordo com Marisa Lajolo, determinados autores e obras foram privilegiados, mas isso é conseqüência de um todo, pois é o que acontece nas próprias esco-

las.

Na definição do termo “literatura” são feitos comentários, mas sem uma definição precisa, talvez devido à sua complexidade, o que envolveria as várias teorias, tornando-se tal conteúdo incompatível com o Ensino Médio. No entanto, isso não fica claro. A literatura é vista quanto a seu aspecto estético e social, sendo a periodização uma prova da consideração à história. Os gêneros literários são citados brevemente, faltando aprofundar as características e os sub-gêneros. Os períodos literários, por sua vez, são elencados na seqüência temporal, situando as obras em suas referidas épocas. Tanto a literatura portuguesa como a brasileira, da atualidade, de 1980 em diante, não são estudadas especificamente e isso não é justificado. Da mesma forma, não há esclarecimentos para o estudo simultâneo das literaturas portuguesa e brasileira, pois é apenas levado em conta a questão política e a herança da língua portuguesa, não considerando que a influência cultural foi miscigenada, o que enfraqueceria o destaque dado a Portugal.

As divisões estabelecidas, considerando Literatura, Gramática e Redação, mesclam-se ao Português, não especificando a Literatura, comprometendo sua autonomia em relação à língua. Haveria a necessidade em mostrar, tanto para o aluno como para o professor, a ementa de cada área, ficando visíveis as diferenças. A literatura, a gramática e a produção textual acabam formando um todo que vem a ser o Português enquanto disciplina do Ensino Médio. Não há uma sub-divisão denominada Literatura e Língua Portuguesa, incluindo gramática e redação. Dessa forma, não há um esclarecimento na denominação dos componentes curriculares, podendo se pensar que o Português engloba a literatura, a gramática e a redação, ou que desapareceu para dar lugar a esses três novos componentes.

Os exemplares seguem propostas pedagógicas dos PCNs, considerando a Literatura apenas um segmento da Língua Portuguesa, a grande mestre da área da comunicação. A escola e os vários segmentos da comunicação vêem literatura e o estudo de línguas como um ponto uno, constituindo as linguagens e o Português. A falta de clareza nos conceitos e classificações da literatura pode ser consequência da realidade da prática de ensino, que ainda não definiu os objetivos e a função do componente de Literatura. É comum os livros didáticos seguirem o conteúdo do Exame Nacional do Ensino

Médio e dos vestibulares em geral, apresentando uma preocupação maior em formar estudantes para os concursos do que leitores. Mas isso pode ser modificado se o todo educacional mudar seu conceito. Tendo em vista que, para os órgãos superiores de educação, a Língua Portuguesa e a Literatura fazem parte de um todo que objetiva formar o cidadão considerando o ensino da língua, o que significa seu uso culto, principalmente na escrita, a função da literatura acaba por ficar obscura frente às preocupações lingüísticas, sendo isso observado na preocupação com a textual nos livros didáticos.

As escolas procuram cumprir as exigências do mercado e dos concursos vestibulares, atendendo, assim, aos estudantes que as procuram, sendo essa a preocupação dos pais e das instituições ligadas ao setor educacional. As teorias almejam por cidadãos críticos e que trabalham para o próximo e para a sua comunidade, mas a prática visa a reprodução de listas com nomes aprovados. Isso se reflete nos manuais preparados para a formação de estudantes. Educadores criticam os livros didáticos, enquanto seus autores julgam ser seguidores das propostas federais e estaduais de educação. A preocupação com concursos e relação de conteúdos fornecida pelas instituições desencadeia o modelo de história literária, dando-se o ensino a partir da periodização, sendo os textos meros recursos ilustrativos. Da mesma forma, a junção entre línguas e literatura é um prolongamento daquilo que acontece nas escolas que acabam tornando-se cúmplices de um mesmo problema em torno da literatura, para o qual há muitas críticas, mas poucas soluções. As escolas e a sociedade estão em constante avanço, conforme mencionam Marisa Lajolo e Regina Zilberman, e, junto a isso, está a literatura. Adotando o perfil de componente curricular, cede ao que exigido pela escola, assim como essa faz em relação à sociedade. O livro literário deixou de ser objeto de uma leitura escolhida pelo adolescente para reservar-lhe horas de descontração para ser um dos pontos das provas de exames.

Os livros didáticos tornaram-se um reflexo da convenção entre setores educacionais, tendo a aprovação dos professores. É possível que ninguém renegue as múltiplas linguagens, atividades e vários jogos que podem ser executados em sala de aula, levando o aluno a imaginar, tendo gosto pelo trabalho realizado. Mas, também, há a exigência do cumprimento de conteúdos, seguindo o que é apresentado pela escola. Os

órgãos responsáveis por vestibulares e programas de admissão à Universidade, como é o caso do Programa Especial de Ingresso ao Ensino Superior, de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, enviam às escolas, junto ao plano de organização e funcionamento, a relação de conteúdos das disciplinas, entrando isso no plano político-pedagógico da escola, passando aos professores e sendo concretizado na sala de aula, como prioridade dos estudos. Assim, muitos professores escolhem livros que também seguem esse esquema para facilitar seu trabalho e, e os editores, por sua vez, observam o que precisa constar em tais manuais para serem aceitos por tais profissionais. Cada manual didático tem sua proposta e sugestão de atividades, podendo parecer uma apresentação de novas formas de trabalho, mas não há o desmembramento do tradicional. Os Parâmetros Curriculares e programas de vestibular acabam conduzindo o trabalho, ao que os manuais prestam fidelidade.

A periodização literária é criticada quando a ênfase recai sobre ela. Mas esse estudo pode ser produtivo se visto por outro viés e trabalhado de maneira que seja adequada às condições e à recepção do aluno. No estudo da literatura, a historiografia é algo inevitável, pois falar simplesmente em leitura, sem contextualização e discussão do papel social que essa desenvolveu ao longo dos séculos faz com que fique um vazio, não dando oportunidade para esclarecimentos. Partindo da realidade, pode-se concordar com Benjamin Abdala Júnior, de que o estudo de história literária pode ser aceitável. O romance enquadrado em seus estilos de época comprova a teoria de Lukács, refletindo a sociedade de cada época. Os livros fizeram uma tentativa de conciliar literatura e sociedade, mostrando as marcas deixadas pelo tempo, tendo influência nos estilos e nos temas. Mostraram vários aspectos que poderiam ficar despercebidos em leituras rápidas, valorizando as diversas maneiras de cada escritor se expressar. Assim como Bárbara Vasconcelos de Carvalho salienta que a escola pode ser o único ponto de encontro entre muitas crianças e o livro, os manuais podem também significar isso para muitos adolescentes. No entanto, considerando a teoria da Estética da Recepção, insiste-se na questão de que não há uma proposta concreta de leitura, havendo mais autoritarismo do que emancipação.

Na área de Literatura, os livros a apresentam como é trabalhada nas escolas, sendo vista como uma derivação do ensino de línguas, aparecendo junto do Português,

como acontece com a produção de textos. Fazer parte dos conteúdos dos diversos programas é significativo por expressar sua valorização e, também, isso faz com que sejam-lhe atribuídas funções para o crescimento intelectual do aluno, estipulando o que deva ser ensinado. Mas o maior responsável pelo ensino ainda é o professor, que, se possuindo autonomia, pode utilizar o que é passado pelos planos pedagógicos e conciliar a uma forma dinâmica de trabalho, cumprindo com os objetivos que ele mesmo trouxe. A literatura pode ensinar, mas preservando a essência que torna seus textos especiais, proporcionando a leitura diferenciada e a que desperta a busca por novas leituras, provocando outros saberes e assim, a construção do conhecimento.

3.2 Novos rumos para investigação

Os livros didáticos podem seguir os parâmetros e as tendências escolares, apresentando sua proposta particular de ensino, mas não servem apenas como um manual que auxilia o trabalho pedagógico de acordo com a vontade do professor, que será o condutor das aulas. Esse material sempre será criticado porque não irá satisfazer todo um grupo, pois cada título apresenta pontos positivos e falhas em determinados aspectos. Os professores são livres para escolher os que melhor vão ao encontro de seus objetivos e seu planejamento. Qualquer livro que funciona como auxiliar, não como determinante das aulas, sempre vai ter utilidade, mesmo apresentando algumas inadequações.

No entanto, não significa que qualquer conteúdo, e de qualquer forma, deverá constituir um livro e esse terá que servir. Os livros didáticos são auxiliares pedagógicos e precisam ser usados com o máximo de proveito. A criatividade e a exploração de diversos recursos faz com que o aluno perceba as várias formas de linguagem, sabendo interpretar e utilizá-las em suas produções. O livro é o manual escolar no qual o aluno terá a síntese do conteúdo passado, podendo adiantar a leitura do que será visto na próxima aula e, também, servir como um entretenimento, em que ele pode ler histórias e contemplar imagens. Por isso, a montagem gráfica do livro, junto às informações, são fontes de conhecimento e lazer para momentos além da sala de aula.

Para o livro de Literatura sugere-se uma maior determinação nos objetivos e na própria metodologia, definindo, em primeiro lugar, seu espaço em relação às línguas e, após, a enumeração de seus conteúdos. Para isso, é preciso que inicie com uma discussão sobre o que é literatura e a classificação de seus gêneros, deixando claras as características do lírico, do dramático e do narrativo e seus derivados. Quanto a esse, há a necessidade na explicitação do que é crônica e conto e exploração de fábulas, lenda, apólogo, perífrases, paródias e haicais, discutindo a condição desses enquanto literatura. Considerando que a teoria da literatura e sua historiografia são partes do conteúdo, o que é significativo para seu entendimento, podem ser dados enfoques sobre a literatura infantil como, também, o estudo dos vários autores que marcaram a literatura, mas que foram perdidos pela didática, considerados desnecessários para o estudo a literatura brasileira, como é o caso de Homero e Dante. A literatura clássica é mencionada, mas o estudo poderia ir além de meras citações.

Logicamente, em apenas um manual, mesmo se dividido em três volumes, não cabe tudo o que seria necessário. É interessante que sejam apresentadas propostas de pesquisa para determinados assuntos e autores, de uma maneira ou outra, como fizeram os livros, mas é preciso que também sejam indicados materiais para que isso seja realizado. Conforme dito, os livros apresentam certa homogeneidade, o que significa o seguimento de determinados critérios comuns. Assim, poderia haver uma discussão entre editores para ser feito o contrário: a quebra de repetições entre si. Um livro poderia apresentar, por exemplo, estudos sobre Cervantes, outro, Balzac, tendo, assim, momentos para discussão de diversos autores que têm espaço restrito. Os manuais poderiam servir como fontes de pesquisa, em que cada qual enfatiza determinados aspectos da literatura, apresentando assuntos diferenciados, mas que se complementam, podendo o professor selecionar o que julgar necessário. Seriam interessantes pesquisas sobre a literatura universal, proporcionando estudos sobre as diversas culturas do planeta através das produções literárias.

Na atualidade, as escolas dispõem de vários recursos que trazem as imagens de diferentes maneiras, como os aparelhos de projeção e multimídia, sem mencionar a internet. Mas nenhum é auto-suficiente para substituir os tradicionais cadernos e os livros, que podem ser transportados para qualquer ambiente e proporcionar diversos

momentos para estudo. Assim, como os mais avançados equipamentos de informática não têm capacidade para substituir os livros didáticos, esses também não podem fazer isso com os livros de literatura. Não é uma questão de concorrência, tampouco de medir forças, mas de auxílio e complemento. Cada material didático e o livro de literatura sempre terão espaço na escola e na vida do estudante quando encaminhado de maneira conveniente. Se no passado não existia literatura sem escola e vice-versa, essa realidade prossegue. A escola continua sendo, para a maioria, o primeiro contato com os livros, devendo ser ela que instiga e leva o leitor até os livros para, depois, ele próprio ir atrás.

Tratando a literatura em suas especificidade e fazendo com que o aluno a conheça e a descubra, o que podem significar pontos diferentes, faz com que ele desperte para explorar esse mundo, que traz novidades a cada leitura. A disciplina de Literatura tem a relação de conteúdos e pressupostos como as demais e, se isso existe, é para ser cumprido, mas estando voltado para um projeto em que haja concretude. A responsabilidade para a formação de sujeitos leitores é compromisso de várias instituições, áreas e educadores, com processo iniciado nas séries iniciais e aprofundado no decorrer da formação. Mas não é suficiente apenas alfabetizar, havendo uma leitura para decodificação de sinais, mas que faz viver, observar várias realidades. Não há receitas para formação de leitores, mas procedimentos que levam a ter uma identidade, assim, questionando e vivenciando a cultura.

Pode-se voltar à antiga questão de que a literatura não tem função pedagógica, sendo a prática da leitura uma atividade de todas as áreas de ensino e, também, à idéia de que o meio pedagógico retira o literário e o transforma em didático. No entanto, isso apenas acontece se os educadores não tiverem conhecimentos sobre o trabalho com o texto literário. A literatura pode ser ensinada e utilizada com outras áreas, fazendo parte de um todo cultural. Mas, antes de ser mesclada a outras áreas, é necessário o entendimento de sua essência e sua descoberta para, depois, lhe serem atribuídas quantas funções forem necessárias para se dar o conhecimento. Enquanto componente curricular, a Literatura vai ter uma função didática e precisa seguir um programa que lhe é determinado, terá conteúdos e ensinará, pois, não sendo assim, os próprios alunos vão questionar sobre o que estão aprendendo com tal disciplina e sua viabilidade. Se na

escola servir apenas como jogo de descontração e lazer, sem um estudo pedagógico, tem que se concordar com Platão, deverá ser expulsa dos educandários para serem dadas mais aulas de matemática e a literatura ficar apenas para as horas de entretenimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da descrição analítica dos livros didáticos selecionados, dada a partir do embasamento teórico apontado, podem ser apresentadas conclusões sobre a discussão estabelecida na presente pesquisa. As investigações levaram a descobertas, mas deixaram pontos que ainda necessitam de reflexões. Também novas indagações foram levantadas, abrindo espaço para estudos de outras naturezas, pois exigiriam novos critérios e teorias.

Distinguindo o texto literário de outros que estão voltados para a informação, poderia ser-lhe descartada a possibilidade de um compromisso com o conhecimento ou com o ensino. Vista em sua natureza específica, a literatura não é produzida com essa finalidade. Mas, tendo conquistado o espaço escolar, foi além da mera utilização de suas obras, pois ela própria tornou-se uma disciplina pedagógica, fazendo parte do currículo do Ensino Médio e, assim, dos conteúdos de concursos e vestibulares, o que implica maiores exigências e formalidades para seu estudo. Isso poderia significar uma ameaça para seu significado artístico, que seria perdido no momento em que lhe é atribuída uma função didática. Mas, vendo por um lado positivo, pode ser afirmado que seu espaço pedagógico é uma forma de valorizá-la e fazer com que chegue às diversas comunidades. Concordando que é na escola que muitos adquirem contato com os livros, esse local pode significar uma ponte entre o jovem e a leitura, sendo que essa não é uma prática constante no ambiente familiar, principalmente em países em desenvolvimento. Dessa forma, a sala de aula pode ser o ambiente que proporciona o contato com as obras literárias e, assim, com as várias formas de se ver o mundo.

A literatura é uma produção cultural, portanto, faz parte de um determinado contexto social. Não se pode pensá-la destituída de um tempo e de um espaço histórico.

Toda produção, tanto é influenciada pela sociedade de uma época como é produzida para essa. Considerando as modernas teorias sobre a arte em geral, é falho pensar que o artista não se direciona a alguém. Para ter existência, a obra necessita de um ser social que a compõe e, de outro, que a recebe. Uma escultura sem um admirador pode significar um monte de barro, assim como um livro que não é lido pode ser considerado como uma seqüência de sinais que não atingiram um significado. Mesmo os autores que se propuseram a escrever fora do que era ditado pelas regras de escolas literárias, não produziram fora de uma influência histórica, pois reagir aos parâmetros é considerá-los como o modelo a ser negado. As características do tempo estão presentes em cada produção, mesmo que seja apenas na forma de usar a escrita. Mesmo sem ter um compromisso delimitado com a sociedade, cada obra literária vai trazer marcas que a inserem em seu contexto sociohistórico. No momento em que é produzida e vai para um grupo social, pertence a esse, tornando-se algo público. Assim, pode ser utilizada para vários fins, inclusive para o ensino, desde que nesse espaço proporcione momentos de aprendizagem junto com o prazer da leitura.

Tendo a Literatura conquistado o espaço de componente curricular no Ensino Médio, necessitou de recursos para facilitar seu ensino, não sendo mais suficientes apenas os textos. A exemplo das demais disciplinas, passou a ter como meio auxiliar o livro didático, que apresenta o conteúdo de Literatura, conceituando termos, classificando autores e obras, sempre sugerindo atividades para que o entendimento seja comprovado. Esse material não pode ser visto como algo que irá prejudicar o uso do literário na sala de aula, mas como algo que irá somar, prestando explicações sobre as diversas formas de produzir, com análises e discussões em torno das diversas obras que compõem a história literária. Qualquer recurso de que se utiliza pode ser benéfico como, também, adquirir efeito contrário, dependendo de seu uso. Assim como faz a escola, o livro pode ser um dos contatos dos jovens com a literatura e isso precisa ser aproveitado pelo professor, que será o mediador do ensino, não um recurso auxiliar.

Os livros analisados propuseram um estudo dinâmico de literatura, relacionando-a com as diversas formas de produção e com outras disciplinas. As atividades apresentadas são criativas, mas não suprem as faltas teóricas e históricas das informações, reforçando enganos e falhas que acontecem no cotidiano escolar. Várias formas de

questões induzem a respostas que retiram a polissemia dos textos literários, não levando o aluno a refletir sobre os vários significados. Esse fechamento repete-se nas questões de vestibular, em que o educando tem apenas algumas alternativas, enquanto poderia ter uma infinidade, com uma descoberta a cada leitura. De uma maneira geral, as propostas de atividades são variadas e envolvem os alunos, mas falta profundidade para uma análise mais detalhada como, também, exploração da literariedade.

A seleção de autores e obras reforça o cânone oficial, assim como as discussões em torno de cada qual seguem afirmações já ditas por muitos e que, mesmo sendo novidade para o estudante secundarista, poderiam ser deixadas para ele próprio descobrir. Os exemplares, apesar de algumas diferenças, seguem linhas comuns na apresentação daquilo que julgam como conteúdo de maior importância. Os clássicos da literatura universal são apenas citados, sem um aprofundamento, tendo ênfase as literaturas portuguesa e brasileira, desde o quinhentismo até a entrada do século XX, sendo que a última avança para os meados desse, sem haver uma explicação para os critérios adotados. Da mesma forma, não há uma justificativa para o estudo concomitante entre as literaturas de língua portuguesa e brasileira, quando se sabe que essa teve, como herança de Portugal, a língua, mas as influências culturais foram diversas. As demais literaturas de língua portuguesa ficam obscuras, como é o caso da africana e, se tratando de um país miscigenado como o Brasil, poderia haver um estudo mais rico das variedades culturais, sendo explorada a literatura das várias etnias que compõem o povo brasileiro. Evidente que isso exigiria tempo de estudo, mas as produções das diversas culturas poderiam ser mencionadas como forma de panorama geral.

Os exemplares não fornecem um conceito de literatura como, também, poucas propostas para que o mesmo seja discutido com os alunos. As tentativas em torno de tal definição deixam vazios, pois há várias proposições sem uma discussão mais apurada. Da mesma forma, os gêneros são apresentados com alguns exemplos, mas desprovidos de explicações sobre a forma e conteúdo de cada um, assim como os subgêneros aparecem descontextualizados. De um lado, há a caracterização geral, mas, por outro, como acontece em algumas questões, há confusões no modo de se referir às pessoas que falam nos textos, sendo por hora chamadas de eu lírico, depois, poeta e, inclusive, autor. Esses termos precisariam ficar claros na caracterização dos gêneros

para, posteriormente, serem usados nos demais conteúdos. A seqüência desses é dada a partir da periodização literária, no entanto, há uma ausência de critérios que sustentem essa metodologia, podendo ser deduzido que é devido à preocupação em discutir as obras em um plano sociohistórico. Os manuais destinados ao professor fornecem algumas explicações, mas não transparece se a ênfase é a periodologia ou a apresentação dos textos em si.

O título geral de cada livro didático é *Português* ou *Linguagens*, estando divididos em Gramática, Redação e Literatura. Com essas três partes fica implícito o estudo das línguas, a leitura e a produção, estando os objetivos voltados para o contato do aluno com a língua culta e a fluência verbal. Há a ausência de uma proposta de leitura ou de exploração do texto literário e da especificidade da literatura. A disposição dos conteúdos faz com que sua função enquanto componente curricular se neutralize frente ao Português. Literatura e ensino de línguas ficam ligados de maneira como se aquela fosse uma divisão da Lingüística, como acontece com a morfologia ou a sintaxe, pois não há uma delimitação e, assim, um reconhecimento da mesma enquanto disciplina autônoma da Língua Portuguesa. Além de a literatura estar relacionada com essa área, acontece o mesmo com as outras modalidades, como pintura, música, cinema, havendo uma proposta interdisciplinar e intertextual. Todavia, se essa relação é positiva para uma integração de conteúdos, não aparece uma discussão sobre a distinção entre a literatura e demais produções, como por exemplo, o cinema, contrapondo semelhanças e diferenças, contribuindo para a definição de literatura. Inicialmente seria necessário considerar a literatura em sua particularidade e seu lugar na cultura para, depois, se pensar numa inter-relação com outras áreas ou produções artísticas ou textuais.

Livro didático de Literatura não existe. Os exemplares apresentam seu conteúdo, mas sempre com uma intenção que desvia suas propriedades específicas, como a literariedade. Há preocupações com leitura, produção e uso de uma linguagem padrão. Considerando a literatura uma herança cultural que apenas existe no ato da leitura, pode ser afirmado que contribui para essa prática, que, por sua vez, leva à fluência verbal e escrita, além do conhecimento que pode ser daí auferido. Mas é preciso que seja vista em sua estrutura profunda, que seja reconhecida e entendida enquanto tal. Primeiro, é necessário dominar o que seja literatura para, depois, pensar em atribuir-lhe alguma

função. A relação da literatura com o ensino de línguas, provocando misturas e confusões, com um uso equivocado, que a leva a ser transmissora de informações para o vestibular e contribuinte para o uso da linguagem culta, que é passada pelos materiais didáticos, acontece, na realidade, porque os Parâmetros Educacionais assim a vêem, não atribuindo à Literatura um espaço titular como linha pedagógica.

As escolas seguem os livros e esses procuram se adequar à realidade daquelas, partindo do que é determinado pelas teorias pedagógicas. A Literatura precisa ser reconhecida em um todo para ser valorizada e ter um espaço definido. Apenas desse modo conquistará sua autonomia e terá à disposição de seu ensino recursos que farão com que consiga impor-se sem perder as características que destacam seus textos frente a outros. O livro didático tratará a literatura enquanto tal quando a escola assim o fizer, exigindo materiais que tragam conteúdos que venham a proporcionar um estudo de qualidade e retratar a natureza de suas propriedades estéticas e, por isso mesmo, humanas e sociais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vera Teixeira & BORDINI, Maria da Glória. *Literatura – A formação do leitor. Alternativas metodológicas*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. 176 p. (Série Novas Perspectivas, 27).

AGUIAR e SILVA, Vítor Manuel de. *Teoria da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1976. 770 p.

AMARAL, Emília et.al. *Português - Novas palavras — Ensino Médio*. São Paulo: FTD, 2000. (Volume único). 144 p..

AMARAL, Emília et.al. *Português - Novas palavras — Ensino Médio*. 2.ed. São Paulo: FTD, 2003. (Volume único). 624 p.

AMORA, Antônio Soares. *Introdução à teoria da literatura*. São Paulo: Cultrix, 1981. 160 p.

AMORA, Antônio Soares. *Teoria da Literatura*. 6.ed. revista. São Paulo: Clássico-Científica, 1965. 288 p.

ANDRADE, Claudete Amália Segalin de. *Dez livros e uma vaga: a leitura de literatura no vestibular*. Porto Alegre: PUCRS, 2001. (Dissertação de Mestrado). 266 p.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Questões de literatura e estética – A teoria do romance*. 4 ed. São Paulo: Editora UNESP, 1988. 440 p. (Linguagem e Cultura, 18).

BARBOSA, Márcia Helena Saldanha & BECKER, Paulo. *Questões de literatura (Org.)*. Passo Fundo: UPF, 2003. 176 p. (Série Jornadas Literárias).

BARTHES, Roland. *Aula – Aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França; pronunciada dia 7 de janeiro de 1977*. Tradução e prefácio de Leyla Perrone-Moisés. 9 ed. São Paulo: Cultrix, 1989. 94 p.

BONAZZI, Marisa & ECO, Umberto. *Mentiras que parecem verdades*. Tradução de Giacomina Faldini; direção da coleção Fanny Abramovich. São Paulo: Summus, 1980. 134 p. (Novas buscas em educação; v. 6).

BRASIL. Ministério da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 1999. 364 p. il.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. 222 p. (Coleção Ensaios, volume 03).

CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de. *A literatura infantil – Visão histórica e crítica*. 6.ed. São Paulo: Global, 1989. 320 p. 320 p. (Global universitária – Série Teoria e crítica literária).

CARVALHO, Nelly & MATOS, Francisco Gomes. *Como avaliar um livro didático – Língua Portuguesa*. São Paulo: Pioneira, 1984. 80 p. (Biblioteca Pioneira de ciências sociais: Educação: Série estudos interdisciplinares).

CEREJA, William Roberto & MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português – Linguagens*. 4.ed. rev. e. ampl. São Paulo: Atual, 2004. Volume 1 – Ensino Médio. 384 p.

CEREJA, William Roberto & MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português – Linguagens*. 4.ed. rev. e. ampl. São Paulo: Atual, 2004. Volume 2 – Ensino Médio. 432 p.

CEREJA, William Roberto & MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português – Linguagens*. 4.ed. rev. e. ampl. São Paulo: Atual, 2004. Volume 3 – Ensino Médio. 482 p.

COLI, Jorge. *O que é arte*. São Paulo: Brasiliense. 11.ed. 1990. 136 p. (Coleção Primeiros Passos).

COSTA, Wanderley F. da; FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria R. *O livro didático em questão*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1997. 160 p. (Biblioteca da educação, série 8 – Atualidades em Educação, v. 3).

COUTINHO, Afrânio. *Notas de teoria literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. 100 p.

COUTINHO, Afrânio. *O processo de descolonização literária*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1983. 268 p. (Coleção Vera Cruz – Literatura Brasileira, volume 335).

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. *Literatura infantil – Teoria e prática*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1985. 144 p.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Tradução de Waltensir Dutra. 13.ed. São Paulo: Ática, 1997. 350 p. (Ensino superior).

ESCARPIT, Robert. *Hacia una sociología del hecho literário*. Madrid: Edicusa, 1974. p. 11-43

FERREIRA, Marina. *Português: literatura, redação, gramática*. São Paulo: Atual, 2004. (Ensino Médio Atual – Volume único). 496 p.

FREADMAN, Richard. *Re-pensando a teoria: uma crítica da teoria literária contemporânea*/Richard Freadman e Seumas Miller; tradução de Aguinaldo José Gonçalves e Álvaro Hattner. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994. 344 p. (Biblioteca Básica).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 166 p. (Coleção Leitura).

GOLDMANN, Lucien. O estruturalismo genético em sociologia da literatura. *Literatura e sociedade*. Lisboa: estampa, 1976. p. 275-300.

GOLDMANN, Lucien. *Sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. p. 203-223.

HAMBURGER, Käte. *A lógica da criação literária*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. 260 p. (Coleção Estudos – Teoria Literária, 14).

HAUSER, Arnold. *Sociologia del arte*. V.4. Barcelona: Labor, 1977. 549-686.

HEGEL. A determinação do ideal. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 223-300.

INGARDEN, Roman. *A obra de arte literária*. Tradução de Albin E. Baun, Maria da Conceição Puca e João F. Barrento; prefácio de Maria Manuela Saraiva. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965. 440 p.

JAUSS, Hans Robert et.al. *A literatura e o leitor - Textos de estética da recepção*. Coordenação e tradução de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 214 p. (Coleção Literatura e teoria literária, 36).

LAJOLO, Marisa. *O que é literatura*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos, 53). 104 p.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996. 374 p. (Série Temas, volume 38).

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira - Histórias e histórias*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1988. 192 p. (Série Fundamentos, 5).

LARROSA, Jorge. *La experiencia de la lectura* – Estudios sobre literatura e formación. 2.ed. Barcelona: Editorial Laertes, 1998. 496 p.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. *Invasão da catedral* – Literatura e ensino em debate. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. 204 p. (Novas perspectivas, 06).

LONTRA, Hilda Orquídea Hartmann Lontra. *Com ciência e arte* – O ensino de literatura no 2º grau. Porto Alegre: PUCRS. Tese de Doutorado. 2 volumes. 384 p.

LOTMAN, Iuri. *A estrutura do texto artístico*. Tradução de Maria do Carmo Vieira Raposo e Alberto Raposo. Lisboa: Editorial Estampa, 1978. 480 p.

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance*. Tradução de Alfredo Margarido. Lisboa: Presença. ? 188 p. (Coleção Divulgação e Ensaio, 14).

LUKÁCS, Georg. *Ensaio sobre Literatura*. 2 ed. Coordenação e prefácio de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 250 p. (Biblioteca do leitor moderno, volume 58).

LUKÁCS, Georg. *Marxismo e teoria da literatura*. Seleção e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 290 p. (Coleção Perspectivas do homem, volume 36; Série Literatura).

LOTMAN, Iuri. *A estrutura do texto artístico*. Tradução de Maria do Carmo Vieira Raposo e Alberto Raposo. Lisboa: Estampa, 1978. 480 p.

MAGNANI, Maria do Rosário Morttatti. *Leitura, literatura e escola*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 122 p. (Coleção texto e linguagem).

MALARD, Letícia. *Ensino e literatura no 2º grau* – Problemas e perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 112 p. (Novas perspectivas, 15).

MARX-ENGELS. *Sobre literatura e arte*. 2.ed. São Paulo: Global Editora, 1980. 108 p. (Coleção Bases, 16).

MOLINA, Olga. *Quem engana quem* – Professor X livro didático. 2.ed. Campinas: Papyrus, 1988. 134 p.

NETROVSKY, Arthur. *Ironias da modernidade* - Ensaio sobre literatura e música. São Paulo: Ática, 1996. 174 p. (Séries Temas, volume 55 – Literatura e música).

PAULINO, Graça & WALTY, Ivete (Orgs.). *Teoria da literatura na escola: atualização para professores de 1º e 2º graus*. Belo Horizonte: Lê, 1994. 120 p. (Coleção Letras).

PEREZ, José Roberto Rus. *Lição de Português* – Tradição e modernidade no livro escolar. São Paulo: Cortez; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1991. 96 p. (Coleção Passando a limpo).

- PILETTI, Nelson. *Estrutura e funcionamento do Ensino Médio*. 5.ed. São Paulo: Ática, 2002. 206 p.
- PROED – URCAMP. *O livro didático – Uma proposta de análise crítica*. Bagé: URCAMP, 1989. 170 p.
- PROENÇA FILHO, Domício. *Estilos de época na literatura*. 13 ed. São Paulo: Ática, 1992. 408 p.
- PROENÇA FILHO, Domício. *A linguagem literária*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987. 88 p. (Série Princípios, 49).
- REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura – Introdução aos estudos literários*. 1.ed. no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 555 p.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da educação. Departamento pedagógico. Divisão de Ensino Médio. *Padrão referencial de currículo – Área e códigos de linguagens. Língua portuguesa, literatura brasileira*. Porto Alegre, 1998. 75 p. (Série Cadernos, 2).
- ROCCO, Maria Thereza Fraga. *Literatura/Ensino – Uma problemática*. Prefácio de Antônio Candido. São Paulo: Ática, 1981. 288 p. (Ensaio, 77).
- RÖSING, Tânia M. K. *Para ensinar literatura no 1º, 2º e 3º graus*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 160 p. (Série Novas Perspectivas, 28).
- RUSSOMANO, Moema et. all. *Criança leitura livro*. São Paulo: Nobel, 1986. 334 p.
- SAMUEL, Rogel (Org.). *Manual de teoria literária*. 14.ed. revista e atualizada. Petrópolis: Vozes, 2001. 198 p.
- SAMUEL, Rogel. *Novo manual de teoria literária*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002. 160 p.
- SARTRE, Jean-Paul. *Que é literatura?* Tradução de Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Ática, 1989. 232 p.
- SILVA, Cléria Maria Monteiro da. *Literatura e ensino: duas perspectivas para uma mesma direção*. Porto Alegre: PUCRS, 2000. 200 p. (Dissertação de Mestrado).
- SILVA, Ezequiel Theodoro da & ZILBERMANN, Regina. *Literatura e pedagogia – Ponto e contraponto*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- SOUZA, Maria Ester Vieira de & VILAR, Socorro de Fátima (Orgs.). *Parâmetros curriculares nacionais em questão*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2004. 129 p.
- TAVARES, Hênio. *Teoria literária*. 8.ed. revista e ampliada. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1984. 528 p. (Biblioteca Brasileira de Literatura).

TOLEDO, Dionísio de Oliveira (Org.). *Teoria da literatura – Formalistas russos*. Tradução de Ana Maria Ribeiro, Maria Aparecida Pereira, Regina Zilberman e Antônio Carlos Hoehfeldt; revisão de Rebeca Peixoto da Silva; prefácio de Bóris Schneiderman; capa de João Azevedo Braga. Porto Alegre: Globo, 1971. 288 p.

VÁRIOS AUTORES. *Temas transversais em educação*. Bases para uma formação integral. Revisão técnica de Ulisses Ferreira de Araújo. São Paulo: Ática, 1997. 200 p. (Série Fundamentos, 138).

WALTY, Ivete Lara Camargos. *O que é ficção*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 86 p. (Coleção Primeiros Passos, 156).

WELLEK, René e WARREN, Austin. *Teoria da literatura*. Lisboa: Europa-América, 1962. 374 p.

[http:// virtualbooks.terra.com.br/literatura-brasileira/historia-Literatura-Brasileira3.htm](http://virtualbooks.terra.com.br/literatura-brasileira/historia-Literatura-Brasileira3.htm)

www.fsch.unl.pt/docentes/cceia/reforma-portugues.doc

www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/pomo.htm